

Revisão do Plano Director Municipal do Seixal



Julho 2003

“Este documento foi produzido pela Cised Consultores, SulPlano e CEDRU e é composto por 176 páginas, estando todas elas numeradas e a última assinada pelo Chefe de Projecto. O Consórcio CISED Consultores, SulPlano e CEDRU assume as responsabilidades inerentes ao conteúdo deste documento.”

Lisboa, Julho de 2003

Índice do Volume II

1. Introdução	1
2. Dinâmica Concelhia e Demografia	2
2.1 Introdução	2
2.2 Evolução da População.....	3
2.3 Estrutura Populacional	10
2.4 Estrutura do Povoamento.....	15
2.5 Movimentos Intra-Regionais.....	22
2.6 Níveis de Instrução da População Residente	24
2.7 Movimentos Pendulares.....	26
3. Dinâmica Urbana e Transformação e Evolução do Uso do Solo	30
3.1 Dinâmica Urbana Concelhia.....	30
3.1.1 Enquadramento na Península de Setúbal e na AML	30
3.1.2 Crescimento Endógeno.....	31
3.2 Evolução do Uso do Solo em termos de Ocupação das Classes de Uso do PDM.....	36
3.2.1 Caracterização Geral	36
3.2.2 Áreas Urbanas e Urbanizáveis.....	37
3.2.3 Áreas Não Urbanas	40
3.2.4 Planos de Pormenor.....	41
3.3 Reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal	41
3.4 Síntese	42
4. Base Económica e Actividades Económicas	44
4.1 Breve Enquadramento Regional	44
4.2 Base Económica Concelhia	47
4.2.1 Introdução	47
4.2.2 Evolução da População Activa.....	47
4.2.3 Indicadores Económicos	49
4.2.4 Análise por Sectores de Actividade.....	51
4.2.5 Siderurgia Nacional e Parques de Actividades Económicas.....	66
5. Rede Urbana e Equipamentos Colectivos	72
5.1 Introdução	72
5.2 Equipamentos de Educação	74
5.2.1 Nota Prévia.....	74
5.2.2 Ensino Básico.....	77
5.2.3 Ensino Secundário	82
5.2.4 Outros Equipamentos de Ensino.....	84
5.3 Equipamentos de Saúde	84
5.4 Equipamentos Culturais	86
5.5 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	88

5.6 Equipamentos Desportivos	91
6. Património Cultural e Construído	94
6.1 Introdução	94
6.2 Caracterização e Diagnóstico	95
6.2.1 Nota Prévia	95
6.2.2 Estruturas Urbanas	96
6.2.3 Património Industrial	96
6.2.4 Património Religioso	97
6.2.5 Património Rural	98
6.2.6 Património Arqueológico	98
6.3 Nota Final	99
7. Ambiente e Estrutura Biofísica	100
7.1 Nota Prévia	100
7.2 O Território Municipal e as Orientações do PROTAML	101
7.3 Espaços/Territórios/Vazios	102
7.4 Principais Territórios	102
7.4.1 Ponta dos Corvos	102
7.4.2 Baía do Seixal	104
7.4.3 Margem do Tejo – Cais do Seixal	104
7.4.4 Siderurgia – Paio Pires	105
7.4.5 Pinhal das Freiras	106
7.4.6 Pinhal do General	106
7.4.7 “Área Rural de Protecção”	107
7.4.8 “Costas”	107
7.4.9 Areeiros e Saibreiras	108
7.4.10 Zemoto	109
7.4.11 Pequenas Áreas	110
8. Acessibilidades e Transportes	111
8.1 Enquadramento	111
8.2 Acessibilidades e Rede Viária	114
8.2.1 Evolução	114
8.2.2 Rede Viária Concelhia	118
8.2.3 Articulação com a Envolvente	119
8.3 Transporte Colectivo	119
8.3.1 Transporte Rodoviário	119
8.3.2 Transporte Ferroviário	120
8.3.3 Transporte Fluvial	122
8.4 Perspectivas de Evolução	123
9. Infra-estruturas Urbanas	126
9.1 Rede Viária	127

9.1.1 Estrutura.....	127
9.1.2 Estado de Conservação.....	127
9.2 Abastecimento de Água.....	128
9.2.1 Origens e Qualidade da Água.....	128
9.2.2 Adução e Reserva.....	130
9.2.3 Indicadores Gerais.....	131
9.2.4 Sistemas de Abastecimento de Água Concelhios.....	132
9.3 Águas Residuais.....	136
9.4 Resíduos Sólidos Urbanos.....	138
9.4.1 Resíduos Sólidos Urbanos.....	138
9.4.2 Resíduos Sólidos Industriais.....	139
9.5 Outras Redes.....	140
10. Anexos.....	141

Índice de Quadros

Quadro 1 – Evolução da População 1960-2001	4
Quadro 2 – Taxas de Crescimento 1960-2001	4
Quadro 3 – População Residente, segundo os Países de Proveniência, por Países de Naturalidade, em 31/12/99 ...	8
Quadro 4 – saldos Demográficos em 2001.....	9
Quadro 5 – Evolução da Densidade Populacional (1981-2001)	10
Quadro 6 – Indicadores da Estrutura Populacional no Concelho do Seixal	12
Quadro 7 – Distribuição da População Residente por Grandes Grupos Etários e Por Freguesia em 2001.....	13
Quadro 8 – População Jovem e Idosa por Agrupamento de Lugares Proposto em 2001.....	13
Quadro 9 – Evolução da População Residente entre 1970-2001.....	16
Quadro 10 – Taxas de Crescimento Populacional 1981-2001	16
Quadro 11 – Evolução da Densidade Populacional (1981-2001)	17
Quadro 12 – Evolução do Número de Lugares por Dimensão Populacional entre 1991 e 2001	19
Quadro 13 – Dimensão Populacional dos Lugares com Mais de 2 000 Habitantes	20
Quadro 14 – População em 2001 por Agrupamento de Lugares Propostos	21
Quadro 15 – Evolução do Peso da Freguesia no Total do Concelho	22
Quadro 16 – Evolução do Peso da Sede no Total da Freguesia.....	22
Quadro 17 – Evolução do Número de Famílias e sua Dimensão Média	23
Quadro 18 – Número de Famílias por Agrupamento de Lugares Propostos em 2001	23
Quadro 19 – Níveis de Instrução da População Residente por Agrupamento de Lugares Propostos em 2001	26
Quadro 20 – Mobilidade dos Residentes Activos – 1991	28
Quadro 21 – Origem-Destino das Deslocações Motorizadas Totais na Península de Setúbal e na Sua Relação com Lisboa em 1998.....	28
Quadro 22 – matriz Origem-Destino das Deslocações casa-Trabaho ou Casa-Escola em 2001	29
Quadro 23 – Crescimento do Concelho do Seixal em Comparação com a Península de Setúbal e AML	30
Quadro 24 – Principais Indicadores.....	31
Quadro 25 – Taxa de Variação do Número de Alojamentos e Edifícios entre 1991 e 2001.....	33
Quadro 26 – Taxas de Variação do Número de Edifícios e Alojamentos nos Eixos de Desenvolvimento do Concelho entre 1991 e 2001 e Comparação com os Valores Estimados no PDM	34
Quadro 27 – Concretização das Áreas de Expansão Urbana Previstas no PDM	39
Quadro 28 – Distribuição das Áreas de Clandestinos por Freguesia	42
Quadro 29 – População Residente Economicamente Activa e Empregada, por Sexo, CAE e Taxa de Actividade em 2001.....	45
Quadro 30 – População Residente Desempregada em 2001 e Taxa de Desemprego.....	45
Quadro 31 – Distribuição da População Residente em Percentagem, segundo o Nível de Ensino e Sexo, e Taxa de Analfabetismo em 1991 e 2001	46
Quadro 32 – Comércio Internacional Declarado com Origem nos Operadores do Seixal em 2000.....	46
Quadro 33 – Empresas com Sede no Concelho, segundo a CAE – Rev.2, em 31/12/2000.....	50
Quadro 34 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede no Concelho, Segundo a CAE –Rev.2, em 31/12/1999	50

Quadro 35 – Volume de Vendas nas Sociedades com Sede no Concelho, segundo a CAE – Rev.2 em 31/12/199951	
Quadro 36 – População Residente Empregada por Sector de Actividade, Desempregada e Presente	52
Quadro 37 – Número de Estabelecimentos segundo a Dimensão (Número de Trabalhadores) em 2001.....	54
Quadro 38 – Distribuição Relativa do Pessoal ao Serviço e Estabelecimentos e Distribuição Acumulada dos Estabelecimentos em 2000	54
Quadro 39 – Enquadramento no âmbito da Actividade Económica do Concelho	55
Quadro 40 – Características Gerais do Sector Primário.....	55
Quadro 41 – Explorações e Área Ocupada por Tipo de Produtor	55
Quadro 42 – População Empregada no Sector Primário por Grupo Etário	56
Quadro 43 – População Empregada no Sector Primário por Nível de Instrução.....	56
Quadro 44 – Enquadramento no Âmbito da Actividade Económica do Concelho.....	57
Quadro 45 – Sociedades Constituídas no Concelho, segundo a CAE – Rev.2, em 2001.....	58
Quadro 46 – Empresas com Sede no Concelho, segundo a CAE– Rev.2, em 31/12/2000	59
Quadro 47 – Volume de Vendas nas Sociedades com Sede no Concelho, segundo a CAE– Rev.2, em 31/12/199959	
Quadro 48 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede no Concelho, seguindo a CAE – Rev.2, em 31/12/1999	60
Quadro 49 – Enquadramento no âmbito da Actividade Económica do Concelho	60
Quadro 50 – Enquadramento do Comércio por Grosso e a Retalho no âmbito da Actividade Económica do Concelho	61
Quadro 51 – Enquadramento do Alojamento e da Restauração no Âmbito da Actividade Económica do Concelho .	62
Quadro 52 – Enquadramento dos Transportes e Armazenagem no âmbito da Actividade Económica do Concelho .	64
Quadro 53 – Enquadramento das Actividades Financeiras no Âmbito da Actividade Económica do Concelho	64
Quadro 54 – Enquadramento das Actividades Imobiliárias no âmbito da Actividade Económica do Concelho	65
Quadro 55 – Enquadramento no Âmbito da Actividade Económica do Concelho	65
Quadro 56 – Principais Características do Parque Industrial do Seixal.....	69
Quadro 57 – Principais Características dos Restantes Parques de Actividades Económicas	70
Quadro 58 – Estabelecimentos de Ensino em 1991 e 2001.....	75
Quadro 59 – Caracterização dos Centros de Saúde e Extensões do Concelho do Seixal em 2003	85
Quadro 60 – Identificação dos Equipamentos Culturais em 2003	88
Quadro 61 – Caracterização das Entidades Prestadoras de Serviços de Apoio a Idosos em 2003	90
Quadro 62 – Área Útil dos Recintos Desportivos Artificiais por Freguesia em 2002	93
Quadro 63 – Recintos Desportivos Artificiais Existentes por Tipologia e Freguesia em 2002	93
Quadro 64 – Imóveis e Conjuntos Inventariados	95
Quadro 65 – Repartição Modal das Deslocações.....	113
Quadro 66 – Carreiras e Circulações Realizadas pela Operadora TST num Dia Útil	120
Quadro 67 – Características das ETAR.....	138
Quadro 68 – Produção Mensal de Resíduos Sólidos em 2002	139
Quadro 69 – Composição Física dos Resíduos 2002.....	139

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da População Residente no Concelho do Seixal (1960-2001)	4
Gráfico 2 – Evolução da População Residente na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001)	5
Gráfico 3 – Taxas de Variação da População entre 1960 e 2001	6
Gráfico 4 – População Residente, segundo os Países de Proveniência (relativamente a 95/12/31), por Países de Naturalidade	7
Gráfico 5 – Evolução das Pirâmides Etárias do Concelho do Seixal (1991-2001)	12
Gráfico 6 – Evolução das Taxas de Natalidade e Mortalidade no Concelho do Seixal	15
Gráfico 7 – Evolução da População Residente nas Freguesias do Seixal (1981-2001).....	17
Gráfico 8 – Evolução da População Residente e da Densidade Populacional por Freguesia (1991-2001)	18
Gráfico 9 – População Residente segundo a Dimensão dos Lugares em 2001.....	19
Gráfico 10 – População Residente segundo o Grau de Instrução Concluído.....	25
Gráfico 11 – Taxa de Escolarização (1981-2001).....	25
Gráfico 12 – Evolução do Número de Edifícios e Fogos Construídos e das Licenças de Construção e Fogos Licenciados entre 1992 e 2000	32
Gráfico 13 – Comparação das áreas Previstas e Áreas Impermeabilizadas por Categoria de Uso do PDM.....	37
Gráfico 14 – Comparação das áreas Urbanas e Urbanizáveis previstas pelo PDM e a Ocupação Actual	38
Gráfico 15 – Comparação das Áreas Urbanas e Urbanizáveis, por Categoria de Uso, Previstas pelo PDM e a Ocupação Actual	39
Gráfico 16 – Áreas Impermeabilizadas por categoria de Uso do Solo dos Espaços Agrícolas e Florestais	40
Gráfico 17 – Categorias de Uso do Solo Afetadas por Planos de Pormenor.....	41
Gráfico 18 – Evolução da População Activa do Concelho.....	48
Gráfico 19 – População Residente com Mais de 12 Anos com Actividade Económica.....	48
Gráfico 20 – População Residente com Mais de 12 Anos Sem Actividade Económica	49
Gráfico 21 – Distribuição da População Activa por Sector de Actividade para os Anos 1981, 1991 e 2001.....	51
Gráfico 22 – Evolução da Travessia do Tejo (TMDA).....	111
Gráfico 23 – Evolução da Travessia do Tejo – Passageiros Transportados por Dia e Modo de Transporte	112
Gráfico 24 – Viagens Geradas pelo Concelho do Seixal, em Dia Útil (2000)	112
Gráfico 25 – Dependências: Viagens Trabalho/Escola Geradas e Atraídas	113
Gráfico 26 – Grau de Cobertura do Sistema de Abastecimento de Água	131
Gráfico 27 – Origem das Captações de Água no Concelho do Seixal	131
Gráfico 28 – Variação Anual dos Volumes Captados (1998-2002)	131
Gráfico 29 – Volumes captados Facturados e Não facturados em 2002.....	132
Gráfico 30 – Percentagem de População Servida por Redes de Drenagem.....	136
Gráfico 31 – Percentagem de População Servida por Sistemas de Tratamento de águas Residuais	136
Gráfico 32 – População Servida por Redes de Esgotos Domésticos por Freguesia.....	137
Gráfico 33 – População Servida por ETAR em cada Freguesia.....	137

Índice de Figuras

Figura 1 – Variação Populacional na Península de Setúbal (1991/2001).....	6
Figura 2 – População Residente, com menos de 15 Anos na Península de Setúbal em 2001 por Freguesia.....	11
Figura 3 – População Residente, com 65 ou Mais Anos, na Península de Setúbal em 2001 por Freguesia.....	11
Figura 4 – Estrutura Etária da População por Agrupamento de Lugares.....	14
Figura 5 – Densidade Populacional por Agrupamento de Lugares em 2001.....	18
Figura 6 – Distribuição das Famílias Clássicas por Agrupamento de Lugares.....	24
Figura 7 – Grau de Instrução da População por Agrupamento de Lugares.....	26
Figura 8 – Densidade Habitacional e de Edifícios por Freguesia em 2001.....	33
Figura 9 – Densidades Habitacionais e de Edifícios por Eixo de Desenvolvimento em 2001.....	35
Figura 10 – Densidades Habitacionais e de Edifícios por Agrupamento de Lugares em 2001.....	36
Figura 11 – Distribuição dos Sectores de Actividade por Aglomerado de Lugares.....	53
Figura 12 – Distribuição Territorial dos Estabelecimentos de Ensino por Freguesia.....	76
Figura 13 – Distribuição Territorial dos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar.....	78
Figura 14 – Distribuição Territorial dos Estabelecimentos de Ensino Básico do 1º Ciclo.....	80
Figura 15 – Distribuição Territorial dos Estabelecimentos de Ensino Básico do 2º e do 3º Ciclo.....	82
Figura 16 – Distribuição Territorial dos Estabelecimentos de Ensino Secundário.....	83
Figura 17 – Distribuição Territorial das Farmácias.....	86
Figura 18 – Distribuição Territorial dos Equipamentos Desportivos.....	92
Figura 19 – Extracto da Rede Ecológica Metropolitana do PROT – AML.....	101
Figura 20 – Unidade Territorial 1.....	103
Figura 21 – Unidade Territorial 2.....	104
Figura 22 – Unidade Territorial 3.....	105
Figura 23 – Unidade Territorial 4.....	105
Figura 24 – Unidade Territorial 5.....	106
Figura 25 – Unidade Territorial 6.....	107
Figura 26 – Unidade Territorial 7.....	107
Figura 27 – Unidade Territorial 8.....	108
Figura 28 – Unidade Territorial 9.....	109
Figura 29 – Unidade Territorial 10.....	109
Figura 30 – Unidades Territoriais 11, 12, 13, 14, 15 e 16.....	110
Figura 31 – Esquema da Classificação da Rede Viária do Concelho do Seixal em 1993.....	115
Figura 32 – Esquema da Rede Viária Proposta no PDM de 1993 para o Concelho.....	116
Figura 33 – Esquema da Rede Viária Existente no Concelho do seixal em 1994.....	117
Figura 34 – Esquema da Rede Viária Proposta pelo Plano de Circulação e Transportes.....	118
Figura 35 – Diagrama Geral do Eixo Ferroviário Norte-Sul.....	121
Figura 36 – Rede do Metropolitano Sul do Tejo.....	122
Figura 37 – Síntese das Prioridades ao Nível da Rede Viária.....	125

1. Introdução

O presente Volume encerra a parte de Caracterização e Diagnóstico da Fase 1 da Revisão do PDM do Seixal ao longo do qual se procura sintetizar o trabalho efectuado ao longo desta fase de trabalho.

A caracterização e diagnóstico foram efectuados para cada uma das áreas sectoriais em que se pode dividir a estrutura municipal procurando, através da recolha de dados, das reuniões e entrevistas com o Corpo Técnico da Câmara e com a partilha de informação nestas obtida, analisar de modo coerente e sistematizado o concelho do Seixal nas suas várias vertentes.

Numa primeira abordagem faz-se uma caracterização da **Dinâmica Demográfica** do concelho quer em termos da sua evolução quer da sua estrutura bem como uma análise da estrutura do povoamento actual e da estrutura de dependência face ao exterior através dos movimentos pendulares efectuados pela sua população.

Seguiu-se uma caracterização sintética da **Evolução do Uso do Solo** ao longo do prazo de vigência do PDM agora em revisão quer em termos da sua dinâmica construtiva quer da concretização da ocupação das classes de uso do solo previstas no PDM.

A **Base Económica** foi analisada em termos da evolução da população activa, dos indicadores económicos e da análise dos sectores de actividade. A área da Siderurgia e os Parques de Actividades Económicas mereceram especial destaque pela importância dos mesmos na estruturação e consolidação desta base económica.

Seguiu-se o estudo da **Rede Urbana** e da **Rede de Equipamentos Colectivos** em que se faz uma caracterização sucinta dos vários equipamentos concelhios e das carências do concelho a este nível. Do mesmo modo, fez-se uma análise do **Património Cultural e Construído** municipal.

A análise do **Ambiente e Estrutura Biofísica** do concelho foi realizada de forma bastante exaustiva dada a importância dos mesmos na estrutura municipal e no desenvolvimento sustentado do concelho.

Do mesmo modo, a rede de **Acessibilidades e Transportes** foi alvo de uma análise minuciosa pela importância e impacte da sua concretização quer na consolidação da base económica quer na estruturação da rede urbana concelhia. Este estudo foi realizado quer para o Transporte Individual quer para o Transporte Colectivo.

Por último fez-se uma análise das principais redes de **Infra-estruturas Urbanas**: rede de abastecimento, de saneamento básico e de recolha de resíduos sólidos urbanos e uma breve referência às redes de electricidade, telecomunicações e gás.

2. Dinâmica Concelhia e Demografia

2.1 Introdução

O processo de revisão que actualmente se desenvolve pressupõe uma readequação do Plano Director Municipal em vigor, face às modificações vislumbradas no tecido social e económico do concelho e às implicações territoriais daí advindas.

Das dimensões com maior relevância para a organização e estruturação do território concelhio, sobressaem as dinâmicas demográficas, correlacionáveis com outros fenómenos, como o povoamento, o desenvolvimento urbano, social e económico.

O diagnóstico a efectuar sobre as dinâmicas populacionais e demográficas do concelho, integrando-as na Península de Setúbal e no território metropolitano, resulta da assunção de um conceito integrado de população, que vai desde as bacias de recrutamento dos recursos humanos até ao potencial mercado de consumidores. Neste sentido, este diagnóstico poderá assumir-se como um instrumento privilegiado para a estratégia de modelação do ordenamento do território, capaz de protagonizar e dinamizar o desenvolvimento económico e social do concelho do Seixal.

As diversas alterações observadas no território nos últimos anos, nomeadamente a perda relativa das actividades industriais em detrimento das terciárias, reflectem-se nas características de atracção/repulsão populacional, o que obriga a estabelecer e analisar correlações entre as dinâmicas da população e as dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelo município.

Considerados em termos globais, os problemas existentes na base demográfica e com os recursos humanos, constituem inegavelmente o principal estrangulamento limitativo para a prossecução de qualquer processo de desenvolvimento e, simultaneamente, para a adopção e realização de todo o tipo de acções a empreender, na melhoria da qualidade de vida e bem estar socio-económico das populações autóctones.

Aliás, o facto de se considerar este potencial numa dupla perspectiva - mão-de-obra e mercado de consumo -, implica que, por arraste, todos os sectores produtivos possam estar logo à partida condicionados por uma série de limitações demográficas, nomeadamente pelo envelhecimento da estrutura etária da população.

Contudo, no concelho seixalense, face ao intenso processo de atracção que ocorre desde a década de 60, a evolução dos aspectos estruturais e as próprias dinâmicas da população assumiram um cenário amplamente positivo (apesar de se começar a notar uma certa tendência para o envelhecimento populacional em algumas freguesias).

Indubitavelmente, foram processos nitidamente selectivos, dado que se faziam sentir sobretudo nas faixas etárias intermédias, que assim aumentaram significativamente o seu peso na estrutura etária da população. Logicamente e acompanhando esta tendência, quer o índice de juventude quer o de renovação de gerações têm crescido gradualmente, levando a um processo de rejuvenescimento populacional cada vez mais notório (segundo o Recenseamento Geral da População de 2001, cerca de 31,7% da população do concelho do Seixal possuía menos de 25 anos). Isto é, ao centrar a análise na dinâmica natural da população facilmente se constata o acréscimo de população jovem e, simultaneamente, em termos absolutos, de população idosa, resultado lógico de uma estabilização da natalidade e de um notório aumento da esperança média de vida.

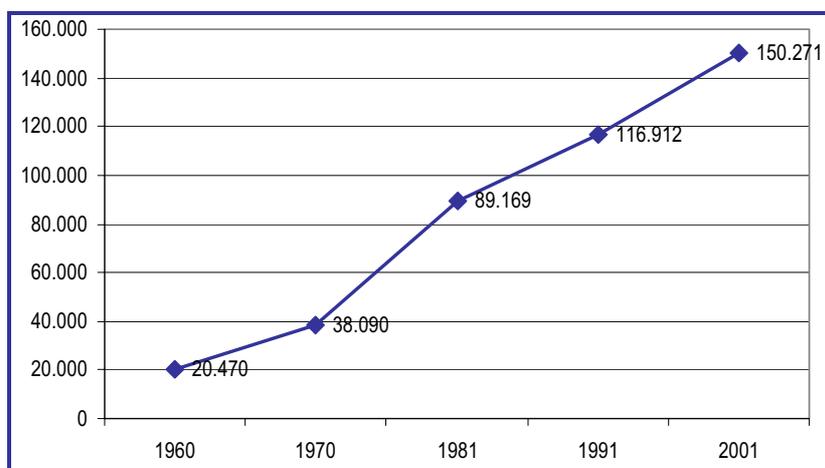
Nesta conjuntura, pode-se afirmar que o crescimento demográfico que tem caracterizado o concelho nestas últimas décadas tem sido induzido do exterior, intimamente relacionado com a dinâmica demográfica e urbana que tem sido adoptada na Área Metropolitana.

2.2 Evolução da População

Desde o início do século XX e até aos nossos dias, a população do concelho do Seixal tem vindo progressivamente a aumentar, registando um incremento extraordinário entre 1960 e 2001 (passou de 20.470 habitantes, em 1960, para 150.271, em 2001). A evolução demográfica do concelho do Seixal conheceu quatro fases fundamentais:

- Inicialmente, na primeira metade do séc. XX, observa-se um progressivo crescimento demográfico no concelho, consequência da existência de um saldo fisiológico positivo;
- A segunda fase inicia-se em meados da década de 60, tendo atingido um maior significado a partir de 1966 com a construção da Ponte 25 de Abril, caracterizando-se por um forte crescimento demográfico (quase duplicar da população), consequência do processo de suburbanização da cidade de Lisboa;
- Após a revolução de Abril de 1974, o retorno de emigrantes, a melhoria das acessibilidades, o preço reduzido dos solos, uma maior integração da margem sul no contexto metropolitano, gera um período de crescimento demográfico extraordinariamente elevado que se irá prolongar até aos princípios dos anos 80;
- Finalmente, desde a década de 80, e apesar do crescimento populacional continuar a ser uma realidade, começa a notar-se uma certa estabilização, em termos relativos, nesse crescimento (à volta dos 30%/década).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DO SEIXAL (1960-2001)



Fonte: INE

Apesar da população nunca ter parado de crescer, é a partir da década de 70 que o concelho sofre um processo de atracção demográfica fortíssimo, especialmente com origem na capital nacional. Este processo foi acompanhado pela concentração populacional nos centros urbanos com maiores e melhores níveis de acessibilidade – Corroios e Amora.

Esta evolução demográfica foi igualmente impulsionada por “efeitos nacionais”: o retorno das ex-colónias e a migração interna, sobretudo de alentejanos, para as proximidades de Lisboa. Assim, no período compreendido entre 1970 e 1981, o concelho aumentou em cerca de 134% os seus efectivos populacionais. Tal tendência, e tendo presente o efeito selectivo decorrente das migrações, levou ao congestionamento/saturação de alguns espaços concelhios, bem como a um aumento significativa da população activa e da natalidade e, conseqüentemente, a um crescimento efectivo elevadíssimo.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1960-2001

	1960	1970	1981	1991	2001
Seixal	20 470	38 090	89 169	116 912	150 71
AML Sul	291 459	402 940	584 648	640 493	714 589
AML	1 488 461	1 831 925	2 502 044	2 496 545	2.682 687
Continente	8 292 975	8 074 975	9 336 760	9 375 926	9.869 343

Fonte: INE

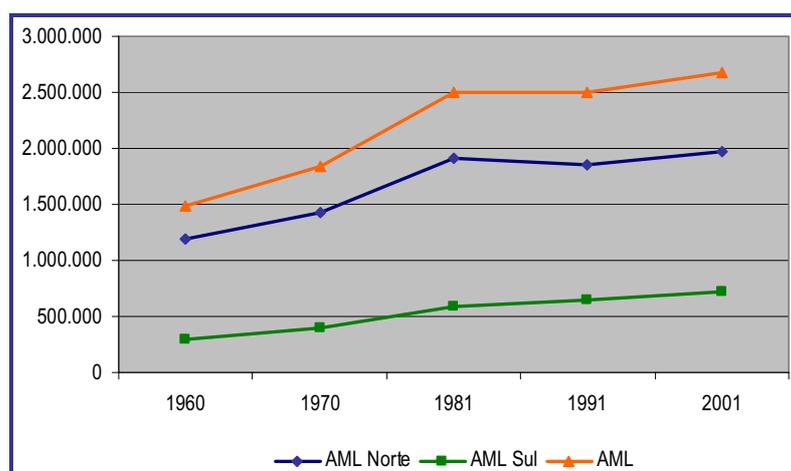
QUADRO 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO 1960-2001

	1960/70	1970/81	1981/91	1991/2001
Seixal	86,1	134,1	31,1	28,5
AML Sul	38,2	45,1	9,6	11,6
AML	23,1	36,6	1,3	5,8
Continente	-2,6	15,6	0,4	5,3

Fonte: INE

Conforme se vislumbra no quadro anterior, na década de 70, ocorreu um crescimento de cerca de 134,1% da população concelhia, originado pela vinda de imigrantes das antigas colónias portuguesas, pelo êxodo rural da população alentejana para as proximidades da capital (à procura de melhores empregos e remunerações) e pela “debandada” da população lisboeta, à procura de habitação nova a preços bastante mais acessíveis, e conseqüente explosão da natalidade e aumento do índice de fecundidade.

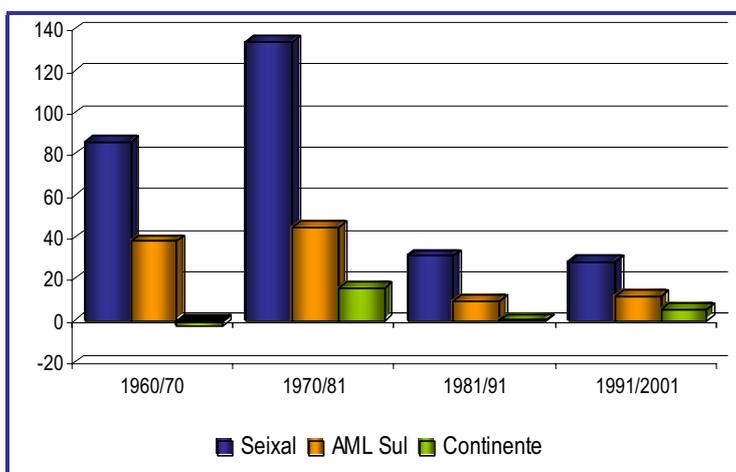
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (1960-2001)



Fonte: INE

Em 2001, segundo o último Recenseamento Geral da População, contabilizaram-se no concelho do Seixal 150.271 pessoas, o que correspondia a 21% da população total da Área Metropolitana de Lisboa Sul. A taxa de crescimento de 28,5% registada no concelho seixalense, entre 1991 e 2001, foi superior à observada quer no Continente, quer na Área Metropolitana, demonstrando uma forte capacidade atractiva do concelho comparativamente aos concelhos limítrofes e, de uma maneira geral, a todo o território metropolitano como se pode observar no Gráfico 3.

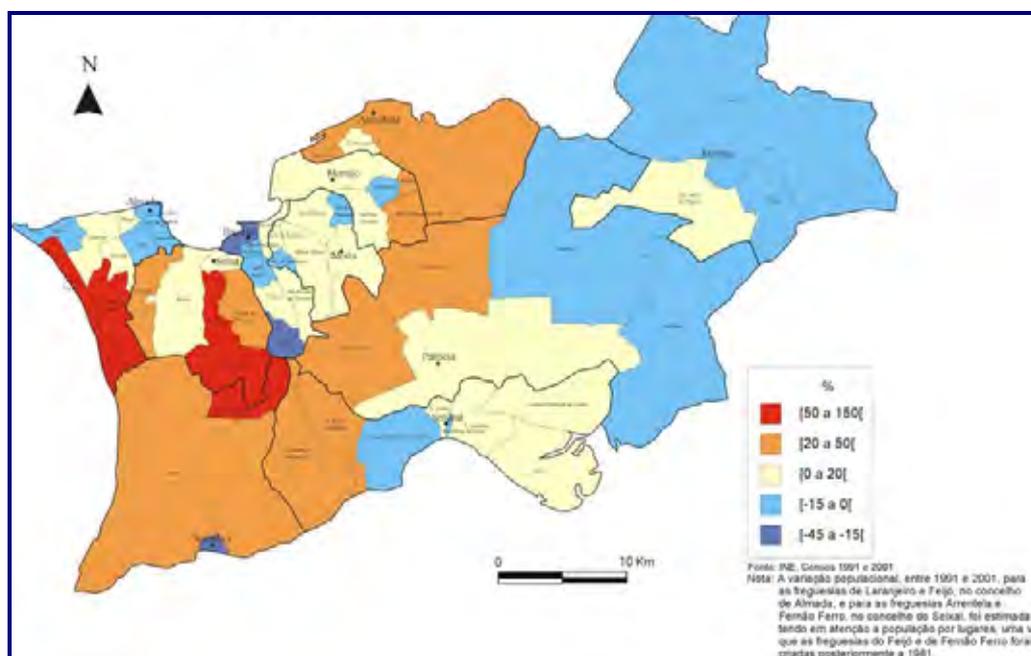
GRÁFICO 3 – TAXAS DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1960 E 2001



Fonte: INE

A Figura 1 permite corroborar esta afirmação e aprofundar este domínio de análise. Na Península de Setúbal, o concelho do Seixal é aquele que mais tem crescido nos últimos anos (na última década vislumbrou-se um acréscimo populacional em todas as freguesias), ao que não será alheia a melhoria das acessibilidades, sobretudo ferroviárias e fluviais, à capital nacional.

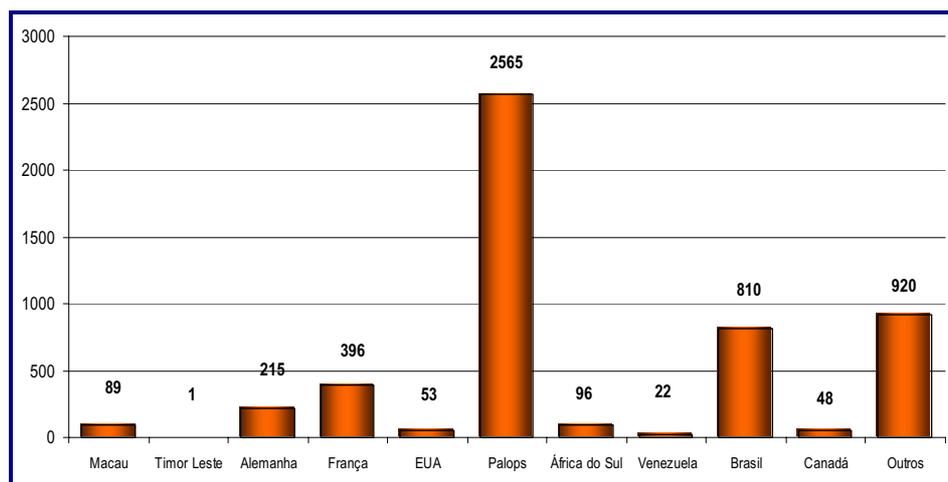
FIGURA 1 – VARIAÇÃO POPULACIONAL NA PENÍNSULA DE SETÚBAL (1991/2001)



Para este enorme crescimento populacional do concelho, também muito tem contribuído o poder atractivo do Seixal enquanto pólo receptor de importantes contingentes de imigrantes que anualmente se estabelecem no nosso país e, preferencialmente, nas imediações da capital. Segundo a análise dos últimos resultados relativos a migrações, desde 1995 estabeleceram-se no concelho seixalense cerca de

5.200 imigrantes, provenientes na esmagadora maioria dos casos do Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Contudo, não é apenas sobre a população estrangeira que o concelho possui uma atracção relevante. Ainda segundo o Recenseamento Geral da População de 2001, 18.859 dos actuais residentes do concelho provieram de outros concelhos do país nos últimos 6 anos.

GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS PAÍSES DE PROVENIÊNCIA (RELATIVAMENTE A 95/12/31), POR PAÍSES DE NATURALIDADE



Fonte: INE

A análise do Quadro 3 permite-nos aprofundar melhor a distribuição da população residente proveniente do estrangeiro. Assim, dos 19.961 “estrangeiros” residentes no concelho em 2001, 80,2% são africanos, na sua maioria provenientes de Angola (6.933), Cabo Verde (3.321) e Moçambique (2.927).

Contudo, registre-se que o elevado número de imigrantes que anualmente se estabelece no concelho origina alguns constrangimentos ao nível social (fenómenos de exclusão social) e até ao nível urbanístico (aparecimento de bairros sociais degradados).

QUADRO 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS PAÍSES DE PROVENIÊNCIA, POR PAÍSES DE NATURALIDADE, EM 31/12/99

Países de Naturalidade	População residente em 2001
Portugal	130.310
Estrangeiro	19.961
EUROPA	2.057
Países da UE	1.732
Alemanha	406
Espanha	162
França	895
Outros Países Europeus	325
Rússia	68
Suíça	109
Outros	137
ÁFRICA	16.015
África do Sul	234
Angola	6.933
Cabo Verde	3.321
Guiné-Bissau	836
Moçambique	2.927
São Tomé e Príncipe	1.561
Outros Países Africanos	203
AMÉRICA	1435
Brasil	1180
ÁSIA	423
Índia	234
OCEÂNIA	31
Austrália	31

Fonte: INE

Concluindo, no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, o Seixal foi durante a última década, um dos concelhos com maiores taxas de crescimento absolutas e relativas, em termos populacionais, sendo unicamente suplantado por Sintra em alguns indicadores. O Quadro 4 permite, igualmente, verificar que esse enorme crescimento populacional se ficou a dever em grande parte aos elevados valores do saldo migratório.

QUADRO 4 – SALDOS DEMOGRÁFICOS EM 2001

	Variação populacional (1991-2001)		Saldo Natural		Saldo Migratório	
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
Alcochete	2,7	26,2	-0,3	-2,9	3,0	29,0
Almada	7,8	5,1	1,3	0,9	6,5	4,3
Barreiro	-7,6	-8,9	-1,0	-1,2	-6,6	-7,7
Moita	2,0	3,0	1,9	3,0	0,1	0,1
Montijo	2,5	6,9	-0,3	-0,9	2,8	7,8
Palmela	9,4	21,4	0,5	1,1	8,9	20,3
Seixal	33,2	28,4	8,2	7,0	25,0	21,4
Sesimbra	9,6	35,2	0,5	1,7	9,1	33,5
Setúbal	9,8	9,5	1,1	1,1	8,7	8,4
AML-Sul	69,3	10,8	11,9	1,9	57,4	9,0
Valores na AML superiores ao Seixal						
Sintra	102,6	39,3	22,3	8,5	80,4	30,8
Sesimbra		35,2				33,5
Alcochete						29,0
Sobral de Monte Agraço						27,0
Mafra						25,0
Benavente						24,6
Entroncamento						24,4

Fonte: Censos 2001 (extraído dos Resultados Preliminares)

Quando da realização do Plano Director Municipal, em 1993, estimava-se que em 2001 a população residente no concelho se cifra-se nas 164 000 pessoas, valor que, como se constatou anteriormente, excede largamente o valor contabilizado pelo Recenseamento Geral da População de 2001 – 150.271 residentes. Contudo, este “erro” estimativo deveu-se em larga medida ao facto dos cálculos terem sido efectuados com base na informação reportada à década de 80, altura em que a pressão urbana e demográfica sobre o concelho foi bastante intensa.

No ano seguinte (1994), nos cenários demográficos prospectivos elaborados para a realização da Carta Escolar do Concelho, esse valor foi rectificado e dificilmente o cálculo efectuado poderia ter sido mais ajustado. Segundo esse cenário, a população do concelho, em 2001, seria de 150.990 residentes.

Outro indicador pertinente para a presente análise prende-se com a densidade populacional. Deste modo, os níveis de densidade populacional do concelho estão a crescer a um ritmo elevadíssimo, bastante superiores aos observados na NUT III da Península de Setúbal (451,9 hab./Km²), registando-se, em 2001, valores médios de 1.605,5 hab./Km². Não obstante, a relação entre valores é muito semelhante desde a década de 80 como se pode observar no Quadro 5. Salvedade-se que estes valores se referem a médias, não ilustrando as inúmeras disparidades e assimetrias registadas na ocupação dos diversos espaços geográficos em análise.

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL (1981-2001)

	1981	1991	2001
Seixal	952,7	1249,1	1605,5
AML Sul	369,7	405,0	451,9
Continente	101,3	101,8	107,1

Fonte: INE

Esta assimetria na ocupação do espaço é bastante evidente no concelho, dado o “efeito barreira”, que até à actualidade tem representado a auto-estrada. Assim, a um povoamento contínuo, de altas densidades e quase exclusivamente de primeira residência, a norte da AE, contrapõe-se o povoamento disperso, de reduzidas densidades e predominantemente de segunda residência, a sul da auto-estrada.

2.3 Estrutura Populacional

Os fluxos migratórios que têm assolado o concelho nas últimas décadas, e que incidem naturalmente sobre as classes etárias mais jovens da população activa, assumem-se como os principais responsáveis pela definição de uma estrutura algo desequilibrada da população residente, baseada num progressivo envelhecimento do topo (resultado do aumento da esperança média de vida), fortíssimo crescimento da população em idade activa (15-64 anos) e estagnação da população com menos de 15 anos.

Assim, apesar de possuir a generalidade das características dos concelhos da Península de Setúbal, o Seixal apresenta um conjunto de especificidades na sua estrutura, que acompanha as tendências mais marcantes dos espaços mais desenvolvidos: manutenção dos valores nas faixas etárias entre os 0 e os 14 anos, como resultado directo da melhoria e mais fácil acesso à informação sobre planeamento familiar e à consciencialização dos custos com a educação e alimentação dos filhos e, conseqüentemente, do impacto que estes factores determinam na estabilização da fecundidade (dada a incidência nos estratos etários com maior propensão para a fertilidade – que têm tido um fortíssimo incremento em termos absolutos); e crescimento acentuado nos valores observados, quer na população em idade activa (pessoas com maior propensão para a mobilidade habitacional), quer nas últimas faixas etárias (população com 65 e mais anos), resultado do aumento da esperança média de vida.

FIGURA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE, COM MENOS DE 15 ANOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL EM 2001 POR FREGUESIA

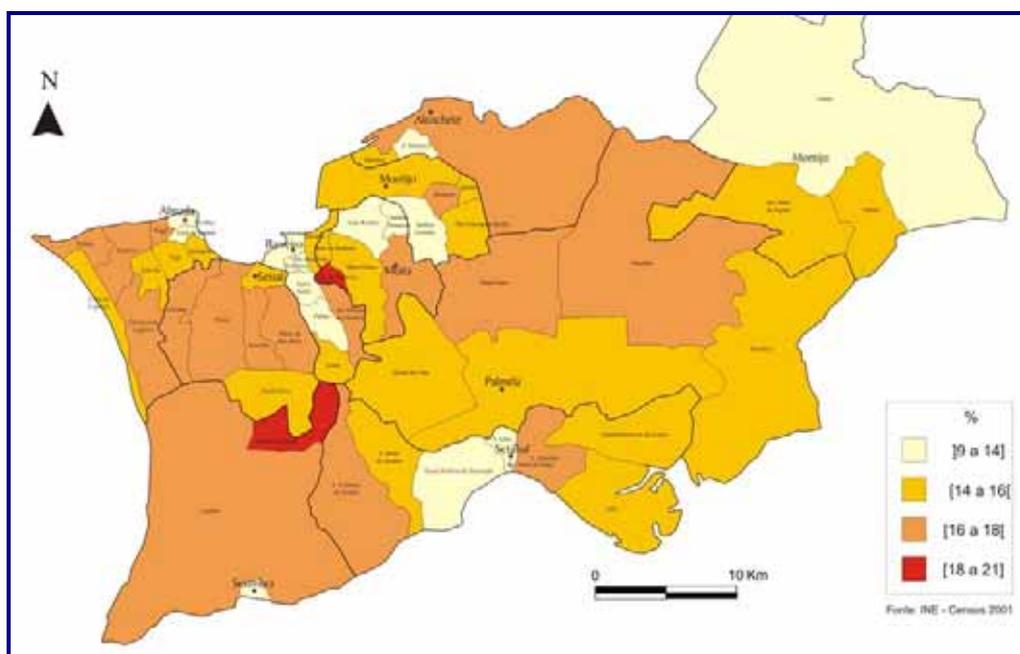
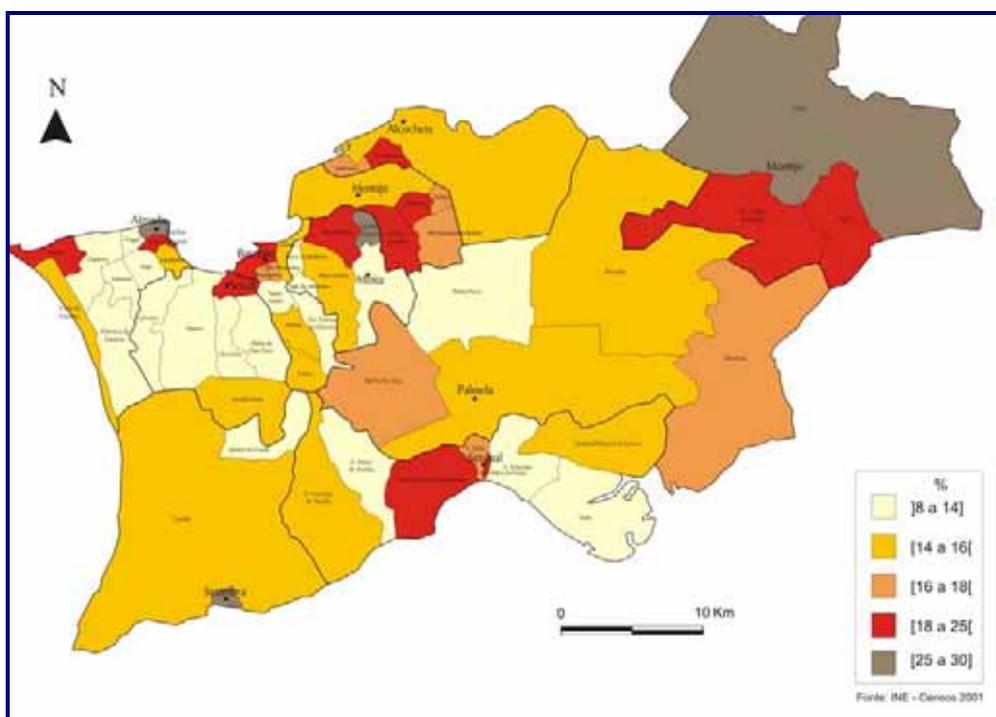


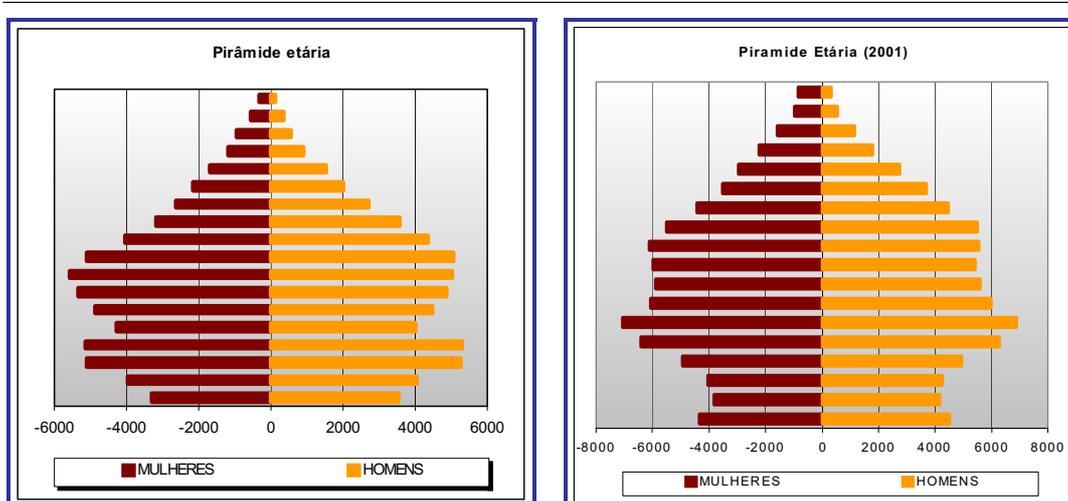
FIGURA 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 65 OU MAIS ANOS, NA PENÍNSULA DE SETÚBAL EM 2001 POR FREGUESIA



A análise das pirâmides etárias do concelho do Seixal (Gráfico 5), em 1991 e 2001, permite corroborar essas afirmações: o estreitar da base da pirâmide (apesar do 1º grupo quinquenal ter aumentado,

reflectindo uma recuperação dos índices de fertilidade no final da década de 90) e um alargamento do topo.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DAS PIRÂMIDES ETÁRIAS DO CONCELHO DO SEIXAL (1991-2001)



Fonte: INE – Censos 2001 (Resultados Definitivos) e CMS – Divisão do PDM

Da análise da evolução da população, por grandes grupos etários (Quadro 6) conclui-se que no concelho do Seixal os jovens têm vindo a diminuir, em termos relativos, a sua participação no total da população desde os anos 80 (apesar de em termos absolutos se observar uma constância nas últimas décadas). Inversamente, o grupo dos idosos – população com 65 e mais anos – tem aumentado gradualmente de peso relativo, passando de 6,9% em 1991 para 10,1% em 2001 (15.258 efectivos, o que, em termos absolutos, traduz um quase duplicar do grupo etário). Este envelhecimento da estrutura etária é particularmente visível nas freguesias de Seixal e Fernão Ferro. No primeiro caso, em 2001, cerca de 23,3% da população total possuía 65 ou mais anos, não obstante a tendência apontar para uma diminuição gradual desta faixa etária.

QUADRO 6 – INDICADORES DA ESTRUTURA POPULACIONAL NO CONCELHO DO SEIXAL

%	1981	1991	2001
Jovens (0-14)	28,4	21,5	16,7
Adultos (15-64)	66,3	71,5	73,2
Idosos (65 e mais)	5,3	6,9	10,1
Índice de dependência Jovens	42,9	30,1	22,8
Índice de dependência Idosos	8,1	9,7	13,7

Fonte: INE

QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E POR FREGUESIA EM 2001

	População Residente entre 0 a 14 anos (1991)		População Residente 0 a 14 anos (2001)		População Residente 65 ou mais anos 1991)		População Residente 65 ou mais anos (2001)	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Aldeia de Paio Pires	1.724	21,1	1.913	17,5	619	7,6	1.135	10,4
Amora	9.957	22,0	8.569	16,8	2.758	6,1	4.743	9,3
Arrentela	5.514	21,4	5.091	17,8	2.035	7,9	2.949	10,3
Corroios	7.717	21,8	7.548	16,2	2.058	5,8	4.154	8,9
Fernão Ferro	*	*	1.670	15,5	*	*	1.561	14,5
Seixal	263	11,7	361	14,4	645	28,7	585	23,3

* A freguesia de Fernão Ferro foi criada em 1993 resultado da subdivisão da freguesia de Arrentela, Amora e A. Paio Pires

Fonte: INE

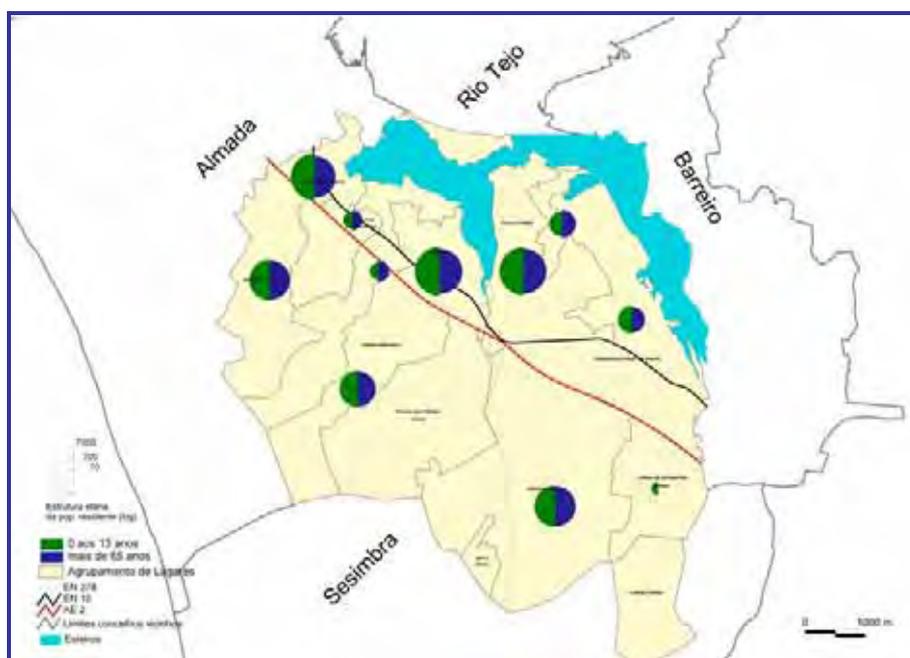
Segundo o agrupamento de lugares proposto, a população jovem e idosa encontra-se distribuída de um modo algo desequilibrado pelo território concelhio como se pode constatar no Quadro 8 e sua espacialização na Figura 4.

QUADRO 8 – POPULAÇÃO JOVEM E IDOSA POR AGRUPAMENTO DE LUGARES PROPOSTO EM 2001

Agrupamento de Lugares	População Residente 0-13 anos	População Residente + 65 anos
Amora	7 060	3 920
Casal do Marco (Z. Ind.)	150	102
Corredor Verde-Nascente	78	157
Corredor Verde-Poente	5	32
Corroios-Norte	4 892	2 469
Corroios-Sul	2 062	1 678
Esteiros	0	0
Fernão Ferro	2 257	1 941
Foros de Amora-Verdizela	931	779
Foros de Catrapona	1	0
NATO	0	0
Pinhal das Freiras	0	0
Seixal-Paio Pires	5 923	4 030
St.ª Marta de Corroios (Z. Ind.)	7	19

Fonte: INE

FIGURA 4 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR AGRUPAMENTO DE LUGARES



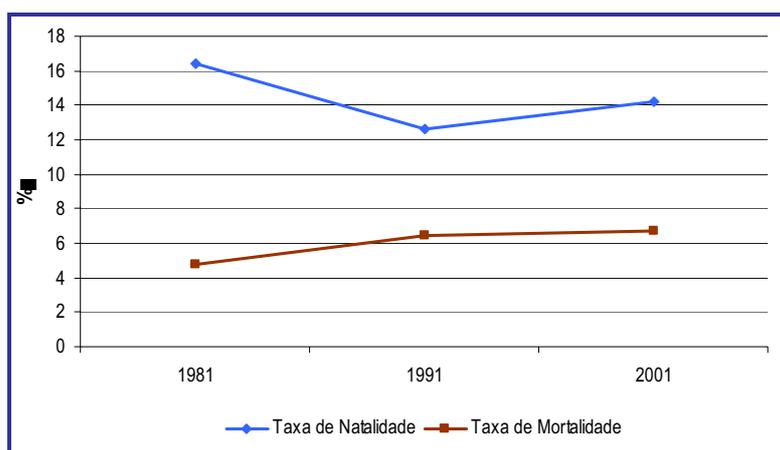
Em consequência, este aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai traduzir-se num índice de envelhecimento progressivamente mais elevado, muito embora o número de jovens continue a ser superior ao número de idosos. Tal situação tem por base, essencialmente, dois factores: por um lado, a manutenção do número de jovens – resultado de uma conjugação entre o “controlo” voluntário da natalidade (fruto das mudanças nas mentalidades, como seja a entrada da mulher no mercado de trabalho, uma maior consciencialização dos custos de educação dos filhos, etc.) e a entrada de população em idade reprodutora (crescimento do número de mulheres em idade fértil); e, por outro lado, o acréscimo de população idosa – resultado do aumento da esperança média de vida originado pelas melhorias ocorridas na assistência médica e social.

Nesta conjuntura, o Seixal apresenta capacidade para, endogenamente, reproduzir a população, registando uma taxa líquida de reprodução bastante elevada. Este cenário tem-se reflectido de um modo mais marcante nos últimos anos.

Saliente-se que desde a década de 90, a população idosa tem vindo a aumentar consideravelmente a sua dependência face à população em idade activa. Contudo, não se pode descurar o facto do conceito de dependência utilizado ser meramente académico e para fins estatísticos pois, em termos reais, a população activa congrega pessoas com idade superior a 64 anos.

O facto da taxa bruta de mortalidade apresentar valores progressivamente mais elevados reflecte, mais do que outro factor, a própria estrutura etária da população. Dada a inexistência de limites naturais ao controlo da morte, pelo facto da população envelhecida estar a aumentar, aqueles quantitativos terão de

ser elevados. Já a taxa bruta de natalidade, após a forte redução patenteada durante os anos 80 – 16,4‰ em 1981 e 12,6‰ no ano de 1991 -, traduzindo a quebra do número de nascimentos, viria a sofrer um novo acréscimo na década de 90, cifrando-se actualmente nos 14,2‰. Sabendo-se que o menor desenvolvimento económico justificou durante muitos anos os elevados valores de nascimentos, a sua manutenção nos últimos anos significa, por um lado, o forte poder atractivo do concelho e, por outro lado, a progressiva preponderância da vida urbana no quotidiano e sociedade. Outros factores, como o peso que a componente demográfica (forte crescimento da população em idade activa/reprodutora) assume no concelho justificam, igualmente, a manutenção do número de nascimentos nas últimas décadas. De modo a acelerar ainda mais os valores positivos no saldo fisiológico, torna-se imprescindível criar condições no espaço concelhio para a captação e fixação de população jovem, diversificando a sua base económica e promovendo uma política de apoio e incentivo à criação de Pequenas e Médias Empresas de capital local.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE NO CONCELHO DO SEIXAL

Fonte: INE

2.4 Estrutura do Povoamento

Após uma análise ao território da Península de Setúbal, constata-se que a rede urbana se apresenta equilibrada, cobrindo de um modo homogéneo o espaço geográfico em causa. Contudo, destacam-se alguns centros urbanos com vários milhares de habitantes, que naturalmente se posicionam no topo da hierarquia regional, apesar da esmagadora maioria deles não possuir um conjunto de infra-estruturas, equipamentos e serviços capazes de polarizar as áreas onde se inserem. Na escala hierárquica sub-regional, os 4 lugares do concelho do Seixal que possuem mais de 10.000 habitantes (casos de Cruz de Pau, Paivas, Miratejo e Corroios), ocupam uma posição privilegiada.

A estrutura regional de povoamento descreve um modelo de distribuição espacial da população, que se caracteriza pela constante entrada de população para as imediações das estações ferroviárias, locais

com maiores níveis de acessibilidade e conseqüentemente onde a distância-tempo que as separa da capital é menor. Este factor explica que não sejam as freguesias com uma estrutura económica “mais rica” e diversificada, casos de Aldeia de Paio Pires e Seixal, a possuírem as maiores concentrações populacionais.

QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1970-2001

	1970	1981	1991	2001
Aldeia de Paio Pires	5.785	7.208	8.169	10.937
Amora	18.695	34.589	45.278	50.991
Arrentela	9.970	18.765	25.779	28.609
Corroios	*	25.499	35.439	46.475
Fernão Ferro	**	**	**	10.753
Seixal	3.640	3.108	2.247	2.506

* A freguesia de Corroios foi criada em 1976 (anteriormente pertencia à freguesia da Amora)

** A freguesia de Fernão Ferro foi criada em 1993 (anteriormente pertencia às freguesias de Arrentela, Amora e A. Paio Pires)

Fonte: INE

Em 2001, as freguesias com maior número de residentes eram Amora e Corroios, respectivamente com 50.991 e 46.475 habitantes. Com apenas 2.506 residentes, a freguesia sede de concelho, ocupava a base da hierarquia populacional concelhia.

Uma análise às taxas de crescimento populacional observadas nas últimas décadas (Quadro 9) permite concluir que desde 1970 todas as freguesias, à excepção do Seixal, têm apresentado crescimentos assinaláveis.

QUADRO 10 – TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL 1981-2001

	1970/81	1981/91	1991/2001
Aldeia de Paio Pires	24,6	13,3	33,9
Amora	85,0	30,9	12,6
Arrentela	88,2	37,7	10,9
Corroios	*	38,9	31,1
Fernão Ferro	**	**	**
Seixal	-14,6	-27,7	11,5

* A freguesia de Corroios foi criada em 1976 (anteriormente pertencia à freguesia da Amora)

** A freguesia de Fernão Ferro foi criada em 1993 (anteriormente pertencia às freguesias de Arrentela, Amora e A. Paio Pires)

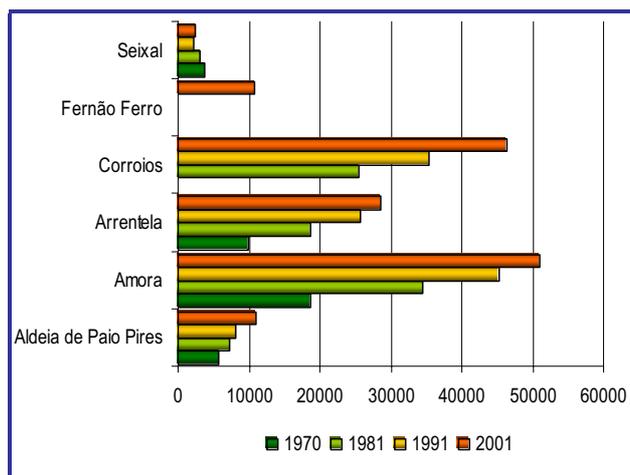
Fonte: INE

Após as elevadíssimas taxas de crescimento patentes na década de 70, as duas freguesias com maior dimensão populacional (Amora e Arrentela), apesar de continuarem a crescer significativamente em termos absolutos, começam a sofrer uma forte quebra em termos relativos.

Registe-se o caso da freguesia sede de concelho, que depois de várias décadas a apresentar taxas de crescimento negativas, durante a década de 90 viu os seus efectivos populacionais aumentarem, traduzindo o retorno de população para o núcleo antigo, após alguns processos de requalificação e renovação urbana de muitos dos edifícios aqui localizados.

Esta louvável política camarária de atrair para o centro histórico do Seixal, para o seu núcleo mais antigo, a população seixalense, deverá ser uma das apostas principais a prosseguir, apoiando e viabilizando todos os projectos de renovação/requalificação urbana que tenham por intuito melhorar o património edificado e atrair população jovem, para a freguesia mais envelhecida e de menor dimensão demográfica do concelho.

GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO SEIXAL (1981-2001)



Fonte: INE

O Quadro 11 permite verificar as elevadíssimas densidades populacionais registadas em algumas freguesias do concelho. As grandes concentrações populacionais nas freguesias de Arrentela e Corroios, nomeadamente em dois, três grandes aglomerados localizados nas proximidades das estações ferroviárias, originam densidades populacionais superiores a 2.750 hab/Km².

Inversamente a freguesia de Fernão Ferro, a sul da auto-estrada, caracteriza-se por um povoamento disperso, com fracas densidades, geralmente em moradias unifamiliares.

QUADRO 11 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL (1981-2001)

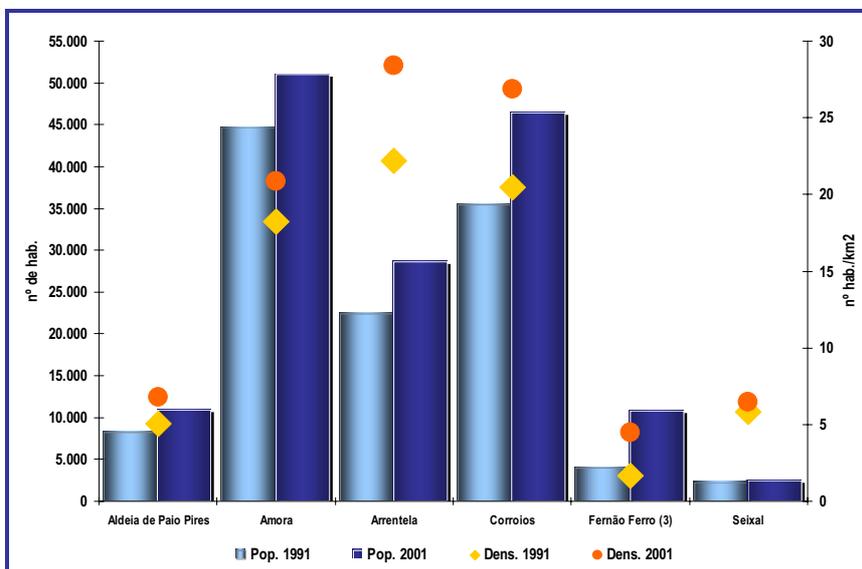
	Densidade Populacional (hab/Km ²)		
	1981	1991	2001
Aldeia de Paio Pires	596	675	904
Amora	1.267	1.659	1.868
Arrentela	1.955	2.685	2.980
Corroios	1.509	2.097	2.750
Fernão Ferro			425
Seixal	1.295	936	1.044
Concelho do Seixal	953	1.249	1.605

Fonte: INE

A análise do Gráfico 8 permite-nos retirar uma conclusão interessante. Apesar da população ter aumentado em todas as freguesias do concelho, verifica-se que no caso da Arrentela e de Corroios, esse crescimento é acompanhado por um elevado acréscimo das densidades populacionais, traduzindo a

continuação de um crescimento urbanístico em altura baseado em edifícios com muitos pisos, densamente ocupados.

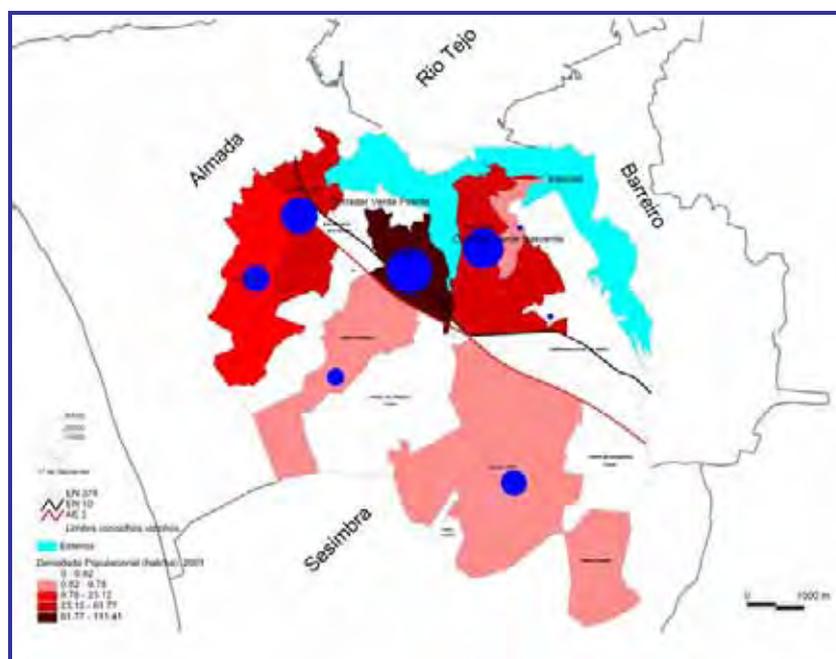
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA (1991-2001)



NOTA – Os valores de Fernão Ferro para 1991 foram estimados a partir das sub-seções estatísticas que passaram a integrar esta Freguesia em 1993.

FONTE: INE, Censos 91 e 2001 e CMS – Divisão do PDM

FIGURA 5 – DENSIDADE POPULACIONAL POR AGRUPAMENTO DE LUGARES EM 2001



Entre 1991 e 2001, o número de lugares com mais de 10.000 residentes manteve-se inalterado: 4 (Quadro 12). Contudo, verificou-se um crescimento assinalável nos lugares entre 5.000 e 10.000 habitantes. Segundo o último Recenseamento Geral da População, em 2001, 34% da população do

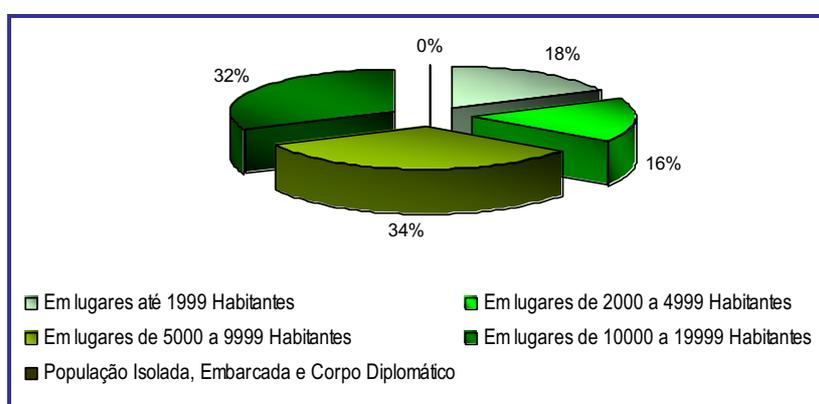
concelho do Seixal residia em lugares entre 5.000 e 9.999 habitantes e 32% em lugares com mais de 10.000 habitantes (Gráfico 9).

QUADRO 12 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LUGARES POR DIMENSÃO POPULACIONAL ENTRE 1991 E 2001

	1991	2001
>10.000 hab.	4	4
>5.000<10.000 hab.	4	7
>2.000<5.000 hab.	6	6

Fonte: INE

GRÁFICO 9 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES EM 2001



Fonte: INE

Entre 1991 e 2001, os 4 aglomerados com maior dimensão populacional tiveram comportamentos bastante díspares em termos de crescimento. Assim, aos fortes acréscimos populacionais patenteados em Paivas (+15,5%) e Corroios (+9%), contrapõem-se os decréscimos contabilizados em Cruz de Pau (-9,9%) e Miratejo (-6,6%). No caso de Cruz de Pau, que continua a ser o lugar concelhio com maior dimensão populacional, essa quebra rondou as 1.500 pessoas.

De realçar que os 7 lugares que em 2001 possuíam entre 5.000 e 10.000 habitantes, “beneficiaram” dos fortes crescimentos observados na década de 90, verificando-se taxas de crescimento positivas em todos eles.

QUADRO 13 – DIMENSÃO POPULACIONAL DOS LUGARES COM MAIS DE 2 000 HABITANTES

Lugares	Freguesia	População Residente (1991)	População Residente (2001)	Taxa de Variação (1991-2001)
Mais de 10.000 habitantes				
Cruz de Pau	Amora	15.454	13.925	-9,9
Paivas	Amora	10.493	12.124	15,5
Miratejo	Corroios	12.011	11.222	-6,6
Corroios	Corroios	9.500	10.358	9,0
Entre 5.000 e 10.000 habitantes				
Amora	Amora	7.122	9.868	38,6
Vale de Milhaços	Corroios	6.082	8.464	39,2
Torre da Marinha	Arrentela	7.651	8.194	7,1
Fogueteiro	Amora	5.677	6.987	23,1
Sta. Marta do Pinhal	Corroios	7	6.105	87.114,3
Aldeia de Paio Pires	A. de Paio Pires	4.307	5.768	33,9
Fernão Ferro	Fernão Ferro	2.813	5.512	95,9
Entre 2.000 e 5.000 habitantes				
Foros de Amora	Amora	2.841	4.290	51,0
Alto do Moinho	Corroios	4.094	4.029	-1,6
Quinta da Boa Hora	Arrentela	3.192	3.535	10,7
Pinhal de Frades	Arrentela	1.120	2.842	153,8
Murtinheira	Arrentela	1.366	2.597	90,1
Seixal	Seixal	2.207	2.468	11,8

Fonte: INE, Censos 91 e 2001 e C.M.S., Divisão do PDM

Após uma análise ao nível dos lugares, e de modo a estruturar e melhor compreender a realidade de alguns espaços territoriais, procedeu-se ao agrupamento dos mesmos. Dessa proposta, nasce o Quadro 14.

QUADRO 14 – POPULAÇÃO EM 2001 POR AGRUPAMENTO DE LUGARES PROPOSTOS

Agrupamento de lugares	Total 2001	% do Total Concelho
Amora	44.460	29,6
Casal do Marco (Z. Ind.)	842	0,6
Corredor Verde-Nascente	733	0,5
Corredor Verde-Poente	118	0,1
Corroios-Norte	29.902	19,9
Corroios-Sul	16.063	10,7
Esteiros	0	0,0
Fernão Ferro	14.995	10,0
Fors de Amora-Verdizela	6.865	4,6
Fors de Catrapona	7	0,0
NATO	0	0,0
Pinhal das Freiras	0	0,0
Seixal-Paio Pires	36.228	24,1
St. ^a Marta de Corroios (Z. Ind.)	58	0,0
Total do Concelho	150.271	

Fonte: INE

Face à estrutura de povoamento característica deste concelho, vários factores assumem especial relevância:

- O peso relativo da população dispersa a sul da auto-estrada, nomeadamente na freguesia de Fernão Ferro, origina um conjunto de dificuldades e custos acrescidos para assegurar um mínimo de condições de vida e qualidade do espaço urbano a esta importante franja populacional, sobretudo nos domínios da dotação de equipamentos e infra-estruturas básicas;
- A dimensão dos aglomerados possibilitou que se atingissem limiares de procura bastante elevados que não foram acompanhados pela generalização de um conjunto de serviços banais;
- A estrutura de povoamento, aliada às baixas densidades populacionais registadas no sul do concelho, inviabiliza o desenvolvimento de mercados de trabalho atractivos para iniciativas de carácter exógeno ou com lógicas de mercado extra-local, nesta franja territorial.

Neste sentido, o Plano Director Municipal deverá contribuir para o desenvolvimento articulado e concertado entre os principais núcleos urbanos concelhios, dando ênfase à articulação entre os aglomerados populacionais do norte e do sul do concelho.

Importa, igualmente, adoptar uma política de discriminação positiva na modelação e estruturação do território, privilegiando alguns núcleos populacionais que possam ancorar o processo de desenvolvimento, contrariando a excessiva dispersão da população, por todo o espaço territorial a sul da auto-estrada.

2.5 Movimentos Intra-Regionais

Ao longo das últimas três décadas têm-se observado, no seguimento de toda a análise que tem vindo a ser feita, diversas alterações intra-concelhias que importa relevar e que ainda não foram abordadas (Quadro 15 e Quadro 16).

A diminuição do peso relativo no concelho das freguesias de Amora e Arrentela traduz, por um lado, o desmembramento a que foram sujeitas para a criação de novas unidades administrativas (freguesias de Corroios e Fernão Ferro, respectivamente) e, por outro, o forte crescimento patenteado pelas restantes freguesias que não foi proporcionalmente acompanhado por estas, face às enormes densidades já existentes, dificilmente conseguiriam crescer a um ritmo superior àquele que se registou, face aos espaços livres ainda existentes.

A freguesia sede de concelho, tem vindo progressivamente a perder relevância em termos populacionais, assumindo claramente a sua vertente funcional (centro de comércio e serviços) em detrimento da função residencial – dormitório, tão marcada na generalidade das restantes freguesias do concelho.

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DO PESO DA FREGUESIA NO TOTAL DO CONCELHO

	1970	1981	1991	2001
Aldeia de Paio Pires	15,2	8,1	7,0	7,3
Amora	49,1	38,8	38,7	33,9
Arrentela	26,2	21,0	22,0	19,0
Corroios	*	28,6	30,3	30,9
Fernão Ferro	**	**	**	7,2
Seixal	9,6	3,5	1,9	1,7

* A freguesia de Corroios foi criada em 1976 (anteriormente pertencia à freguesia de Amora).

** A freguesia de Fernão Ferro foi criada em 1993 (anteriormente pertencia às freguesias de Arrentela, Amora e A. de Paio Pires).

Fonte: INE

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PESO DA SEDE NO TOTAL DA FREGUESIA

	1991	2001
Aldeia de Paio Pires	52,7	52,7
Amora	15,9	19,4
Arrentela	6,5	4,5
Corroios	26,8	22,3
Fernão Ferro	70,7	51,3
Seixal	98,2	98,5

Fonte: INE

Centrando a análise na evolução do número de famílias no concelho (Quadro 17), entre 1981 e 2001, como seria expectável, a mesma acompanha a curva evolutiva registada no número de efectivos populacionais, já anteriormente referenciada. Cerca de 2/3 das famílias residem nas freguesias de Amora e Corroios e, se a estas juntarmos Arrentela, esse valor ascende aos 83,5%.

Registe-se igualmente o facto de a dimensão média das famílias seixalenses, acompanhando de resto a tendência nacional, vir progressivamente a diminuir, atingindo actualmente as 2,8 pessoas por família.

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS E SUA DIMENSÃO MÉDIA

	Famílias Clássicas			Dimensão Média da família		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Aldeia de Paio Pires	2 343	2 687	4 015	3,1	3,0	2,7
Amora	10 368	14 285	18 102	3,3	3,2	2,8
Arrentela	6 030	8 396	10 272	3,1	3,1	2,8
Corroios	7 711	11 130	16 325	3,3	3,2	2,8
Fernão Ferro	*	*	3 687	*	*	2,9
Seixal	1 144	950	1 076	2,7	2,4	2,3
Concelho do Seixal	27 596	37 268	53 477	3,2	3,1	2,8

* A freguesia de Fernão Ferro foi criada em 1993 (anteriormente pertencia às freguesias de Arrentela, Amora e A. de Paio Pires).

Fonte: INE

De modo a alterar esta situação, a autarquia deverá promover a imagem do concelho em diversos contextos territoriais, de modo a atrair população jovem de outros concelhos, nomeadamente para a freguesia do Seixal (actualmente com alguns problemas de envelhecimento populacional).

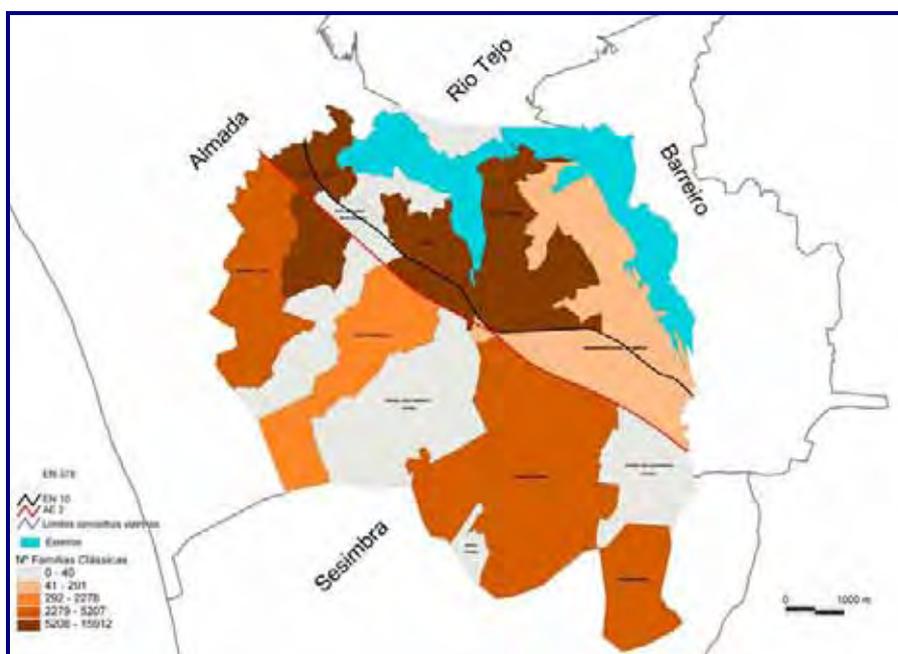
Segundo a proposta de agrupamento de lugares, as maiores concentrações familiares ocorrem em Amora, Seixal-Paio Pires e Corroios-Norte como se pode constatar no Quadro 18 e na Figura 6.

QUADRO 18 – NÚMERO DE FAMÍLIAS POR AGRUPAMENTO DE LUGARES PROPOSTOS EM 2001

	2001
Amora	15 912
Casal do Marco (Zona Industrial)	291
Corredor Verde-Nascente	272
Corredor Verde-Poente	40
Corroios-Norte	10 964
Corroios-Sul	5 207
Esteiros	0
Fernão Ferro	5 135
Foros de Amora-Verdizela	2 278
Foros de Catrapona	4
NATO	0
Pinhal das Freiras	0
Seixal-Paio Pires	13 348
St.ª Marta de Corroios (Zona Industrial)	26
Total do Concelho	53 477

Fonte: INE

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR AGRUPAMENTO DE LUGARES



2.6 Níveis de Instrução da População Residente

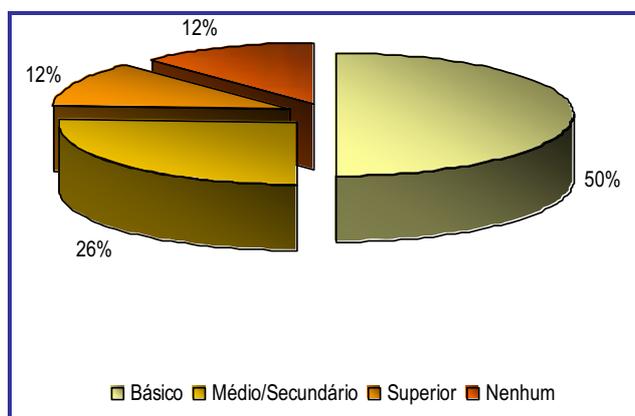
Cada vez mais, as políticas territoriais a empreender deverão considerar as dificuldades de empregabilidade dos seus residentes, assumindo-se claramente que políticas activas de emprego são igualmente políticas territoriais. A maioria das vezes a exclusão social tem origem na dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sobretudo de jovens menos qualificados (embora, nos últimos anos, esteja a crescer o número de desempregados com qualificação).

Campo privilegiado de investimento da autarquia nos últimos anos, a educação surge como um importante vector de avaliação do estágio de desenvolvimento do concelho. O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9º ano (com a entrada em vigor da Nova Reforma Educativa, passará a ser até ao 12º ano) e a massificação generalizada do ensino levou a profundas alterações neste domínio e ao encaminhamento de constantes e significativos investimentos para o campo educativo.

Apesar disso, nem sempre a escola está apta a responder às verdadeiras aspirações e necessidades da população jovem, sendo muitas vezes apenas uma escolha “obrigatória” face à falta de alternativas e ao mais que previsível desemprego.

A população do Seixal, em 2001, apresentava a distribuição por níveis de ensino sintetizada no Gráfico 10, sendo este um aspecto determinante no quadro do desenvolvimento económico local.

GRÁFICO 10 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO CONCLUÍDO

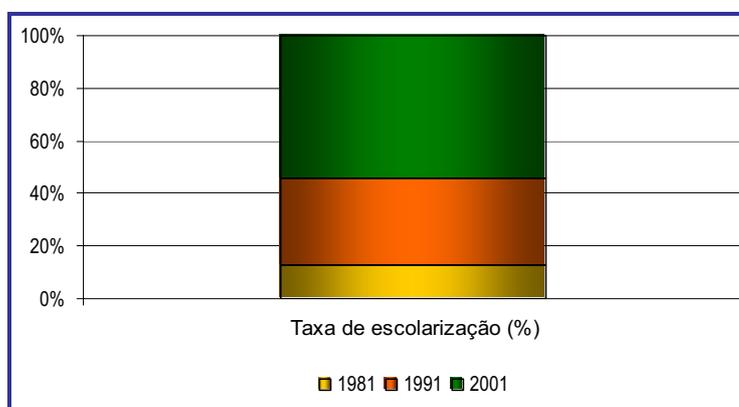


Fonte: INE

Cerca de metade da população residente no concelho possui o ensino básico. De referir que a população que já possui um nível de ensino superior é idêntica àquela que não possui qualquer escolaridade (maioritariamente pertencente ao estrato etário de 65 e mais anos). O concelho do Seixal tinha, em 2001, uma taxa de analfabetismo de 4,8%.

O Gráfico 11 reflecte a evolução da taxa de escolarização, sendo bem elucidativo o progresso registado no concelho nos últimos anos.

GRÁFICO 11 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (1981-2001)



Fonte: INE

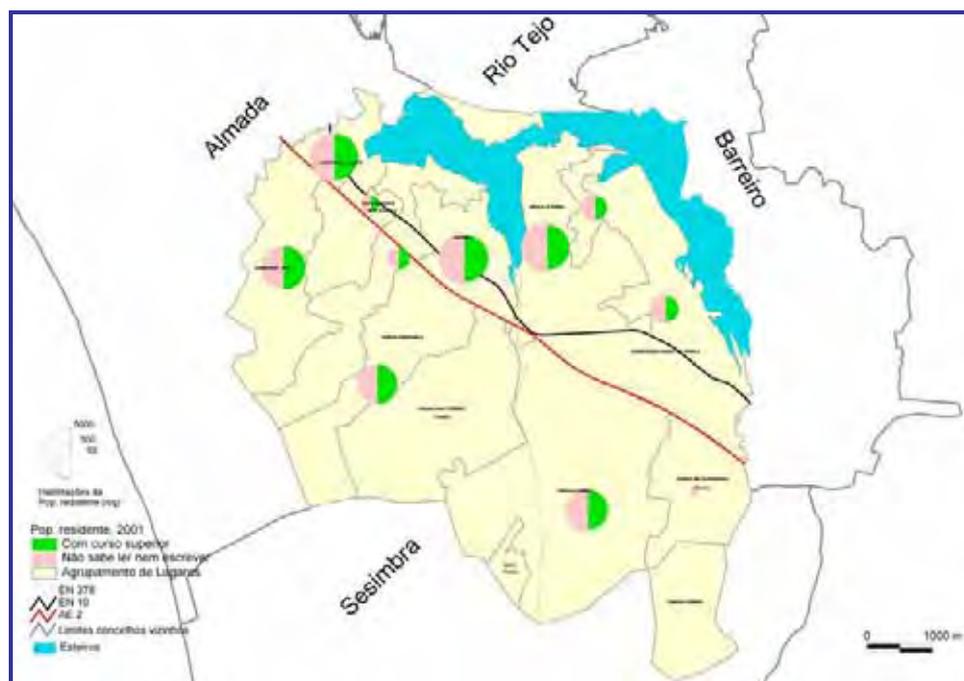
O Quadro 19, que serviu de base à Figura 7, permite verificar os níveis de instrução da população residente, nos diversos agrupamentos de lugares proposto.

QUADRO 19 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR AGRUPAMENTO DE LUGARES PROPOSTOS EM 2001

	Indivíduos Residentes sem Saber Ler nem Escrever	Indivíduos Residentes com Curso Superior Completo
Amora	5 353	2 510
Casal do Marco (Z. Industrial)	143	43
Corredor Verde-Nascente	90	25
Corredor Verde-Poente	17	13
Corroios-Norte	3 503	2 414
Corroios-Sul	1 418	1 632
Esteiros	0	0
Fernão Ferro	1 972	779
Foros de Amora-Verdizela	681	817
Foros de Catrapona	1	0
NATO	0	0
Pinhal das Freiras	0	0
Seixal-Paio Pires	4 806	1 771
St.ª Marta de Corroios (Z. Industrial)	11	2

Fonte: INE

FIGURA 7 – GRAU DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO POR AGRUPAMENTO DE LUGARES



2.7 Movimentos Pendulares

Um profundo conhecimento da dimensão urbana, da delimitação das correspondentes áreas de influência e dos respectivos efeitos de aglomeração, constituem factores muito importantes de sucesso, no

processo de revisão actualmente em curso. Neste quadro referencial, importa analisar a dimensão da «bacia de emprego» onde se integra o concelho do Seixal.

A criação de empregos num concelho sem a correspondência espacial de trabalhadores e/ou de consumidores levantaria muitas dificuldades de resposta, pelo menos no curto prazo. Assim, a existência de uma relação de interdependência e até de polarização entre o concelho do Seixal e os concelhos envolventes permitirá identificar de forma correcta as «bacias de emprego» que lhe correspondem. O potencial urbano e as relações hierárquicas de dependência entre os lugares são variáveis extremamente importantes para avaliar a dimensão e âmbito do referido potencial.

A análise das migrações pendulares (casa-emprego) ganha particular importância na identificação das áreas de influência dos aglomerados e permite a identificação das Unidades Geográficas de Emprego (UGE) e dos reais limites do concelho. Com base no quadro 6.25¹ do Recenseamento Geral da População de 1991, do Instituto Nacional de Estatística, Manuel PISCO (1997) estabeleceu ao nível de Portugal Continental, trinta e três Unidades Geográficas de Emprego (U.G.E.) que correspondem a “...unidades territoriais coerentes, que resultam das migrações pendulares diárias do conjunto de relacionamentos em cadeia que se vão desenvolvendo no espaço entre os diferentes concelhos envolvidos”.

A partir das relações entre os diferentes tipos de activos considerados (residentes activos, presentes activos, migrantes circulares, emigrantes e imigrantes), o autor criou duas taxas: 1. de polarização (estabelece a polarização de um concelho sobre outro) e 2. de dependência (determina a dependência de um concelho em relação a outro). Após testar as relações entre todos os municípios do Continente determinou a existência das referidas 33 U.G.E.. O Seixal encontrava-se integrado na Unidade Geográfica de Emprego de Lisboa.

Segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, dos 50.590 residentes activos do concelho do Seixal, cerca de 21.000 laboravam no próprio concelho. Contudo, verificavam-se fortes fluxos diários com os concelhos de Lisboa – 16.617 deslocações e Almada – 8.394. Em termos inversos, observa-se que o concelho seixalense possuía um forte poder de atracção relativamente aos concelhos vizinhos de Almada (2.551 activos) e Barreiro (1.395 activos) como se pode constatar no Quadro 20.

¹ População residente presente a exercer uma profissão, segundo o ramo de actividades, e estudantes.

QUADRO 20 – MOBILIDADE DOS RESIDENTES ACTIVOS – 1991

ORIGEM	DESTINO									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Alcochete	2 512	24	34	29	927	84	3	7	77	
2. Almada	19	32 400	234	94	87	121	2 551	188	704	
3. Barreiro	33	1 123	15 467	1 334	236	306	1 395	128	998	
4. Moita	76	713	3 767	9 748	651	370	828	83	1 018	
5. Montijo	562	99	202	305	11 425	377	43	12	341	
6. Palmela	53	170	774	367	418	10 532	237	80	3 842	
7. Seixal	16	8 394	444	84	105	188	21 052	344	932	16 617
8. Sesimbra	1	367	144	16	14	108	425	7 763	400	
9. Setúbal	30	262	238	78	153	1 473	305	215	34 641	
10. Lisboa							429			

Fonte: INE

Em 1998, segundo o Inquérito à Mobilidade elaborado pela DGTT, registavam-se cerca de 67.300 deslocações motorizadas diárias intra-concelhias. Em termos inter-concelhios, observavam-se fortes deslocações de seixalenses para Lisboa (24.299) e Almada (21.875). Estes valores eram “compensados” com a entrada diária de 20.528 residentes de Almada e 24.591 residentes lisboetas (Quadro 21).

QUADRO 21 – ORIGEM-DESTINO DAS DESLOCAÇÕES MOTORIZADAS TOTAIS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL E NA SUA
RELAÇÃO COM LISBOA EM 1998

	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal	AML Norte	Lisboa
Alcochete	5.065	252	349	229	4.136	331	141	0	199	887	393
Almada	212	106.022	1.385	954	302	1.004	20.528	1.224	2.038	49.870	37.286
Barreiro	352	1.476	63.257	21.626	859	3.242	2.600	1.002	2.475	16.905	14.454
Moita	340	819	21.619	31.069	1.311	2.978	1.089	597	1.870	9.922	8.216
Montijo	3.944	333	745	1.529	41.663	2.158	198	132	1.316	3.074	1.986
Palmela	405	1.006	3.380	2.695	2.085	25.729	1.257	1.095	9.434	3.842	3.040
Seixal	131	21.875	2.391	909	289	1.615	67.294	1.869	2.535	30.999	24.299
Sesimbra	32	1.302	1.201	757	132	1.057	1.670	30.745	1.832	2.565	1.748
Setúbal	191	1.881	2.833	1.636	1.415	9.828	2.692	1.605	114.714	5.773	4.067
AML-Norte	1.086	49.441	16.550	9.286	3.012	4.185	30.914	2.799	5.744		
Lisboa	680	37.411	14.748	7.755	1.819	2.953	24.591	1.548	4.063		

Consideram-se todos os motivos para as deslocações, incluindo o retorno a casa

Fonte: DGTT

Segundo o último Recenseamento Geral da População (2001), as deslocações pendulares do concelho do Seixal, quer para trabalhar quer para estudar, registavam-se sobretudo no interior do próprio concelho (33.911 deslocações de um total de 77.035 – 44%). Também para Lisboa e Almada esses valores são assinaláveis (23.248 e 10.524 deslocações diárias, respectivamente). Pelo contrário, diariamente entravam no concelho 24.591 pessoas oriundas de Lisboa e 20.528 de Almada (Quadro 22).

QUADRO 22 – MATRIZ ORIGEM-DESTINO DAS DESLOCAÇÕES CASA-TRABAHO OU CASA-ESCOLA EM 2001

	Alcochete	Almada	Barreiro	Lisboa	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Alcochete	3.101	58	70	977	51	1.340	169	17	6	110
Almada	53	40.282	300	25.999	99	196	519	3.089	233	1.276
Barreiro	41	776	17.246	11.031	1.329	246	1.320	961	196	1.288
Lisboa	54	2.687	284	224.854	94	195	258	527	109	734
Moita	118	643	4551	7.104	12.771	795	1.682	713	143	1.314
Montijo	740	193	255	2.388	296	12.061	755	81	26	502
Palmela	85	366	720	2.528	456	783	14.984	395	134	4.313
Seixal	64	10.524	639	23.248	172	262	1.076	33.911	695	1.847
Sesimbra	5	772	294	2.800	65	41	404	1.042	10.643	792
Setúbal	44	781	440	4.308	223	294	4.116	657	461	40.427

Fonte: INE

Da análise dos últimos quadros sobressai um facto importante: nos últimos anos, tem vindo progressivamente a diminuir o número de deslocações diárias para fora do concelho, acentuando-se o número de viagens intra-concelhias. Este facto permite concluir que:

- cada vez mais a base económica local do Seixal e o número de equipamentos escolares colocados ao dispor da população consegue dar resposta à procura concelhia;
- a função residencial tem vindo a perder peso, deixando progressivamente o Seixal de ser um mero concelho dormitório de Lisboa ou Almada (apesar de se manterem elevados valores absolutos).

3. Dinâmica Urbana e Transformação e Evolução do Uso do Solo

3.1 Dinâmica Urbana Concelhia

3.1.1 Enquadramento na Península de Setúbal e na AML

O concelho do Seixal tem vindo ao longo dos últimos anos a apresentar um crescimento progressivo e continuado quer em termos demográficos quer de número de edifícios e alojamentos. Este facto é comprovado pelo crescimento acima da média que se tem verificado no concelho quando comparado com a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa conforme ilustrado no Quadro 23.

QUADRO 23 – CRESCIMENTO DO CONCELHO DO SEIXAL EM COMPARAÇÃO COM A PENÍNSULA DE SETÚBAL E AML

		Seixal	Península de Setúbal	AML
1991	Pop. Residente	116.912	640.493	2.496.545
	Alojamentos	50.317	286.230	1.065.362
	Edifícios	17.945	122.794	348.761
2001	Pop. Residente	150.271	714.589	2.682.687
	Alojamentos	69.010	358.729	1.291.700
	Edifícios	25.167	144.871	402.598
Taxa de Variação	Pop. Residente	29%	12%	7%
	Alojamentos	37%	25%	21%
	Edifícios	40%	18%	15%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Da análise do quadro pode constatar-se que o concelho teve um acréscimo demográfico de 29% valor bastante acima do registado quer na Península de Setúbal quer na AML. Regista-se igualmente uma dinâmica urbana considerável dada a taxa de variação do número de alojamentos e do de edifícios apresentar valores bastante significativos e consideravelmente superiores aos registados nas restantes áreas em estudo. Sinteticamente, pode concluir-se que o Seixal apresenta actualmente uma grande dinâmica quer demográfica quer urbana.

Em termos do peso relativo do Seixal nas áreas territoriais contíguas e mais abrangentes em que se enquadra pode verificar-se que, de acordo com os resultados dos Censos de 2001, a população residente no concelho representa cerca de 21% da população da Península de Setúbal e de 6% da população residente da AML. Em termos de alojamentos e edifícios os valores são relativamente inferiores mas ainda com um peso significativo: 19% e 17% respectivamente para a Península de Setúbal e 5% e 6% para a AML.

A análise dos principais indicadores permite perceber o aumento da densidade populacional em qualquer uma das áreas em análise, tendo aumentado consideravelmente a densidade populacional no Seixal dado o forte crescimento demográfico que o mesmo apresenta.

Contrariamente, tem-se verificado o decréscimo do número de pessoas por fogo no concelho do Seixal bem como na Península de Setúbal e na AML, fruto da menor dimensão das famílias e do maior número de indivíduos a viver sozinhos. Estes valores rondam os 6% para o concelho e 11% quer para a Península de Setúbal quer para a AML.

Por último, constata-se o crescimento do número de fogos por edifício na Península de Setúbal e na AML e um decréscimo, embora ligeiro, no concelho do Seixal. O Quadro 24 sintetiza os indicadores tratados em 1991 e 2001 para as áreas em análise.

QUADRO 24 – PRINCIPAIS INDICADORES

	1991			2001		
	Dens. Pop. (hab./km ²)	N.º Ind/ Aloj.	N.º Aloj/ Edifício	Dens. Pop. (hab./km ²)	N.º Ind/ Aloj.	N.º Aloj/ Edifício
Seixal	1.249,06	2,32	2,81	1.605,46	2,18	2,74
Península de Setúbal	421,6	2,24	2,33	470,3	1,99	2,5
AML	798,41	2,34	3,05	857,94	2,08	3,21

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

3.1.2 Crescimento Endógeno

Neste capítulo procurar-se-á sintetizar o crescimento do concelho como um todo, nas freguesias, nos eixos de desenvolvimento que foram delineados no PDM e nos lugares de acordo com o agrupamento que foi realizado para a análise estatística, de modo a ser possível perceber a evolução da dinâmica urbana nas várias unidades territoriais referidas.

3.1.2.1 Dinâmica Urbana do Concelho

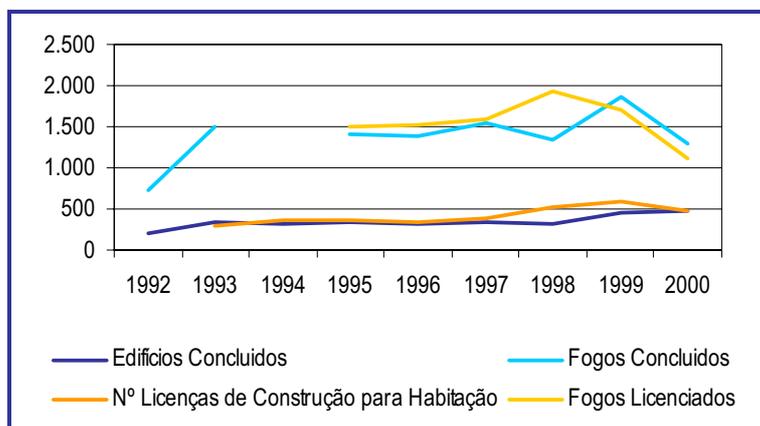
O Gráfico 12 ilustra a evolução de edifícios e fogos concluídos, bem como o número de licenças de construção e fogos licenciados deste 1992 a 2000, podendo observar-se a dinâmica urbana acentuada experimentada pelo concelho.

O número de edifícios tem vindo a crescer progressivamente embora com um ligeiro decréscimo em 1998 que foi rapidamente recuperado em 1999. Os dois últimos anos analisados foram aqueles que registaram o maior número de edifícios e fogos concluídos, respectivamente, um total de 475 edifícios e 1 859 fogos.

O número de licenças de construção apresenta igualmente um crescimento contínuo ao longo do tempo tendo no entanto registado em 2000, um ligeiro decréscimo. O padrão de comportamento apresentado pelos fogos licenciados regista um crescimento equilibrado entre 1995 e 1998 tendo a partir deste ano

registado um decréscimo acentuado e acelerado que culminou em 2000 com o menor número de licenças registadas neste período.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS E FOGOS CONSTRUÍDOS E DAS LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO E FOGOS LICENCIADOS ENTRE 1992 E 2000



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo de 1992 a 2002

3.1.2.2 Dinâmica Urbana por Freguesia

A análise da dinâmica urbana por freguesia encontra-se sintetizada no Quadro 25 para os resultados dos últimos dois recenseamentos da população e da habitação. Como se pode constatar, o concelho apresenta taxas de crescimento aproximadamente de 40% quer nos alojamentos quer nos edifícios.

O comportamento das freguesias revela um crescimento considerável do número de fogos e edifícios com excepção da freguesia de Arrentela que regista uma taxa de variação do número de edifícios negativa na última década que pode ser explicada pela nova divisão administrativa do concelho uma vez que a freguesia de Fernão Ferro (criada em 1996) resulta das freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora e sobretudo Arrentela.

A freguesia onde se regista o maior acréscimo de número de fogos é a freguesia de Aldeia de Paio Pires com valores aproximados de 50%, seguida da freguesia de Corroios com valores na ordem dos 40%. As restantes freguesias apresentam crescimentos de cerca de 20% com excepção da freguesia da Arrentela que regista um crescimento mínimo de 2%.

O aumento do número de edifícios na última década foi como já se referiu bastante acentuado no concelho. Regista-se um relativo equilíbrio nas freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora e Seixal com um aumento médio de 12%. Destaca-se a freguesia de Corroios pelo grande aumento do número de edifícios e, contrariamente, a freguesia da Arrentela que regista uma diminuição.

Importa ainda referir que a freguesia do Seixal, que tem uma área muito inferior a qualquer uma das restantes freguesias, apresenta uma dinâmica urbana muito considerável e um crescimento acentuado quer de edifícios quer de fogos, numa extensão que representa apenas 3% do território municipal.

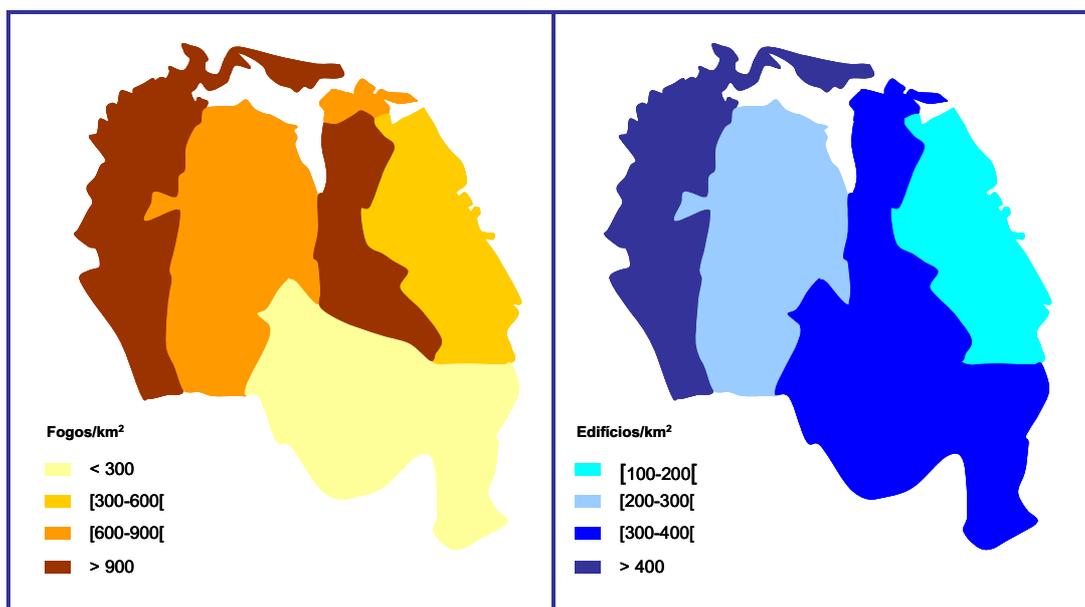
QUADRO 25 – TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS ENTRE 1991 E 2001

	Alojamentos			Edifícios		
	1991	2001	Tx. Variação	1991	2001	Tx. Variação
Concelho	50.300	69.000	37%	18.000	25.250	40%
Ald. Paio Pires	3.400	5.000	47%	1.150	1.300	13%
Amora	18.500	22.300	20%	5.000	5.800	16%
Arrentela	12.600	12.800	2%	5.700	3.400	-40%
Corroios	14.600	20.600	40%	5.600	7.800	39%
Fernão Ferro	0	6.800		0	6.400	
Seixal	1.250	1.500	20%	500	550	10%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

As densidades habitacionais e de edifícios encontram-se espacializadas na Figura 8. O concelho regista uma densidade habitacional de 737.3 alojamentos/km² e uma densidade de 268.9 edifícios/km² distribuída por freguesia de acordo com o esquematizado na Figura 8.

FIGURA 8 – DENSIDADE HABITACIONAL E DE EDIFÍCIOS POR FREGUESIA EM 2001



As freguesias que apresentam uma maior densidade habitacional são as de Corroios e Arrentela que registam valores acima dos 1000 fogos/km² com um valor ligeiramente superior na freguesia da Arrentela. Inversamente, é a freguesia de Fernão Ferro a que apresenta as densidades habitacionais mais baixas o que se explica pela grande extensão da freguesia e pelo predomínio da habitação unifamiliar. As freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora e Seixal apresentam densidades intermédias, verificando-se valores inferiores na primeira dada a grande extensão ocupada pela Siderurgia Nacional.

Em termos de densidades de edifícios verifica-se que é a freguesia de Aldeia de Paio Pires a que regista os menores valores, seguida da freguesia da Amora. O Seixal, Arrentela e Fernão Ferro apresentam valores entre os 300 e os 400 edifícios/ km² e a freguesia de Corroios apresenta as maiores densidades de edifícios.

3.1.2.3 Dinâmica Urbana por Eixo de Desenvolvimento

A mesma análise efectuada para os eixos de desenvolvimento apontados no anterior PDM – Eixo Nascente correspondente às freguesias do Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Fernão Ferro, Eixo Central correspondente à freguesia de Amora e Eixo Poente à de Corroios - encontra-se sintetizada no Quadro 26.

QUADRO 26 – TAXAS DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS NOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO ENTRE 1991 E 2001 E COMPARAÇÃO COM OS VALORES ESTIMADOS NO PDM

	Alojamentos					Edifícios		
	1991	2001	Tx. Variação	Estimativa PDM	Diferença	1991	2001	Tx. Variação
Eixo Nascente	17.200	26.200	52%	25.200	1.000	7.300	11.600	59%
Eixo Central	18.500	22.300	21%	25.000	-2.700	5.000	5.800	15%
Eixo Poente	14.600	20.600	41%	19.700	900	5.600	7.800	39%

Fonte: Divisão do PDM e Censos 1991 e 2001

Da observação do quadro anterior constata-se que os três eixos de desenvolvimento apresentam acréscimos significativos quer do número de fogos quer do de edifícios na última década. O Eixo Nascente é aquele que regista o maior crescimento quer do número de fogos quer de edifícios no período considerado, verificando-se que este aumento é superior a 50% para ambos.

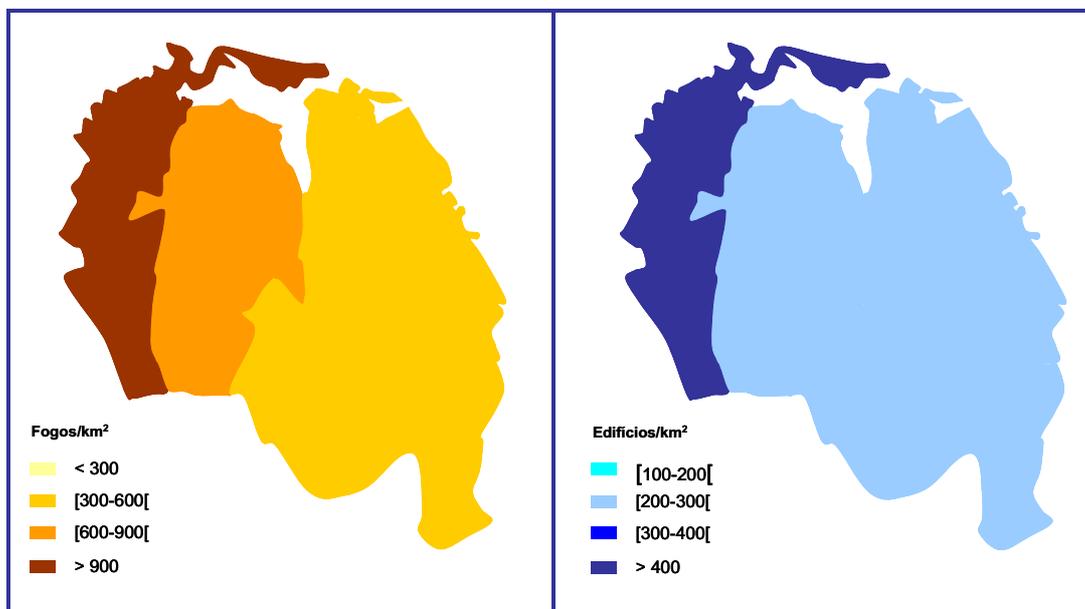
O Eixo Poente observa um aumento igualmente importante do número de fogos e edifícios e embora o Eixo Central seja o que apresenta menores acréscimos, os valores registados revelam igualmente a dinâmica urbana que se faz sentir neste eixo.

Um breve apontamento para referir que o PDM realizou estimativas do número de fogos para cada um dos eixos de desenvolvimento que definiu. Estas estimativas encontram-se igualmente expressas no Quadro 26 podendo verificar-se que as estimativas de crescimento apontadas para o concelho são bastante aproximadas da realidade, havendo uma diferença de apenas cerca de 1 000 fogos no total do concelho. Realizando a análise por eixo constata-se que nos Eixos Nascente e Poente o crescimento urbano verificado foi ligeiramente superior ao estimado registando-se uma diferença de aproximadamente 2 000 fogos e que apenas no Eixo Central o crescimento urbano ficou aquém das expectativas em cerca de 3 000 alojamentos.

A Figura 9 espacializa as densidades habitacional e de edifícios em cada um dos eixos de desenvolvimento definidos no PDM podendo concluir-se que o Eixo Nascente apresenta as menores

densidades habitacionais e o Eixo Poente as mais elevadas e que em relação às densidades de edifícios se constata uma relativa homogeneidade no concelho, unicamente interrompida pelo Eixo Poente apresentando uma densidade de edifícios bastante superior à média registada no concelho.

FIGURA 9 – DENSIDADES HABITACIONAIS E DE EDIFÍCIOS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO EM 2001



3.1.2.4 Dinâmica Urbana por Agrupamento de Lugares

Para facilitar as análises e simultaneamente identificar de uma forma mais pormenorizada o crescimento e ocupação urbana do concelho do Seixal, os lugares do concelho foram agrupados tendo em conta as suas características comuns. Deste modo, foi possível chegar à definição de oito áreas ocupadas (Corroios, Vale de Milhaços, Zona Industrial de Santa Marta de Corroios, Amora, Foros da Amora/Verdizela, Seixal/Arrentela/Paio Pires, Siderurgia/Casal do Marco e Fernão Ferro) e de cinco áreas “livres” (Corredor Poente que inclui a Ponta dos Corvos, Corredor Nascente, Pinhal das Freiras, NATO e Foros da Catrapona).

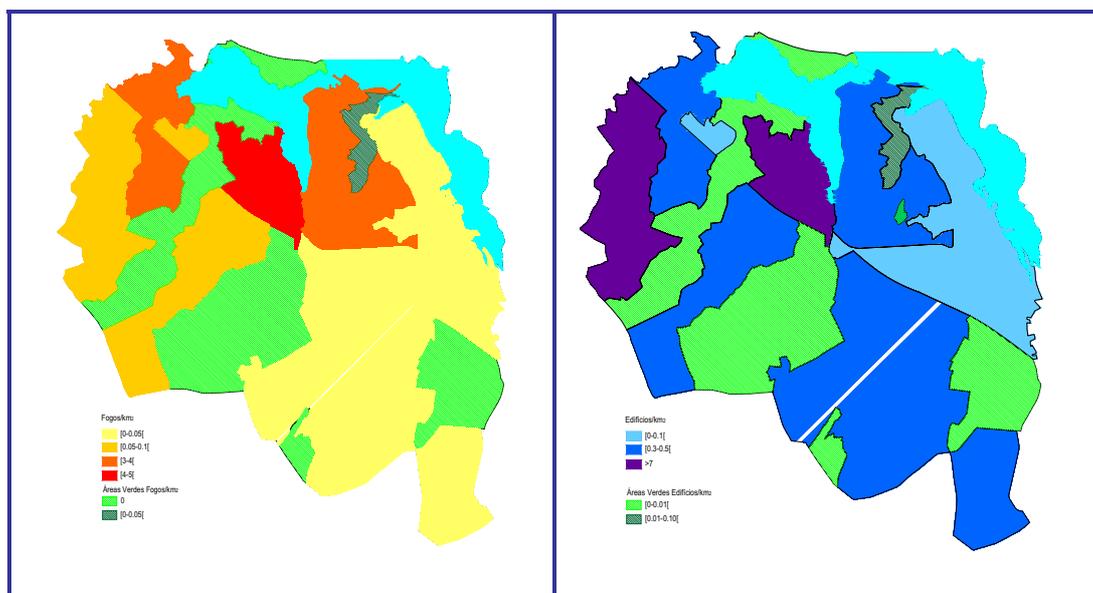
As densidades habitacionais e de edifícios foram espacializadas pelos agrupamentos de lugares referidos (Figura 10) podendo constatar-se que as maiores densidades habitacionais se fazem sentir no núcleo urbano da Amora com densidades entre os 4 e os 5 fogos por km², seguidos das zonas urbanas de Corroios e de Santa Marta do Pinhal que apresentam valores igualmente elevados, entre os 3 e os 4 fogos por km².

As restantes zonas apresentam densidades habitacionais bastante reduzidas: Fernão Ferro e a área da Siderurgia registam valores entre os 0 e os 0.05 fogos por km² e Vale de Milhaços e Foros da Amora/Verdizela densidades ligeiramente superiores com um máximo de 0.1 fogos por km².

Desta análise pode concluir-se que as maiores densidades habitacionais se localizam em redor da Baía do Seixal que é a zona mais “apetecível” do concelho. Contrariamente, Fernão Ferro apresenta densidades muito baixas derivadas da ocupação unifamiliar de loteamentos clandestinos numa grande extensão do território. Na área da Siderurgia pode concluir-se de uma reduzida ocupação dadas as baixas densidades registadas.

A espacialização das densidades de edifícios apresenta algumas alterações. As densidades máximas (superiores a 0.7 edifícios por km²) são registadas na Amora e em Vale de Milhaços. As densidades apresentadas pelas restantes áreas são bastante inferiores: Corroios, Foros de Amora/Verdizela, Seixal/Arrentela/Paio Pires e Fernão Ferro apresentam densidades entre 0.3 e 0.5 edifícios por km²) enquanto que as áreas industriais do concelho apresentam densidades ainda inferiores na ordem dos 0 a 0.1 edifícios por km².

FIGURA 10 – DENSIDADES HABITACIONAIS E DE EDIFÍCIOS POR AGRUPAMENTO DE LUGARES EM 2001



3.2 Evolução do Uso do Solo em termos de Ocupação das Classes de Uso do PDM

3.2.1 Caracterização Geral

A análise da transformação e uso do solo realizada no presente capítulo teve como suporte os estudos e dados estatísticos disponibilizados pelo Departamento de Planeamento e Urbanismo da CMS. Pretende-se com o mesmo identificar qual a evolução e consumo do uso do solo na última década e os potenciais conflitos existentes com as diferentes categorias de uso do solo estabelecidas no zonamento do PDM.

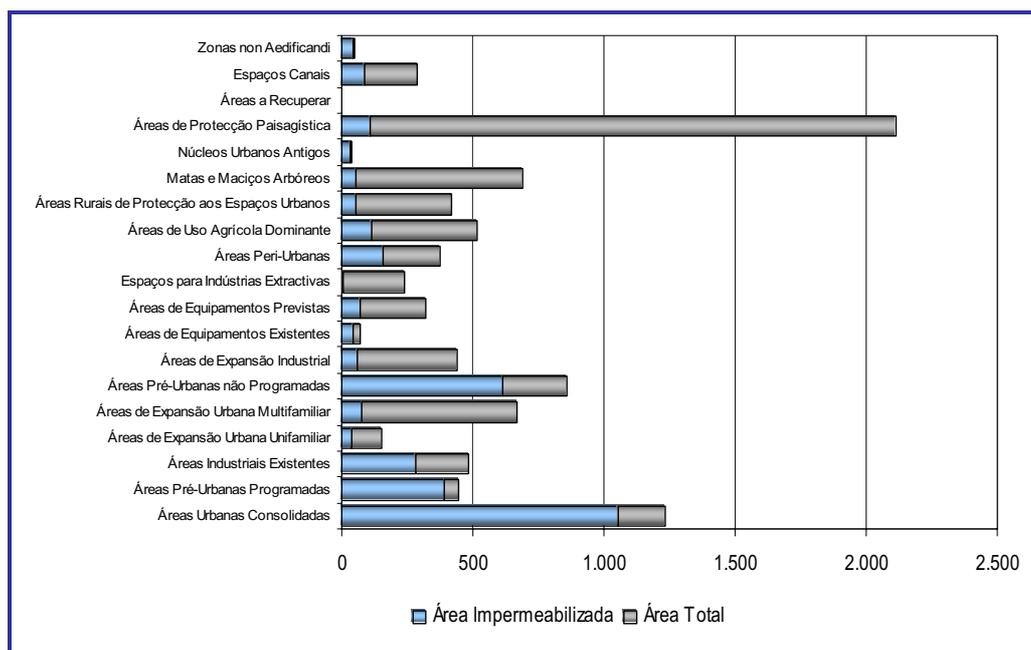
O concelho abrange uma área total de cerca de 9.361 ha dos quais cerca de 35% estão impermeabilizados/construídos.

O Gráfico 13 sintetiza a comparação da área total, por categoria de uso do solo, com a área efectivamente construída ou impermeabilizada, podendo concluir-se da sua análise que, como seria expectável, a maioria do solo afecta a espaços urbanos, cerca de 80%, se encontra impermeabilizada. Inversamente, apenas 36% dos espaços urbanizáveis se encontram impermeabilizados.

Os espaços agrícolas e florestais apresentam uma área impermeabilizada de aproximadamente 20%, chamando-se a atenção que nos Espaços Canais a impermeabilização é da ordem dos 30% o que se deve à não concretização de um conjunto de infra-estruturas sobretudo rodoviárias e que, inversamente, as zonas *non aedificandi* apresentam índices de impermeabilização muito elevados, na ordem dos 90%.

A análise de cada uma das classes de espaço será feita de forma mais pormenorizada nos capítulos seguintes.

GRÁFICO 13 – COMPARAÇÃO DAS ÁREAS PREVISTAS E ÁREAS IMPERMEABILIZADAS POR CATEGORIA DE USO DO PDM

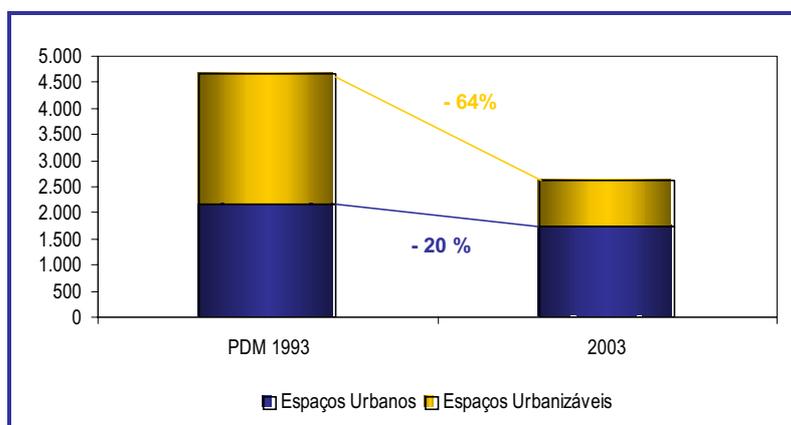


Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo

3.2.2 Áreas Urbanas e Urbanizáveis

As Áreas Urbanas e Urbanizáveis propostas no PDM contabilizam um total de 5.000 ha. Actualmente, as áreas urbanas e urbanizáveis impermeabilizadas contabilizam cerca de 2.600 ha tal como representado no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – COMPARAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS E URBANIZÁVEIS PREVISTAS PELO PDM E A OCUPAÇÃO ACTUAL



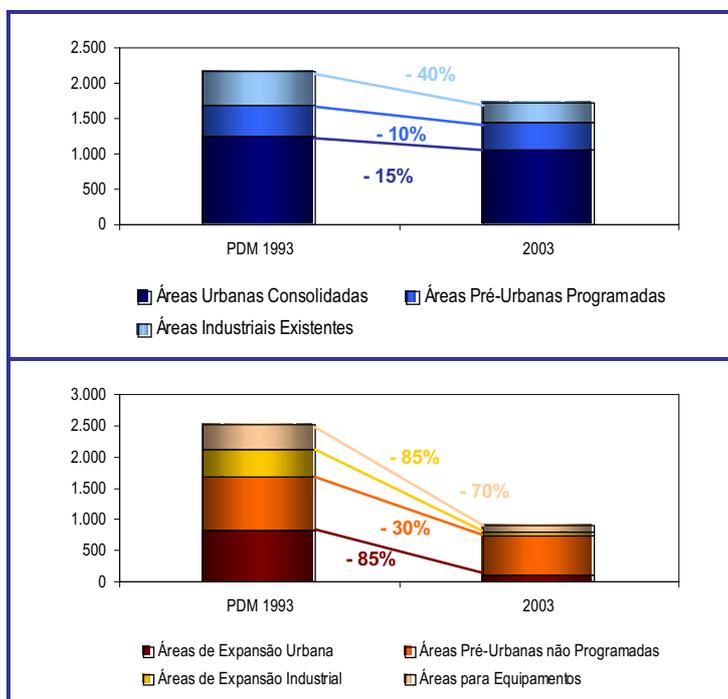
Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo

Da análise do quadro anterior pode perceber-se que foram impermeabilizados cerca de 56% dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis do território concelhio. Constata-se que em 2003 faltam apenas impermeabilizar/edificar 20% dos Espaços Urbanos e que este valor sobe consideravelmente – 64% – quando se trata dos Espaços Urbanizáveis. De facto, dos 2.500 ha de áreas urbanizáveis preconizadas pelo PDM apenas 1.000 ha foram nos últimos 10 anos impermeabilizados/edificados.

A mesma análise, efectuada por categoria de uso do solo, encontra-se sistematizada no Gráfico 15, do qual se pode perceber que as Áreas Urbanas Consolidadas e as Áreas Pré-Urbanas Programadas encontram-se praticamente concretizadas, havendo apenas áreas livres de cerca de 15% nas primeiras e de 10% nas segundas. Nas áreas industriais, o panorama é diferente uma vez que não se encontram edificadas cerca de 40% dos espaços afectos a este uso.

Os Espaços Urbanizáveis apresentam níveis de concretização bastante diferentes dos apresentados para os Urbanos: dos espaços afectos para expansão quer urbana quer industrial, apenas 15% foram edificados. Ressalva-se igualmente que as Áreas de Equipamentos (existentes e previstas) apresentam igualmente baixos índices de concretização: em termos numéricos foram efectivamente edificados apenas 30% dos espaços afectos a estes usos. Inversamente, as Áreas Pré-Urbanas Não Programadas esgotaram praticamente a sua capacidade de edificação.

GRÁFICO 15 – COMPARAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS E URBANIZÁVEIS, POR CATEGORIA DE USO, PREVISTAS PELO PDM E A OCUPAÇÃO ACTUAL



Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo

Da análise anterior, importa fazer uma menção à concretização das Áreas de Expansão Urbana previstas pelo PDM e que se encontra em termos numéricos sintetizada no Quadro 27. Como se pode observar as áreas de expansão urbana unifamiliar (o que traduz a apetência da procura do concelho para esta tipologia de habitação) apresentam índices de concretização superiores, mas mesmo assim bastante abaixo dos limiares previstos no PDM. Estas áreas não edificadas situam-se sobretudo a sul, na zona do Pinhal das Freiras, embora existam espaços intersticiais consideráveis na freguesia da Amora (Vale de Gatos e Cruz de Pau) e nas freguesias de Arrentela e Paio Pires.

QUADRO 27 – CONCRETIZAÇÃO DAS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA PREVISTAS NO PDM

		PDM 1993	2003	% Concretização
Área de Expansão Urbana (ha)	Total	820	115	14%
	Unifamiliar	150	40	25%
	Multifamiliar	670	80	12%

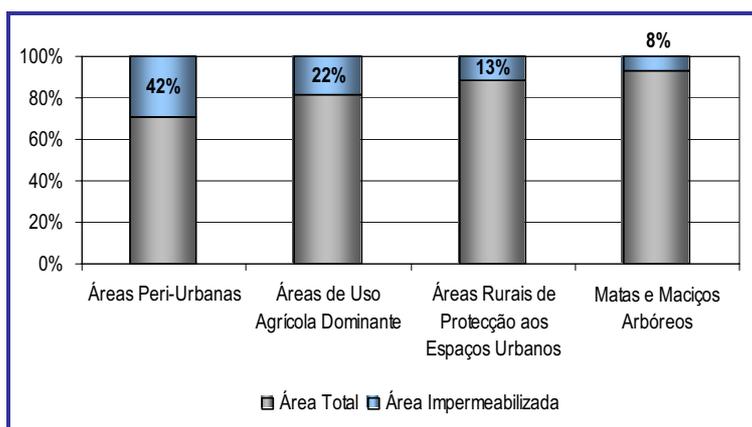
Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo

A relação entre áreas existentes e previstas para Equipamentos tem igualmente que ser referida separadamente. Em termos globais constata-se a concretização de cerca de 30% como já referido anteriormente. Este valor corresponde a cerca de 65% de edificação da Área de Equipamentos Existentes (45 ha) e de apenas 20% de Áreas de Equipamentos Previstas o que corresponde a uma edificação de apenas 70 ha.

3.2.3 Áreas Não Urbanas

Os Espaços Não Urbanos do concelho apresentam nalguns casos índices de edificação/impermeabilização que importa destacar nesta análise. Os Espaços Agrícolas e Florestais apresentam na globalidade uma impermeabilização de cerca de 20%, cuja distribuição por categoria de uso do solo é a que se sintetiza no Gráfico 16.

GRÁFICO 16 – ÁREAS IMPERMEABILIZADAS POR CATEGORIA DE USO DO SOLO DOS ESPAÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS



Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo

Da análise do gráfico pode perceber-se que são as Áreas Peri-Urbanas aquelas onde se verifica uma maior impermeabilização do solo, seguidas das Áreas de Uso Agrícola Dominante que apresentam valores na ordem dos 20% e das Áreas Rurais de Protecção aos Espaços Urbanos com 13% e de Matas e Maciços Arbóreos, 8%.

Relativamente aos Espaços Culturais e Naturais e às respectivas categorias de uso pode dizer-se que os Núcleos Antigos apresentam índices de concretização de quase 90% e que as Áreas de Protecção Paisagística uma impermeabilização de apenas 5%, a que não está alheio o facto de a maioria desta área corresponder à Baía do Seixal.

Nos restantes espaços não urbanos há ainda que reforçar que as zonas *non aedificandi* apresentam índices de impermeabilização quase totais e que, inversamente, os espaços canais permanecem livres, sendo que apenas 30% dos mesmos foi impermeabilizado/edificado. Uma breve referência às indústrias extractivas com uma área impermeabilizada de apenas 3%.

As servidões e restrições de utilidade pública apresentam áreas reservadas de solo impermeabilizado, sendo as situações mais gravosas as da servidão da NATO (cerca de 20% desta área encontra-se edificada) e a servidão respeitante à zona de fabrico e armazenagem de produtos explosivos (aproximadamente 17% de área edificada) ambas resultantes de loteamentos de génese ilegal.

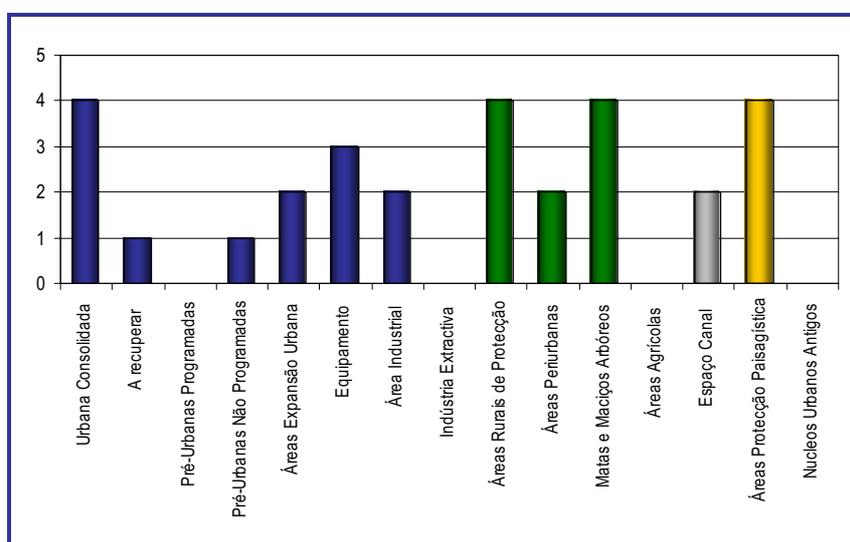
A RAN e a REN são afectadas de 14% e 2,4% respectivamente, o Domínio Público Hídrico 11% e a Zona das Instalações Militares da Azinheira de 14%.

3.2.4 Planos de Pormenor

Encontram-se actualmente em curso os Planos de Pormenor explicitados no Vol. I – Enquadramento tendo sido efectuado nesse relatório uma breve caracterização destes Planos. Deste modo, importa aqui considerar as classes e categorias de uso do solo afectadas pelos mesmos.

O Gráfico 17 sintetiza as categorias de uso do solo afectadas por Planos de Pormenor. Como se pode constatar, as áreas urbanas e urbanizáveis são as que apresentam a maior incidência de PP embora os Espaços Agrícolas e Florestais sejam também afectadas por pelo menos 10 dos PP. As Áreas de Protecção Paisagística são afectadas por 4 dos Planos o que se justifica pela implementação de Equipamentos nesta zona.

GRÁFICO 17 – CATEGORIAS DE USO DO SOLO AFECTADAS POR PLANOS DE PORMENOR



Fonte: Divisão do PDM e Departamento de Planeamento e Urbanismo

Das tipologias dos Planos e da afectação dos mesmos por categoria de uso do solo decorre a necessidade de alterar futuramente a classificação de uso do solo atribuída pelo anterior PDM a algumas das áreas incorporadas nestes planos.

3.3 Reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal

O concelho do Seixal apresenta uma elevada dinâmica de uso do solo ao nível das urbanizações de génese ilegal e sua reconversão. Nos últimos anos a CMS a par com os proprietários tem efectuado um grande esforço de reabilitação das áreas de clandestinos que proliferam no concelho.

As áreas urbanas de génese ilegal são um problema do concelho dada a desqualificação destas áreas, a proliferação do povoamento por grandes áreas sem infraestruturção, centralidades e equipamentos pelo

que a população que habita estes espaços se encontra necessariamente marginalizada. A reconversão destes espaços tem procurado dar resposta a algumas questões mas é manifestamente insuficiente no que diz respeito à qualificação dos espaços e à dotação dos mesmos com equipamentos de polarização que permitam a construção de espírito de bairro e o cultivo das noções de vizinhança.

O fenómeno dos clandestinos encontra-se presente em todas as freguesias do concelho com excepção do Seixal assumindo no entanto, uma incidência marcante sobretudo na freguesia de Fernão Ferro em que a extensão de áreas clandestinas (incluindo as áreas já reconvertidas) é de 1 488.9 ha, 15 116 lotes, 27 888 fogos e uma população de cerca de 88 mil pessoas. É nesta freguesia que os problemas de falta de infraestruturização e de equipamentos e de desqualificação do espaço urbano se apresentam com maior gravidade.

A freguesia de Corroios apresenta igualmente valores significativos embora em termos de área abrangida ocupem apenas 1/3 da área de clandestinos de Fernão Ferro. Nas restantes freguesias, o fenómeno é uma realidade embora com menor impacte dadas as menores extensões abrangidas como se pode concluir do Quadro 28.

QUADRO 28 – DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE CLANDESTINOS POR FREGUESIA

Freguesia	Área (ha)	Lotes	Fogos	População Estimada
Aldeia Paio Pires	15.6	243	243	777
Amora	208	3 581	4 742	15 948
Arrentela	114.4	1 268	3 664	11 433
Corroios	428.7	4 981	9 058	28 707
Fernão Ferro	1 488.9	15 116	27 888	88 270
Total	2 555.6	25 189	45 595	145 135

Fonte: Departamento de Planeamento e Urbanismo, Setembro de 2002

Encontram-se actualmente reconvertidos 415 ha do território loteado ilegalmente, pelo que há ainda um longo caminho a percorrer com a experiência adquirida ao longo dos últimos anos. Com esta experiência é necessário reequacionar as estratégias de intervenção nestas áreas de modo a dar-lhes o devido enquadramento no concelho e uma estruturação territorial, urbana e ambiental consistente.

3.4 Síntese

Da análise realizada pode concluir-se:

- O concelho apresenta uma dinâmica urbana bastante acentuada, traduzida no aumento progressivo e superior ao número de edifícios e fogos apresentado quer pela Península de Setúbal quer pela AML;

- Mantém-se ao longo das últimas décadas uma capacidade de construção de cerca de 20 000 fogos por década;
- As freguesias de Aldeia de Paio Pires e Corroios apresentam a maior dinâmica urbana ao nível concelhio;
- As densidades habitacionais são consideravelmente elevadas nas freguesias de Corroios e da Arrentela e bastante reduzidas na freguesia de Fernão Ferro;
- O crescimento do número de fogos no concelho foi correctamente balizado nas estimativas efectuadas no PDM em vigor;
- As áreas em redor da Baía do Seixal são aquelas que apresentam as maiores densidades habitacionais;
- Das áreas de expansão urbana previstas no PDM apenas cerca de 15% foram edificadas;
- As grandes manchas de áreas de expansão urbana não edificadas situam-se no Pinhal das Freiras a sul da AE, embora existam diversos espaços intersticiais com esta classificação nas freguesias da Amora, Arrentela e Paio Pires;
- As áreas de expansão industrial e as áreas de equipamentos apresentam índices de concretização bastante inferiores ao preconizado no PDM;
- Da área do concelho não edificada (28%), cerca de metade corresponde a áreas vocacionadas/previstas para a construção e a restante corresponde a espaços “verdes”;
- As maiores extensões de áreas urbanas de génese ilegal localizam-se na freguesia de Fernão Ferro;
- A necessidade de criar novas formas de reconversão das áreas de clandestinos.

4. Base Económica e Actividades Económicas

4.1 Breve Enquadramento Regional

O concelho do Seixal localiza-se e integra-se na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, território com a maior concentração populacional do país e com os mais elevados índices de desenvolvimento económico e concentração de riqueza.

O desenvolvimento industrial registado na Península de Setúbal, nomeadamente a partir dos anos sessenta, veio implicar, em conjugação com o crescimento da rede de transportes, aos diversos níveis, rodoviário, ferroviário e mesmo fluvial, um aumento acentuado da população na região, facto que o concelho do Seixal espelha de forma perfeita. A população activa, no concelho, cresceu, em relação a 1960, 734%.

O mencionado aumento da população activa, com origem particularmente a partir do sul do país e das ex-colónias, pode ser entendido a partir de duas ordens de razões, a saber:

- uma, está associada ao desenvolvimento económico da região que induziu necessariamente uma forte procura do factor trabalho;
- a outra, radica no facto de que Lisboa, como grande centro empregador, deu origem, por razões de proximidade mas sobretudo de ordem económica, à escolha da Península de Setúbal como espaço preferencial de residência, a que acrescem as substanciais melhorias registadas, nos últimos anos, na rede dos transportes.

Este aspecto é particularmente evidenciado no estudo realizado por Pedro Nogueira Ramos “Estrutura do PIB *per capita* para os concelhos do Continente Português”.

Segundo as conclusões do referido estudo, dados de 1994, o concelho de Lisboa apresentava um PIB *per capita* mais de três vezes superior ao PIB *per capita* nacional, enquanto que o concelho do Seixal apresentava um PIB *per capita* que era 62% da média nacional.

Estes dados confirmam a realidade diária dos movimentos pendulares entre Lisboa e a Península de Setúbal, por motivos de trabalho. Ou seja, uma grande parte da população residente no concelho do Seixal contribuía para o PIB do concelho de Lisboa, já que o cálculo foi efectuado numa óptica de produção, daí a explicação para a fraca posição relativa do Seixal.

A população activa residente no Seixal, acompanha, em termos de distribuição pelos diversos sectores de actividade, a estrutura da população activa da região em que se insere, ocupando uma posição intermédia, entre os valores globais da AML e os da Península de Setúbal.

QUADRO 29 – POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA E EMPREGADA, POR SEXO, CAE E TAXA DE ACTIVIDADE EM 2001

	População Economicamente Activa								Taxa de Actividade (%)			
	Total		Empregada						Em 1991		Em 2001	
			Total		CAE 0	CAE 1-4	CAE 5-9		HM	H	HM	H
	HM	H	HM	H			Total	Relacion c/ ^a Ec.				
Região de Lisboa	1 389 939	726 369	1 284 673	678 135	14 664	309 216	960 793	569 627	48,0%	56,0%	52,2%	56,9%
Península de Setúbal	366 350	195 401	333 606	181 193	7 493	95 476	230 637	132 457	56,0%	55,2%	51,3%	56,1%
Seixal	81 603	43 271	74 679	40 333	321	20 465	53 893	30 915	49,1%	57,6%	54,3%	58,7%

Fonte: INE

Em termos de taxa de actividade, que mede o peso da população activa no conjunto da população, importa salientar que enquanto este indicador, para a Península de Setúbal, baixa quase cinco pontos percentuais, no período 1991-2001, uma variação de sentido inverso, de valor aproximado, regista-se no concelho do Seixal.

Todavia, é importante referir que este acréscimo da taxa de actividade é explicado pela chegada, em número crescente, das mulheres ao mercado de trabalho, já que o acréscimo da referida taxa na população masculina é de apenas um ponto percentual.

Em termos de posição relativa, em 2001, quer no conjunto da população, quer somente nos homens, o concelho do Seixal apresenta taxas de actividade mais elevadas, o que evidencia uma dinâmica própria, em termos de actividade económica, no interior do concelho.

No que respeita à população residente desempregada, dados dos Censos 2001, a distribuição, em termos de primeiro emprego e população à procura de emprego, é idêntica à da zona de inserção como se pode constatar no Quadro 30.

QUADRO 30 – POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA EM 2001 E TAXA DE DESEMPREGO

	População desempregada									Taxa de desemprego					
	Total			Procura 1º emprego			Procura novo emprego			Em 1991			Em 2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Região de Lisboa	105 266	48 234	57 032	22 807	9 615	13 192	82 459	38 619	43 840	7,7%	5,6%	10,5%	7,6%	6,6%	8,6%
Península de Setúbal	32 744	14 208	18 536	6 775	2 697	4 078	25 969	11 511	14 458	10,3%	6,6%	15,4%	8,9%	7,3%	10,8%
Seixal	6 924	2 938	3 986	1 426	590	836	5 498	2 348	3 150	9,4%	5,8%	14,3%	8,5%	6,8%	10,4%

Fonte: INE

A distribuição da população residente no concelho do Seixal, por níveis de ensino (Quadro 31), aspecto estruturante do desenvolvimento económico, segue de uma forma geral os valores observados na Região. Pela mais valia que representa para o futuro do concelho, é importante destacar o facto de a taxa de analfabetismo ser bem mais baixa, 4,8%, contra os 7% do conjunto da Península de Setúbal.

QUADRO 31 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PERCENTAGEM, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E SEXO, E TAXA DE ANALFABETISMO EM 1991 E 2001

	Nenhum		Básico		Médio/Secundário		Superior		Taxa de analfabetismo (%)	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	1991	2001
Região de Lisboa	11,6	10,0	49,3	49,9	22,8	24,3	16,3	15,8	6,20	5,70
Península de Setúbal	12,9	11,0	51,9	53,2	23,4	25,1	11,8	10,7	8,10	7,00
Seixal	11,6	10,3	50,2	51,2	26,3	28,1	11,9	10,5	4,70	4,80

Fonte: INE

As empresas com sede no concelho do Seixal, em 2000, representavam 19.4% do total das empresas localizadas na Península de Setúbal e, em particular, 21% na Indústria Transformadora, 21.4% na Construção, 20.7% nos Transportes e 21.5% na Actividade Imobiliária.

Em 2001, das empresas constituídas na Península de Setúbal, 20.4% foram constituídas no concelho do Seixal, 21% na Indústria transformadora, 21.6% na Construção, 28.9% nos Transportes e 42.8% nas Actividades Financeiras.

No que respeita ao Pessoal ao Serviço, o concelho do Seixal, empregava, em 1999, 18.2% do pessoal ao serviço na Península de Setúbal: 20.8% do pessoal empregue na Indústria transformadora, 22.8% na Construção e 17.8% no Comércio.

Em termos do Volume de Vendas, o concelho do Seixal, representava, em 1999, 16% das vendas realizadas pelos operadores económicos na Península de Setúbal: 13.4% do total das vendas da Indústria transformadora, 24% na Construção, 18% no Alojamento e Restauração e 32% na actividade Imobiliária.

O peso do concelho do Seixal, em termos do comércio internacional, fica bem evidenciado no Quadro 32.

QUADRO 32 – COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO COM ORIGEM NOS OPERADORES DO SEIXAL EM 2000

	Comércio Intra-comunitário								Comércio Extra-comunitário							
	Expedições				Chegadas				Exportações				Importações			
	Emp N°	%	Valor 10³ €	%	Emp N°	%	Valor 10³ €	%	Emp N°	%	Valor 10³ €	%	Emp N°	%	Valor 10³ €	%
Península de Setúbal	149		3 061 334		532		2 030 023		557		208 621		499		527 475	
Seixal	24	16,1	301 821	9,9	101	19	368 589	18,2	128	23	54 910	26,3	92	18,4	110 134	20,9

Fonte: INE

O peso relativo dos indicadores apresentados - n.º de empresas, pessoal ao serviço, volume de vendas e comércio internacional - tem de ser equacionado tendo presente que na região se localiza uma unidade, a Fábrica da Ford-Wolkswagen de Palmela, que de *per si* tem um peso específico nos indicadores apresentados, não só em termos da região, mas também do próprio país.

4.2 Base Económica Concelhia

4.2.1 Introdução

O concelho do Seixal sofreu, nas últimas décadas, transformações acentuadas no que respeita à estrutura concelhia de ocupação do solo e respectivo tecido produtivo.

O aumento da população induziu uma alteração da estrutura empresarial do concelho, que se traduziu, numa acentuada diversificação da mesma, com o surgimento de novas actividades e crescente sofisticação das actividades existentes, de forma a dar resposta às necessidades expressas pelos residentes, enquanto consumidores.

Toda esta alteração no tecido produtivo foi devidamente apoiada pela política municipal de fomento de áreas industriais, como exemplo a criação de dois parques industriais, devidamente equipados e dimensionados, que possibilitaram a instalação de um vasto leque de actividades económicas, com a consequente valorização da economia interna do concelho. Um terceiro parque está em fase de instalação.

Não obstante, a alteração mais marcante da última década, prende-se com a crescente terciarização da base económica local.

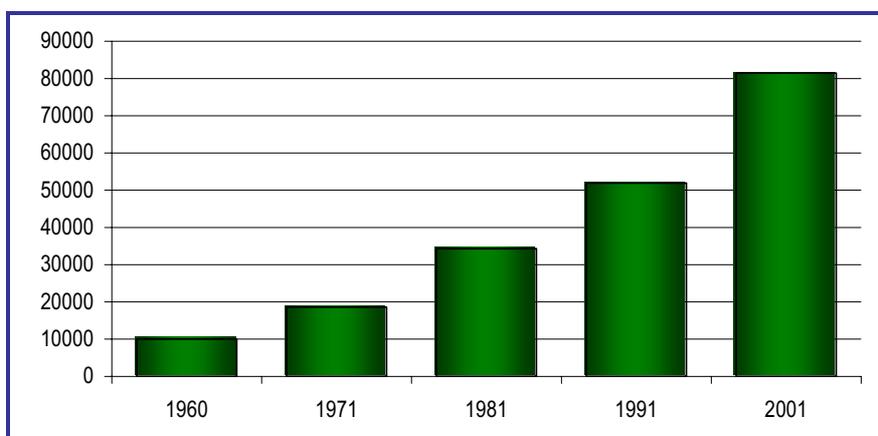
Tal como o restante território metropolitano, o Seixal deverá criar espaços e condições atractivas, para a instalação de novas actividades económicas (geradoras de emprego e de vários serviços essenciais para suportar a vida quotidiana) e incentivar e apoiar o investimento privado, nomeadamente na área do comércio e serviços, sectores em franca e desejável expansão.

Dada a existência de alguns espaços no concelho, sócio-urbanisticamente degradados, importa que o Seixal consiga criar empregos locais, nomeadamente na gestão e manutenção de alguns equipamentos e serviços, no arranjo dos espaços públicos, na gestão dos equipamentos e dos próprios bairros e mesmo nas actividades desportivas, de tempos livres e de apoio social.

4.2.2 Evolução da População Activa

A população activa residente no concelho do Seixal registou um acréscimo de 734%, no período 1960-2001, evolução bem visível no Gráfico 18.

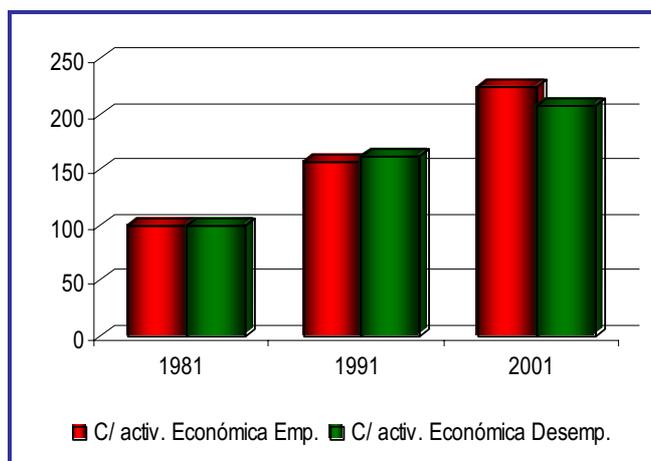
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA DO CONCELHO



Fonte: INE

A análise da evolução da população com actividade económica (Gráfico 19), nas suas componentes, população empregada e população desempregada, no período, 1981-2001, espelha o crescimento económico registado no concelho.

GRÁFICO 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 12 ANOS COM ACTIVIDADE ECONÓMICA

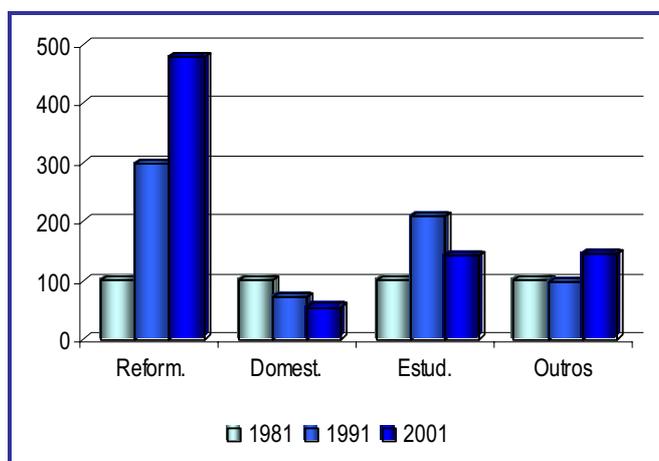


Fonte: INE

Por outro lado, da análise da evolução da população sem actividade económica, 1981-2001 (Gráfico 20), tomando 1981 como ano de referência, constata-se de forma bem evidente, o crescimento da população reformada, fenómeno natural, a que acrescem, no caso particular do Seixal, os processos de reestruturação industrial, caso da siderurgia, que implicaram um número significativo de reformas antecipadas.

A evolução, no caso das pessoas com actividade doméstica, mulheres na sua grande maioria, realça a integração crescente das mesmas no mercado de trabalho, sobretudo tendo em vista a melhoria da economia doméstica.

GRÁFICO 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 12 ANOS SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA



Fonte: INE

No caso dos estudantes, os dados evidenciam uma crescente antecipação da integração da população mais jovem, no mercado de trabalho.

A taxa de actividade, em 2001, era de 54.3%, para o conjunto, homens e mulheres, e 58.7% para os homens, o que se traduziu num acréscimo, relativamente a 1991 de cinco pontos percentuais, no conjunto, homens e mulheres, e um ponto percentual no caso dos homens.

Em termos da população desempregada, dos 6.924 residentes, segundo o censo 2001, 20.6% eram jovens à procura do primeiro emprego e 79.4% pessoas à procura de novo emprego.

A taxa de desemprego, segundo o referido censo, era de 8.5% no total, sendo de 6.8% nos homens e 10.4% nas mulheres. Em relação a 1991 registou-se uma diminuição de 0.9% no total da população, um aumento de 1% nos homens e uma diminuição de 3.9% nas mulheres.

4.2.3 Indicadores Económicos

O Comércio, com 36.5%, e a Construção, com 21.4%, são os ramos mais representativos, no que respeita às empresas com sede no concelho, em 2000 como se pode constatar da observação do Quadro 33.

QUADRO 33 – EMPRESAS COM SEDE NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE – REV.2, EM 31/12/2000

	Número	%
Total	15 317	100,0%
Actividade Mal Definida	431	2,8%
Agricultura e Pesca	95	0,6%
Indústria Extractiva	4	0,0%
Indústria Transformadora	1 316	8,6%
Produção e Distribuição de Electricidade	2	0,0%
Construção	3 274	21,4%
Comércio Grosso e Retalho.	5 595	36,5%
Alojamento e Restauração	1 270	8,3%
Transportes	259	1,7%
Actividades Financeiras	481	3,1%
Actividades Imobiliárias	1 727	11,3%
Restantes Actividades	863	5,6%

Fonte: INE

Em 2001 foram constituídas no concelho do Seixal 587 sociedades, com particular realce para a Construção Civil (28.4%) e Comércio (22.3%).

A Indústria Transformadora ocupa o lugar de maior destaque, cerca de 40,1%, no que respeita ao Pessoal ao Serviço, dados de 1999, seguida do Comércio 20.6% e da Construção 16.2% (Quadro 34).

QUADRO 34 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE –REV.2, EM 31/12/1999

	Número	%
Total	20 088	100,0%
Actividade Mal Definida		
Agricultura e Pesca	56	0,3%
Indústria Extractiva	17	0,1%
Indústria Transformadora	8 061	40,1%
Produção e Distribuição de Electricidade		
Construção	3 250	16,2%
Comércio Grosso e Retalho.	4 138	20,6%
Alojamento e Restauração	980	4,9%
Transportes	463	2,3%
Actividades Financeiras	10	0,0%
Actividades Imobiliárias	1 882	9,4%
Restantes Actividades	1 194	5,9%

Fonte: INE

Em termos do Volume de Vendas, em 2000, é ainda a Indústria Transformadora, com 42.1% do total das vendas, que ocupa a posição cimeira, seguida do Comércio 28.2% e da Construção 15.8% como se constata no

QUADRO 35 – VOLUME DE VENDAS NAS SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE – REV.2 EM 31/12/1999

	10 ³ euros	%
Total	1 829 341	100,0%
Actividade Mal Definida		
Agricultura e Pesca	6 802	0,4%
Indústria Extractiva	1 631	0,1%
Indústria Transformadora	769 386	42,1%
Produção e Distribuição de Electricidade		
Construção	289 564	15,8%
Comércio Grosso e retalho.	516 104	28,2%
Alojamento e Restauração	29 181	1,6%
Transportes	23 839	1,3%
Actividades Financeiras	130	0,0%
Actividades Imobiliárias	162 598	8,9%
Restantes Actividades	29 387	1,6%

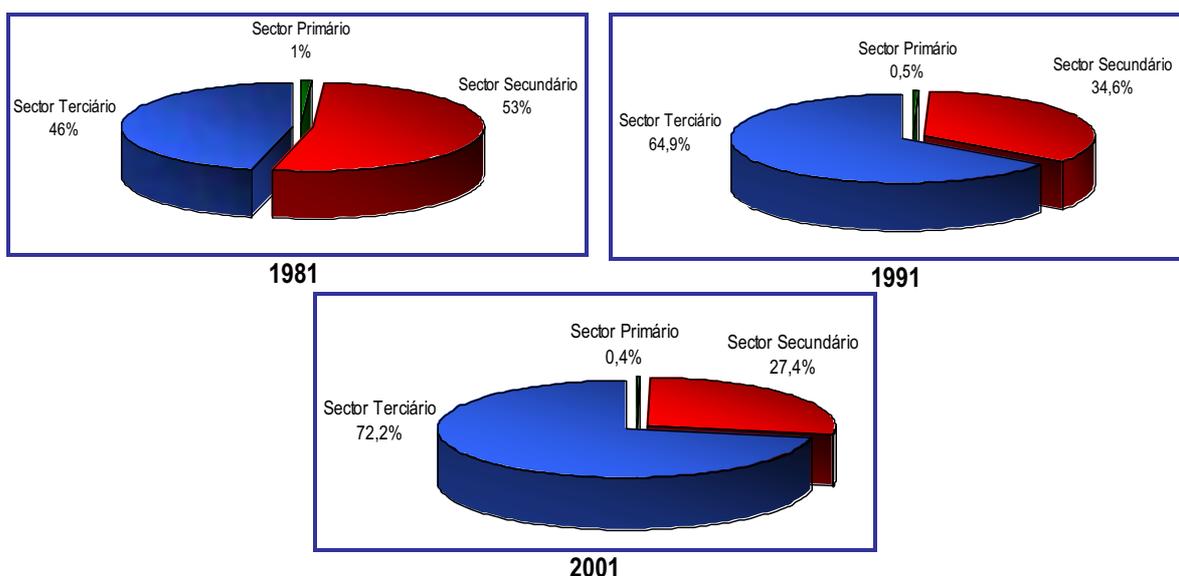
Fonte: INE

4.2.4 Análise por Sectores de Actividade

Numa perspectiva sectorial, a actividade económica no concelho do Seixal tem vindo a sofrer uma alteração estrutural, com uma nítida expansão do sector terciário (forte terciarização da base económica local, acompanhando de resto a tendência nacional).

Os gráficos a seguir apresentados, distribuição percentual dos activos, para os anos de 1981, 1991 e 2001, dão uma imagem fiel da transformação ocorrida.

GRÁFICO 21 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE PARA OS ANOS 1981, 1991 E 2001



Fonte: INE

Conforme se pode constatar, o sector terciário empregava, em 1981, 46% dos activos e, em 2001, esse valor ascendia já a 72.2% dos activos.

Numa perspectiva mais fina, ao nível da freguesia importa destacar o seguinte:

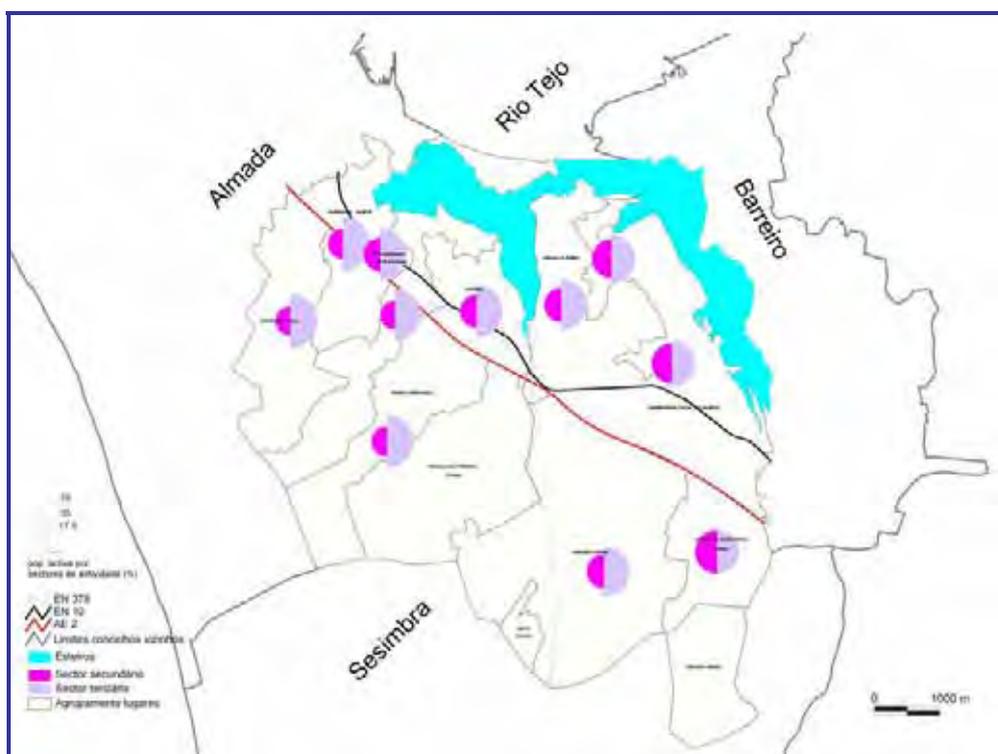
- Em todas as freguesias do concelho o sector primário apresenta um peso diminuto;
- Também em todas as freguesias, o peso do sector secundário tem vindo a reduzir-se;
- Em contrapartida, o sector terciário tem vindo a registar um forte incremento;
- A Aldeia de Paio Pire, embora tenha registado a maior diminuição do peso relativo do sector secundário, ainda mantém a liderança do sector no concelho;
- A freguesia da Arrentela foi a que registou um maior crescimento do sector terciário;
- É na freguesia de Corroios que o sector terciário tem maior expressão.

Segundo a informação por agrupamento de lugares propostos (Quadro 36), que serviu de base à realização da Figura 11, mais uma vez se comprova que o sector terciário é de longe o mais representativo no concelho.

QUADRO 36 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA POR SECTOR DE ACTIVIDADE, DESEMPREGADA E PRESENTE

Agrupamento de Lugares	Empregados no sector primário (%)	Empregados no sector secundário (%)	Empregados no sector terciário (%)	Desempregados (%)	Presentes a trabalharem no concelho (%)
Amora	0	29	71	11	40
Casal do Marco (Z. Industrial)	0	42	58	11	56
Corredor Verde-Nascente	0	39	61	18	58
Corredor Verde-Poente	7	22	71	13	64
Corroios-Norte	0	23	77	8	26
Corroios-Sul	0	22	78	7	31
Esteiros					
Fernão Ferro	1	31	68	9	50
Foros de Amora-Verdizela	1	24	75	9	45
Foros de Catrapona	0	50	50	0	100
NATO					
Pinhal das Freiras					
Seixal-Paio Pires	1	31	69	10	47
St.ª Marta de Corroios (Z. Industrial)	0	29	71	12	65

FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS SECTORES DE ACTIVIDADE POR AGLOMERADO DE LUGARES



De acordo com os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, ou seja, respeitando a trabalhadores por conta de outrem, metodologia diferente da utilizada pelo INE, mas suficientemente representativa do universo, para o ano 2000, no concelho do Seixal os estabelecimentos do Comércio representavam 36.6% do total de estabelecimentos do concelho, a Construção 16% e o Alojamento e Restauração 11.5%.

Em termos de dimensão dos estabelecimentos, a situação do concelho era, em 2000 a apresentada no Quadro 37.

QUADRO 37 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A DIMENSÃO (NÚMERO DE TRABALHADORES) EM 2001

Actividades	Total	1-4	5-9	10-49	50-99	100-499	500-999	Mais de 1000
Comércio	1 130	851	185	85	7	1	1	
Construção	493	300	118	70	4	1		
Alojamento e Restauração	354	288	44	19	3			
Restantes Actividades	343	222	74	43	4			
Indústria Transformadora	313	130	77	91	4	8	2	1
Actividade Imobiliária	300	231	45	19	3	2		
Transportes	76	55	9	10	1	1		
Actividades Financeiras	61	24	31	6				
Agricultura e Pescas	12	9	1	2				
Indústria Extractiva	3	1	1	1				
Produção de Energia	1		1					
Total	3 086	2 111	586	346	26	13	3	1

Fonte: MSST/DEPP

QUADRO 38 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO PESSOAL AO SERVIÇO E ESTABELECIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA DOS ESTABELECIMENTOS EM 2000

Actividades	Pessoal ao Serviço (%)	Estabelecimentos (%)	Distribuição Acumulada dos Estabelecimentos (%)						
			1-4	5-9	10-49	50-99	100-499	500-999	Mais de 1000
Comércio	24,54	36,62	75,3	91,7	99,2	99,8	99,9	100,0	
Construção	13,22	15,98	60,9	84,8	99,0	99,8	100,0		
Alojamento e Restauração	6,39	11,47	81,4	93,8	99,2	100,0			
Restantes Actividades	8,89	11,11	64,7	86,3	98,8	100,0			
Indústria Transformadora	34,95	10,14	41,5	66,1	95,2	96,5	99,0	99,7	100,0
Actividade Imobiliária	7,44	9,72	77,0	92,0	98,3	99,3	100,0		
Transportes	2,56	2,46	72,4	84,2	97,4	98,7	100,0		
Actividades Financeiras	1,60	1,98	39,3	90,2	100,0				
Agricultura e Pescas	0,23	0,39	75,0	83,3	100,0				
Indústria Extractiva	0,14	0,10	33,3	66,7					
Produção de Energia	0,23	0,03		100,0					

Fonte: MSST/DEPP

De acordo com o Quadro 38 pode verificar-se que os estabelecimentos até 10 trabalhadores cobrem praticamente todo o universo (à excepção da Indústria Transformadora), sendo que até 4 trabalhadores se concentram a maioria dos estabelecimentos dos diversos ramos de actividade.

4.2.4.1 Sector Primário

O sector primário tem vindo, a exemplo do que acontece com o secundário, embora em menor dimensão, a perder expressão, em consequência de uma forte tendência para a terciarização da base económica do concelho.

A forte urbanização do concelho, com a ocupação de terrenos antes afectos à agricultura, em particular junto das linhas de água, bem como a menor aptidão do solo, fortemente arenoso, o que determinou a inclusão de uma área muito baixa na Reserva Agrícola Nacional, explicam em grande medida a situação actual do sector primário no concelho do Seixal (Quadro 39).

QUADRO 39 – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Agricultura e Pescas	% do Total
Número de Empresas (2000)	95	6,0
Pessoal ao Serviço (1999)	56	0,3
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	6 802	0,4

Fonte: INE

Segundo os dados do Departamento de Estatística do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST/DE), elaborados com base nos Quadros de Pessoal, o sector em 2000, tinha 9 empresas (21 em 1992) e 12 estabelecimentos (0.4% do total do concelho), sendo que 75% dos mesmos tinham até 4 trabalhadores, empregando 53 pessoas (0.23% do pessoal ao serviço no concelho).

A informação estatística apresentada nos Quadro 40 a Quadro 43, com origem no Recenseamento Geral da População – INE, referente ao ano de 1999, complementa a caracterização do sector primário no concelho.

QUADRO 40 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SECTOR PRIMÁRIO

Superfície Agrícola Utilizada	9,61 ha / exploração
Matas e Florestas	113 ha
População na agricultura	309 hab

Fonte: INE

QUADRO 41 – EXPLORAÇÕES E ÁREA OCUPADA POR TIPO DE PRODUTOR

	Explorações		Área	
	Número	Percentagem	Hectares	Percentagem
Produtores singulares autónomos	89	86,4%	949	83,5%
Produtores singulares empresários	9	8,7%	67	5,9%
Sociedades	5	4,9%	121	10,6%

Fonte: INE

QUADRO 42 – POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR PRIMÁRIO POR GRUPO ETÁRIO

Grupo Etário	Produtores Singulares	
	Número	Percentagem
25-40	5	5,10
40-55	25	25,51
55-65	34	34,69
65 e mais	34	34,69
Total	98	100

Fonte: INE

QUADRO 43 – POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR PRIMÁRIO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Nível de Instrução	Produtores Singulares	
	Número	Percentagem
Nenhum	17	17,35
Básico	66	67,35
Secundário	8	8,16
Superior	7	7,14
Total	98	100

Fonte: INE

Como conclusão, a agricultura do concelho é uma agricultura do tipo tradicional, com uma forte componente de auto consumo, praticada por agricultores já em avançada idade (69,5% tem mais de 55 anos) e um reduzido nível de instrução.

No âmbito do sector primário, e dada a extensa frente ribeirinha do concelho, existem algumas explorações de aquacultura com significado.

Embora não seja previsível que a actividade agrícola se possa vir a afirmar como um pilar do desenvolvimento económico do Seixal, urge reflectir sobre a necessidade de encontrar novas formas de valorização social e económica para a agricultura em contexto urbano, conforme se verifica nas áreas metropolitanas da Europa e dos EUA.

Esta revalorização para além de contribuir, de modo efectivo, para a criação e desenvolvimento de um nicho económico local, permitirá reforçar as estratégias de ordenamento territorial contribuindo para a salvaguarda e valorização das áreas de maior sensibilidade ecológica e paisagística do concelho.

Mais do que uma agricultura de auto-consumo, importa atrair uma nova população para este tipo de actividades e integrar os espaços de maior valor agrícola e ambiental.

A estratégia de ordenamento veiculada pelo PDM deverá assim ser acompanhada de um incentivo e de um estímulo à criação de condições para explorar os produtos da terra, nomeadamente os primores e os hortícolas. Neste âmbito três linhas estratégicas serão determinantes:

- criar espaços de comercialização exclusivos dos produtos locais;

- certificar as produções locais, assegurando a genuinidade e qualidade ecológica das produções;
- promover as produções agrícolas do Seixal.

Mais do que um domínio de economia social trata-se de concretizar o Seixal como um território sustentável onde pequenos nichos produtivos de elevada qualidade contribuam para o aumento do rendimento das famílias e para promover uma imagem de elevada qualidade do concelho.

4.2.4.2 Sector Secundário

O sector secundário tem vindo a perder peso no âmbito da base económica concelhia, fruto da reestruturação industrial que ocorreu no concelho, em particular ao nível da Siderurgia. Se em 1981 empregava 53% do pessoal ao serviço no concelho, em 2001, esse peso rondava apenas os 27.4%.

Para essa forte diminuição muito tem contribuído, por um lado, a diminuição de efectivos afectos à Siderurgia Nacional e o encerramento de algumas grandes unidades industriais instaladas no concelho e, por outro lado, a crescente terciarização da base económica (forte aumento da actividade comercial e de serviços).

Indústria Extractiva

A indústria extractiva no concelho do Seixal não tem particular significado, sendo de destacar a extracção de inertes.

Enquadramento no âmbito da actividade económica do concelho:

QUADRO 44 – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Indústria Extractiva	% do Total
Número de Empresas (2000)	4	0,03
Pessoal ao Serviço (1999)	17	0,1
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	1 631	0,1

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, a indústria extractiva em 2000, tinha 2 empresas (11 em 1992) e 3 estabelecimentos (0.1% do total do concelho) que empregavam 33 pessoas (0.14% do total do concelho).

Indústria Transformadora

Em termos da indústria transformadora, os ramos de actividade com maior expressão continuam a ser aqueles que tradicionalmente associamos ao concelho, a saber,

- Metalurgia de Base, com 28.6% do número das empresas, 34% do pessoal empregue e 61.6% do volume de vendas da indústria transformadora.
- Fabricação de Equipamentos Eléctricos, com 4.4% do número das empresas, 29.3% do pessoal empregue e 22.7% do volume de vendas da indústria transformadora.
- Indústria Têxtil, com 22.4% do número das empresas, 10.6% do pessoal empregue e 2.4% do volume de vendas da indústria transformadora.

Apresenta-se em seguida um conjunto de quadros, com base nos indicadores mencionados, para o conjunto da indústria transformadora.

QUADRO 45 – SOCIEDADES CONSTITUÍDAS NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE – REV.2, EM 2001

	Número	Percentagem
Total	42	100,0%
Alimentares	2	4,8%
Têxtil	6	14,3%
Couro		
Madeira e Cortiça	3	7,1%
Pasta de papel	6	14,3%
Coque e Química		
Borracha e Materiais Plásticos		
Produtos Minerais e não Metálicos		
Metalurgia de base	10	23,8%
Maquinas e Equipamentos	4	9,5%
Equipamentos eléctricos e ópticos	1	2,4%
Materiais de Trans.	3	7,1%
Indústria Transformadora	7	16,7%

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento – Ministério da Justiça

QUADRO 46 – EMPRESAS COM SEDE NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE– REV.2, EM 31/12/2000

	Número	Percentagem
Total	1.316	100,0
Alimentares	110	8,4
Têxtil	295	22,4
Couro	9	0,7
Madeira e Cortiça	53	4,0
Pasta de papel	96	7,3
Coque e Química	14	1,1
Borracha e Materiais Plásticos	14	1,1
Produtos Minerais e não Metálicos	26	2,0
Metalurgia de base	376	28,6
Maquinas e Equipamentos	116	8,8
Equipamentos eléctricos e ópticos	58	4,4
Materiais de Trans.	55	4,2
Indústria Transformadora	94	7,1

Fonte: INE

QUADRO 47 – VOLUME DE VENDAS NAS SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO, SEGUNDO A CAE– REV.2, EM 31/12/1999

	Número	Percentagem
Total	769.386	100
Alimentares	13.449	1,7
Têxtil	18.771	2,4
Couro		
Madeira e Cortiça	23.577	3,1
Pasta de papel	11.516	1,5
Coque e Química	15.071	
Borracha e Materiais Plásticos	3.834	0,5
Produtos Minerais e não Metálicos		
Metalurgia de base	469.941	61,1
Maquinas e Equipamentos	11.364	1,5
Equipamentos eléctricos e ópticos	174.779	22,7
Materiais de Trans.	12.169	1,6
Indústria Transformadora	4.613	0,6

Fonte: INE

QUADRO 48 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO, SEGUINDO A CAE – REV.2, EM 31/12/1999

	Número	Percentagem
Total	8.061	100,0
Alimentares	400	5,0
Têxtil	856	10,6
Couro		
Madeira e Cortiça	372	4,6
Pasta de papel	227	2,8
Coque e Química	250	3,1
Borracha e Materiais Plásticos	81	1,0
Produtos Minerais e não Metálicos		
Metalurgia de base	2.738	34,0
Maquinas e Equipamentos	199	2,5
Equipamentos eléctricos e ópticos	2.363	29,3
Materiais de Trans.	268	3,3
Indústria Transformadora	154	1,9

Fonte: INE

Como se pode constatar, no âmbito da Indústria Transformadora, é o ramo da Metalurgia de Base, que se destaca no que respeita à criação de empresas no concelho do Seixal no ano de 2000.

Segundo os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, a indústria transformadora, em 2000, tinha 290 empresas (334 em 1992) e 313 estabelecimentos (10.1% do total do concelho), que empregavam 7.960 pessoas (35% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 41.5%, mas acima de 100 trabalhadores havia 11 estabelecimentos (três acima de 500 pessoas).

Construção Civil

O sector da Construção Civil tem um peso significativo no concelho do Seixal, até como resposta às necessidades criadas pelo crescimento da população residente, ávida por novas habitações.

QUADRO 49 – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Construção	% do Total
Número de Empresas (2000)	3 274	21,4
Pessoal ao Serviço (1999)	3 250	16,2
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	289 564	15,8
Sociedades Constituídas (2001)	167	28,4

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, o ramo da Construção, em 2000, tinha 475 empresas (414 em 1992) e 493 estabelecimentos (16% do total do

concelho), que empregavam 3 011 pessoas (13.2% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 60.9% dos estabelecimentos (até 19 trabalhadores eram 98.6%).

Em 2000 foram emitidas pela Câmara Municipal 519 licenças, das quais 507 para construção de edifícios novos e 12 para ampliações. No ano de 2001, 28.4% das sociedades constituídas no Seixal foram no sector da construção, o que revela a vitalidade do ramo na economia do concelho.

4.2.4.3 Sector Terciário

O sector terciário no concelho do Seixal tem vindo, de forma progressiva e sustentada, a ganhar peso. Em 1981, empregava 46% dos activos e, em 2001, esse peso relativo já ascendia aos 72.2%.

A esta forte terciarização da base económica concelhia, não será alheia a necessidade de muitos desempregados oriundos do sector secundário arranjam novos empregos, abrindo pequenos estabelecimentos comerciais e/ou de serviços.

Comércio por Grosso e a Retalho

No âmbito do terciário é o comércio que assume destacado a liderança do sector: 54.9% das empresas, 47.7% do pessoal ao serviço e 67.8% do volume de vendas.

QUADRO 50 – ENQUADRAMENTO DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Comércio Grosso e Retalho	% do Total
Número de Empresas (2000)	5 595	36,5
Pessoal ao Serviço (1999)	4 138	20,6
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	516 104	28,2
Sociedades Constituídas (2001)	131	22,3

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, o comércio, a retalho e por grosso, em 2000, tinha 902 empresas e 1.130 estabelecimentos (36.6% do total do concelho), empregando 5.590 pessoas (24.5% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 75.3%, mas havia um estabelecimento no grupo 500-999 trabalhadores.

Nesta conjuntura, uma leitura do concelho do Seixal e da sua organização urbana permite confirmar da pertinência de desenvolver um programa de urbanismo comercial, que incida sobre os principais núcleos urbanos e que vise:

- obter uma estruturação polinuclear do concelho, na qual as áreas centrais dos núcleos urbanos do Seixal, Amora, Arrentela, Corroios e Aldeia de Paio Pires desempenhem um papel motriz na vivência social, económica e cultural;
- estruturar as áreas urbanas de génese clandestina nas quais o processo de urbanização ocorrido contrariou a criação de densidades urbanas estruturantes com uma centralidade comercial relevante;
- criar novas centralidades e densidades comerciais nos nós principais do sistema de mobilidade urbana;
- dar condições de conforto à população, dotando o concelho de um aparelho comercial de proximidade qualificado e apelativo;
- gerar emprego local nos sectores do comércio e dos serviços.

A criação de densidades comerciais, em articulação com outras intervenções/orientações no âmbito da requalificação do espaço público, da mobilidade urbana e do estacionamento, permitirão definir uma rede urbana equilibrada e sustentável que reduza a mobilidade automóvel.

Ao nível da tipologia do aparelho comercial o concelho do Seixal deverá procurar diferenciar-se, no âmbito do arco ribeirinho da margem sul, apostando na dinamização do comércio de rua mas com condições de conforto, equiparáveis aos standards das grandes superfícies comerciais: facilidade de estacionamento e acessibilidade, segurança e conforto para a mobilidade pedonal e estadia.

Alojamento e Restauração

O Alojamento e Restauração, no âmbito do terciário, apresentava os seguintes indicadores: 12.5% das empresas, 11.3% do pessoal ao serviço e 3.8% do volume de vendas.

QUADRO 51 – ENQUADRAMENTO DO ALOJAMENTO E DA RESTAURAÇÃO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Alojamento e Restauração	% do Total
Número de Empresas (2000)	1 270	8,3
Pessoal ao Serviço (1999)	980	4,9
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	29 181	1,6
Sociedades Constituídas (2001)	32	5,5

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, elaborados com base nos Quadros de Pessoal, este ramo de actividade, em 2000, tinha 331 empresas e 354 estabelecimentos (11.5% do total do concelho), que

empregavam 1.456 pessoas (6.4% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 81.4%.

A capacidade hoteleira no concelho, em 31/12/2001, segundo a D.G. de Turismo, era de 34 quartos com 80 camas, concentrada num único hotel na freguesia de Fernão Ferro. A procura do mesmo, no essencial, teve origem em cidadãos portugueses (72%) e espanhóis (15%).

Em termos de alojamento hoteleiro, refira-se ainda a existência duas pensões, Fernão Ferro e Paio Pires, e um Parque de Campismo em Fernão Ferro.

As tendências verificadas nos últimos dois decénios na Área Metropolitana de Lisboa para o aumento generalizado das taxas de motorização e de incremento da mobilidade tiveram, num primeiro tempo, impacte na dispersão dos processos de urbanização e na realocização das actividades produtivas e, num segundo tempo, na divulgação de novos padrões geográficos do quotidiano.

A metropolização dos lazeres é hoje particularmente evidente através da projecção mediática de espaços como o Parque das Nações, as Docas, as grandes superfícies comerciais de Lisboa e Almada e, a um segundo nível, espaços de evidente qualidade urbanística como Sintra.

É neste âmbito que o concelho do Seixal se deverá posicionar projectando-se como um espaço atractivo para um mercado metropolitano de 2.662.949 habitantes, o que equivale a cerca de ¼ da população portuguesa.

A Baía do Seixal pela beleza paisagística, pela qualidade urbanística envolvente e pela situação ribeirinha, encerra potencialidades evidentes para integrar a primeira linha da rede de espaços de lazer da Área Metropolitana de Lisboa devendo simultaneamente modernizar-se para esse desígnio e preservar-se de modo a assegurar identidade e genuinidade.

Mas há outros domínios relevantes onde o concelho tem referências. A museologia e o património têm sido os vectores mais valorizados e promovidos, mas há também o *karting* ou o Golf – cada vez mais massificado e procurado pela população metropolitana.

Numa sociedade cada vez mais valorizadora dos espaços “do não trabalho”, posicionar o Seixal nesse plano, significa tornar o concelho atractivo para residir, para viver e, por incoerente que pareça, para trabalhar.

Este é também o caminho mais realista para colocar o Seixal nos circuitos turísticos, estimulando sectores como o comércio e a restauração e viabilizando projectos culturais. O turismo, num sentido mais restrito, terá escassas possibilidades de vingar, em particular no que concerne ao alojamento, onde são evidentes as desvantagens comparativas do Seixal face a Lisboa, à Costa do Estoril ou à fachada Atlântica de Almada a Sesimbra.

Transportes e Armazenagem

O sector dos Transportes e Armazenagem, no âmbito do terciário, apresentava os seguintes indicadores, 2.5% das empresas, 5.3% do pessoal ao serviço e 3.1% do volume de vendas.

QUADRO 52 – ENQUADRAMENTO DOS TRANSPORTES E ARMAZENAGEM NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Transportes	% do Total
Número de Empresas (2000)	259	1,7
Pessoal ao Serviço (1999)	46	2,3
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	23 839	1,3
Sociedades Constituídas (2001)	73	12,4

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, o ramo dos transportes, em 2000, tinha 71 empresas (54 em 1992) e 76 estabelecimentos (2.5% do total do concelho) que empregavam 584 pessoas (2.5% do pessoal ao serviço). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 72.4%.

Actividades Financeiras

As Actividades Financeiras, no âmbito do terciário, apresentavam os seguintes indicadores: 4.7% das empresas, 0.1% do pessoal ao serviço.

QUADRO 53 – ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Actividades Financeiras	% do Total
Número de Empresas (2000)	481	3,1
Pessoal ao Serviço (1999)	10	0,0
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	130	0,0
Sociedades Constituídas (2001)	3	0,5

Fonte: INE

Em termos de estabelecimentos bancários havia, em 2000, 48 que ocupavam 312 trabalhadores e quatro estabelecimentos de seguros. Se atendermos ao facto de em 1990 existirem apenas 10 agências bancárias, poderemos ficar com uma ideia precisa do crescimento da actividade económica no concelho.

Segundo os dados do MSST/DEPP, este ramo de actividade, em 2000, tinha 10 empresas e 61 estabelecimentos (2% do total do concelho) que empregavam 365 pessoas (1.6% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 39.3%, e até nove trabalhadores 90.1%.

Em termos de crédito hipotecário o Seixal registou um valor de 324.729.000 euros, ou seja 21% do crédito hipotecário movimentado na Península de Setúbal.

Actividades Imobiliárias

As Actividades Imobiliárias ocupam, no âmbito do terciário, um lugar destacado, logo a seguir ao Comércio, com 16.9% das empresas, 21.7% do pessoal ao serviço e 21.4% do volume de venda.

QUADRO 54 – ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Actividade Imobiliária	% do Total
Número de Empresas (2000)	1 727	11,3
Pessoal ao Serviço (1999)	1 882	9,4
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	162 598	8,9
Sociedades Constituídas (2001)	88	15,0

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, o sector, em 2000, tinha 259 empresas e 300 estabelecimentos (9.7% do total do concelho) que empregavam 1.694 pessoas (7.4% do pessoal ao serviço). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 75%, e até nove trabalhadores 92%.

Em 2000 foram realizadas 5.308 transacções de prédios (17.5% do total das operações idênticas realizadas na Península de Setúbal) 4.425 de prédios urbanos (16.7%) e 870 de prédios rústicos (24% do total da Península de Setúbal).

Restantes Actividades

As Restantes Actividades: Administração Pública, Educação, Saúde e Acção Social e Outras Actividades de Serviços, no âmbito do terciário, apresentavam os seguintes dados: 8.5% das empresas, 13.8% do pessoal ao serviço e 3.9% do volume de vendas.

QUADRO 55 – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO

	Restantes Actividades	% do Total
Número de Empresas (2000)	863	5,6
Pessoal ao Serviço (1999)	1 194	5,9
Volume de Vendas (1999) – 10 ³ euros	29 387	1,6
Sociedades Constituídas (2001)	51	8,7

Fonte: INE

Segundo os dados do MSST/DEPP, as actividades aqui englobadas, em 2000, abarcavam 311 empresas e 300 estabelecimentos (9.7% do total do concelho) que empregavam 1.694 pessoas (7.4% do total). Os estabelecimentos até 4 trabalhadores representavam 75%.

4.2.5 Siderurgia Nacional e Parques de Actividades Económicas

4.2.5.1 Nota Prévia

A histórica tradição industrial do concelho do Seixal conduziu o processo de desenvolvimento urbano e a afirmação metropolitana deste concelho. Actualmente, a Siderurgia Nacional emerge simultaneamente como símbolo desta tradição e das indefinições estratégicas que afectam o sector.

A especificidade e relevância estratégica deste espaço exige um olhar mais aprofundado, ainda a desenvolver, sendo certo que uma estratégia mais rigorosa e de maior pormenor não poderá nunca ser desenvolvida no âmbito da revisão do PDM, devendo sair de um estudo específico e aprofundado que permita não só definir o contexto estratégico deste espaço, equacionando a complexidade de factores em questão, mas também integrar uma dimensão de promoção e marketing capaz de captar investimento privado.

Ainda assim, algumas ideias base deverão ser consideradas como ponto de partida para o trabalho a desenvolver:

- a área da Siderurgia deverá ser vista como uma reserva potencial prioritária para a instalação de actividades produtivas no concelho, justificando a realização de investimentos que permitam incrementar a sua competitividade, em particular, ao nível da conectividade metropolitana;
- a anulação do passivo ambiental deverá ser equacionado obrigatoriamente na definição estratégica de revitalização da Siderurgia;
- a evolução na oferta de espaços industriais no perímetro da Siderurgia irá condicionar as necessidades de oferta global do concelho no que respeita a áreas para actividades económicas.

As restantes áreas de actividades económicas, em especial os Parques Industriais do Seixal, deverão constituir-se como uma rede de espaços estruturantes do desenvolvimento económico do Seixal, respondendo às procuras existentes/potenciais.

Para desempenharem este papel terão obrigatoriamente de se qualificar, obtendo uma melhor integração urbana, e de incrementarem os graus de conexão metropolitana.

Será igualmente importante captar actividades económicas permitindo a sua instalação nas áreas de maior valor urbanístico e paisagístico de concelho, rentabilizando esse potencial. É o caso da extensa frente ribeirinha que, para além de espaços verdes e de lazer, deverá acolher unidades empresariais que permitam incrementar a competitividade socio-económica do Seixal e revitalizar toda esta área segundo a óptica das vivências e das actividades.

4.2.5.2 Siderurgia Nacional

A Siderurgia Nacional, como herdeira de um vasto complexo industrial e de uma vasta área de terrenos, tem vindo a sofrer profundas alterações que se basearam essencialmente na criação de um conjunto de empresas, donde se destacam:

- SN Longos – empresa que herdou a parte fabril da Siderurgia Nacional sendo hoje uma empresa a laborar em pleno, possuindo mais de 400 postos de trabalho e cujo processo de fabrico, passando de um forno a carvão para um forno eléctrico, permitiu recentemente duplicar a produção.
- Lusosider – empresa que se dedica exclusivamente à produção de produtos planos, ou seja a tradicional “chapa de aço”. Emprega cerca de 400 trabalhadores.
- SN Serviços – empresa que herdou a área logística e os terrenos da Siderurgia Nacional e que actualmente encabeça um conjunto de empresas diversificadas e que, mais ou menos autonomamente, tem definida uma estratégia própria para toda a área da ex-Siderurgia. Neste sentido, e actualmente, podemos destacar as seguintes empresas mais ou menos lideradas pela SN Serviços:
 - Prescor SA – empresa que se dedica à produção de cimentos especiais a partir de escórias e em cujo capital social também participam a Secil e a Cimpor.
 - CYC – empresa que se encontra em fase de instalação e cuja actividade se baseará no fabrico de componentes para os fornos, semelhantes aos utilizados pela SN Longos.
 - Ambisider – empresa totalmente detida pela SN Serviços, a actuar na área ambiental, nomeadamente no reaproveitamento de betões provenientes de demolições.
 - Ecometais – empresa que se encontra em fase de instalação e cuja actividade se centrará no desmantelamento de veículos automóveis com o aproveitamento de metais ferrosos para fornecer a SN Longos.
 - Urbindústria – empresa detida em 100% pelo Estado Português, através da Parpública, e que detém a totalidade dos terrenos da ex-Siderurgia Nacional, bem como todos os terrenos “limpos” e disponíveis que se destinavam à expansão da ex-Siderurgia Nacional. É, por consequência, também detentora do PIS – Parque Industrial do Seixal e cujo desenvolvimento se baseia na criação de diversos Parques Industriais, apoiados pela Câmara Municipal, obedecendo a todos os requisitos, devidamente planeados e controlados pela Urbindústria. O PIS 1 e PIS 2 estão totalmente vendidos, o PIS 3 encontra-se em fase de projecto, mas já classificado como área industrial e prevendo ainda a construção de habitação. O PIS 4 e PIS 5 obedecerão aos mesmos requisitos dos anteriores. Finalmente prevê-se a construção de um Pólo Industrial, a ser

instalado nos terrenos da ex-Siderurgia Nacional (que actualmente se encontram totalmente degradados e poluídos necessitando, por isso mesmo, de serem recuperados ambientalmente).

De salientar que enquanto a Siderurgia se encontra sedeada totalmente na freguesia da Aldeia de Paio Pires, a Urbindústria estende-se também por terrenos da Arrentela.

4.2.5.3 Parques de Actividades Económicas

A política de ordenamento das actividades económicas no concelho do Seixal aponta no sentido da sua concentração em Parques de Actividades Económicas, contrariando desta forma a dispersão das mesmas de forma indiferenciada pelo território do concelho.

Existem, no presente, um conjunto de Parques de Actividades Económicas sedeados no concelho, cujas principais características se encontram descritas nos Quadro 56 e Quadro 57.

O Parque Industrial do Seixal (PIS), localizado nos terrenos da antiga Siderurgia, afirma-se como o maior pólo de desenvolvimento da Península de Setúbal, logo a seguir à VW Palmela.

A primeira fase, já concluída, e a segunda, com as infra-estruturas já iniciadas, representam 80 hectares de área loteada e 111 empresas instaladas, com um total estimado de emprego de 2.100 postos de trabalho.

A terceira fase do PIS, também já em arranque, irá duplicar em dimensão e em número de empresas as duas anteriores. Esta nova fase irá ser dotada de unidades de apoio, quer centros sociais, quer empresariais e outros.

QUADRO 56 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PARQUE INDUSTRIAL DO SEIXAL

Parque Industrial do Seixal	Principais Características
PIS 1	Maturação: Concluída
	Área total: 52 ha
	Área de lotes: 28 ha
	Área média dos lotes: 4.000 m ²
	Número de lotes: 64
	Número de lotes vendidos: 61 (restantes construídos e vendidos em fracções)
	Empresas instaladas: 32 (50%)
PIS 2	Maturação: Infra-estruturas iniciadas
	Área total: 28 ha
	Área de lotes: 11 ha
	Área média dos lotes: 1.750 m ² (há dois lotes com 25.050 m ² e 22.057 m ²)
	Número de lotes: 47
	Número de lotes vendidos: 45 (restam os dois maiores)
PIS 3	Empresas instaladas: 0
	Maturação: Estudo prévio
	Área total: 84 ha
	Área de lotes: 44 ha
	Área média dos lotes: 4.700.750 m ²
Número de lotes: 47	

No quadro seguinte encontram-se assinalados outros parques de actividades económicas localizados no concelho.

QUADRO 57 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS RESTANTES PARQUES DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Parque de Actividades Económicas	Algumas Características
Parque de Actividades Económicas de Stª Marta de Corroios	Localização: Junto à EN 10 entre Corroios e Cruz de Pau
	Engloba 3 loteamentos distintos (A,B,C)
	Área de parque: 18 ha
	Área média dos lotes: 1.000 m ²
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone; arruamentos pavimentados e estacionamento
Parque de Actividades Económicas de Stª Marta do Pinhal	Localização: Junto a Vale Milhaços, a sul da A2.
	Área de parque: 12 ha
	Número de lotes: 62
	Área média dos lotes: 1.500 m ²
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone; arruamentos pavimentados e estacionamento
Parque de Actividades Económicas Casal do Marco	Localização: Junto à EN 10, saída da A2, próximo da estação de caminho de ferro do Fogueteiro
	Área de parque: 140 ha
	Número de lotes: 116
	Área média dos lotes: 600 a 5.000 m ²
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone; arruamentos (alguns pavimentados)
Parque de Actividades Económicas Pinhal dos Frades	Localização: Próximo do parque de Actividades Económicas do Casal do Marco, a sul da A2
	Área de parque: 33 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos lotes: 5.000 m ²
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone.
Parque de Actividades Económicas Zemoto – Coina	Localização: Junto à EN 10, entre o Casal do Marco e Coina, próximo da estação de caminho de ferro do Fogueteiro. A Poente confina com Parque de Actividades Económicas PIS 1
	Área de parque: 100 ha
	Número de lotes: 16
	Área média dos lotes: variável
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone; arruamentos alguns pavimentados
Parque de Actividades Económicas Quinta das Laranjeiras – Fernão Ferro	Localização: Junto à EN 378, entre o Fogueteiro e Fernão Ferro
	Área de parque: 9 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos lotes: variável
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone; arruamentos alguns pavimentados
Parque de Actividades Económicas Quinta da Prata – Torre da Marinha	Localização: Entre a Torre da Marinha e o Casal do Marco, próximo da estação de caminho de ferro do Fogueteiro
	Área de parque: 5 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos lotes: a definir
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone
Parque de Actividades Económicas Quinta da Axorda – Alto dos Bonecos – Paio Pires	Localização: Junto à estrada que liga o Casal do Marco a Paio Pires
	Área de parque: 7 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos lotes: a definir
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone.

Parque de Actividades Económicas Vale da Abelha	Localização: Próximo da Cidade da Amora e da estação de caminho de ferro de Foros de Amora
	Área de parque: 16 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos Lotes: a definir
Zona de Actividades Económicas “Antigas Instalações da Marinha” – Foros de Amora	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone
	Localização: Foros de Amora. Esta zona constitui uma solução provisória, resultado da deslocação de empresas do Fogueteiro, em consequência de remodelação operada
	Área de parque: 7 ha
	Número de lotes: a definir
	Área média dos Lotes: a definir
	Infra-estruturas: Água, electricidade, telefone

5. Rede Urbana e Equipamentos Colectivos

5.1 Introdução

O desenvolvimento do concelho do Seixal passa obviamente por uma estratégia económica, mais em concreto, pela diversificação da sua base económica. Todavia, e fundamentando a nossa tese nas ideias defendidas por Simões Lopes, esta visão econométrica da sociedade incorre na falácia de confundir crescimento com desenvolvimento. Ora, actualmente sabemos que o conceito de desenvolvimento é muito mais que só isso, conforme está explícito no relatório de Brundtland, de 1987, em que este passa a ser representado pela noção de desenvolvimento sustentável, adquirindo assim uma dimensão temporal e intergeracional.

As perspectivas futuras, de um concelho com algumas características periféricas, devem assentar numa matriz formada pela competitividade e pela qualidade: dos seus serviços, das suas organizações, das suas empresas, do seu ambiente, da sua paisagem, das suas gentes e cultura, e das suas políticas, por forma a que seja um concelho independente, sem ser individualista, e com sinergias capazes de fazer emergir um desenvolvimento endógeno, e por conseguinte sustentável.

Nesta linha de raciocínio tem-se por certo que os equipamentos desempenham um papel fundamental na caminhada para o desenvolvimento. Uma população bem servida administrativamente, com acesso a espaços diversificados de cultura, com elevado sentimento de segurança, de apoio social e de saúde, com acesso a vários níveis de ensino e formação profissional e técnica, assim como tendo oportunidade de praticar actividades desportivas e de recreio é sem dúvida uma população evoluída, e por conseguinte, melhor preparada para a vida. Mas a preocupação e consciência da importância que os equipamentos desempenham na estruturação da sociedade, de um qualquer espaço geográfico e administrativo, não é uma questão recente.

Em 1972, por iniciativa do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, no âmbito do III Plano de Fomento foi feita a primeira compilação e sistematização das normas elaboradas pelos sectores responsáveis pela programação dos diferentes equipamentos. Em 1977, o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do Centro de Estudos e Planeamento (NEUR-CEP), com a colaboração do Fundo de Fomento da Habitação (F.F.H.) promoveu a criação do grupo de trabalho: “O Grupo de Trabalho dos Equipamentos Colectivos” constituído por representantes dos organismos responsáveis pela programação dos diferentes tipos de equipamentos colectivos. Efectivamente, a consciência já tem idade adulta mas a prática dela ainda não possui a maturidade desejada, conforme se testemunha na hierarquia das redes urbanas por todo o País.

O concelho do Seixal, inserido na Área Metropolitana de Lisboa, viu o processo de urbanização tomar forma a partir dos locais de acessibilidade fluvial a Lisboa e, mais tarde, como resultado da expansão urbana da cidade capital do País, proporcionada pela construção da ponte sobre o Tejo em 1966. É sabido que este alastramento continuado da mancha urbana, e esta concentração de população, tem tido fortes e prejudiciais efeitos nas paisagens, contribuindo para a sua descaracterização e atalhando por entre valores e condicionantes, quer a nível social, económico e ambiental. Não obstante, tem-se progredido para uma estrutura urbana polinucleada na AML, a qual não é somente consequência de dinâmicas demográficas e das migrações, devendo-se também a dinâmicas de localização das actividades económicas e a infra-estruturas e equipamentos colectivos, por vezes de nível hierárquico superior, como no caso da saúde (clínicas especializadas e hospitais), ensino (politécnicos e universidades), e cultura (museus, centros de artes e ofícios).

Neste estudo tem-se por objectivo informar e prospectivar, para que a programação de equipamentos colectivos, de apoio e suporte à dinâmica concelhia e à população, possa primar pela qualidade, eficiência e adequação dos seus serviços. Para isso, importa conhecer a situação de cada um dos sectores, bem como das perspectivas de evolução para que, *a posteriori*, se possam compatibilizar as acções a desenvolver. Nesta exacta medida serão igualmente avaliados e ponderados, os aspectos quantitativos como qualitativos, pois entendemos que só desta combinação pode resultar a excelência que um concelho da metrópole exige e precisa para se afirmar.

A evolução das sociedades não pode hoje ser apenas avaliada pelos seus aspectos quantitativos; "(...) não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada, dos bens e serviços que produz, embora necessariamente para caracterizar essa evolução interesse o grau de disponibilidade, para todos, dos bens e serviços básicos (...)"². Os aspectos qualitativos e os relacionados com a distribuição dos bens e serviços básicos, o ambiente e a qualidade de vida são elementos essenciais para a avaliação das sociedades.

Neste relatório tem-se uma avaliação dos equipamentos colectivos nos seguintes domínios: educação, desporto, saúde, solidariedade e segurança social, cultura, e segurança pública. Esta avaliação terá por referência legal, as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos³, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPS), o Plano Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES

² LOPES, A. Simões, 1987 – Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos, 3ª Ed. F.C.G., Lisboa

³ DGOTDU, 2002 – Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos. Coleção Informação. Ed. Revista e actualizada. Lisboa

2000-2006), assim como a informação cedida pelos vários serviços da CMS, das reuniões efectuadas, bem como do trabalho de campo em que se observou, confrontou e auscultou os munícipes.

5.2 Equipamentos de Educação

5.2.1 Nota Prévia

Intimamente relacionada com a Cultura, a educação é um dos vectores de desenvolvimento do País, conforme vem apontado no documento governamental “Grandes Opções do Plano para 2003 – 2006”, do XV Governo, como uma das medidas a tomar e a investir: “... a qualificação dos portugueses – prosseguindo uma política multifacetada – no ensino, na formação profissional e na investigação – centrada na exigência e por forma a assegurar a valorização dos recursos humanos, tarefa essencial para qualquer país, mas em especial para Portugal, tendo em conta a escassez relativa de recursos naturais e o atraso ainda verificado na qualificação dos portugueses.” Assim assumido, pode-se mesmo afirmar que o sistema educativo em Portugal, por vezes comporta-se mais como um óbice ao desenvolvimento do que como um motor, tal qual se deseja e precisa.

Tendo assumindo esta tese e considerando as estatísticas demográficas que indicam um contingente de 73,2% da população em idade activa (15 a 64 anos de idade), a Câmara Municipal do Seixal (CMS) tem vindo a encetar um esforço no sector da educação, no decurso desta última década, com claras melhorias, quer em valores absolutos, quer em condições (Quadro 58) com particular destaque para a rede de jardins de infância pública e o parque escolar do 1º ciclo do ensino básico. Esta especial atenção e valorização que a CMS tem dedicado à educação está na esteira daquilo que está já definido no PNDES: “...as projecções demográficas apontam para a importância determinante do investimento na educação e qualificação dos jovens...”⁴.

⁴ PNDES, 2000-2006:p. V-9

QUADRO 58 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM 1991 E 2001

Estabelecimentos	1991			2001		
	Público	Privado	Nº alunos	Público	Privado	Nº alunos
Pré-escolar	3	40		19	65	775
Escola Básica 1º Ciclo	34	11	6 790 (no oficial)	34	9	5 037
Escola Básica 2º e 3º Ciclos	13		6 512 (apenas no 3º ciclo)	8		8511 ⁽¹⁾
Escola Secundária Geral			4674	6		4 489
Escola Profissional				1		
Centro de Formação Profissional				1		

Fonte: CMS – Seixal em Números, 2003; CMS – Carta Escolar

⁽¹⁾ dados de 2002/2003

Numa leitura cronológica entre os anos lectivos 1991/92 e 2000/01, importa apontar destaques, mudanças e evoluções ocorridas, por forma a melhor compreender dinâmicas e decisões. Assim, é de salientar, ainda em leitura do Quadro 58, para o ano lectivo de 1991/92, que das 13 escolas oficiais do 2º e 3º ciclos do ensino básico, em apenas 3 delas se leccionava o 2º ciclo; em 4 escolas, o 2º e 3º ciclos simultaneamente e, em 6 escolas, havia simultaneamente alunos a frequentar o 3º ciclo e o ensino secundário. No ano lectivo 1991/92, não existia nenhuma escola a leccionar unicamente o secundário.

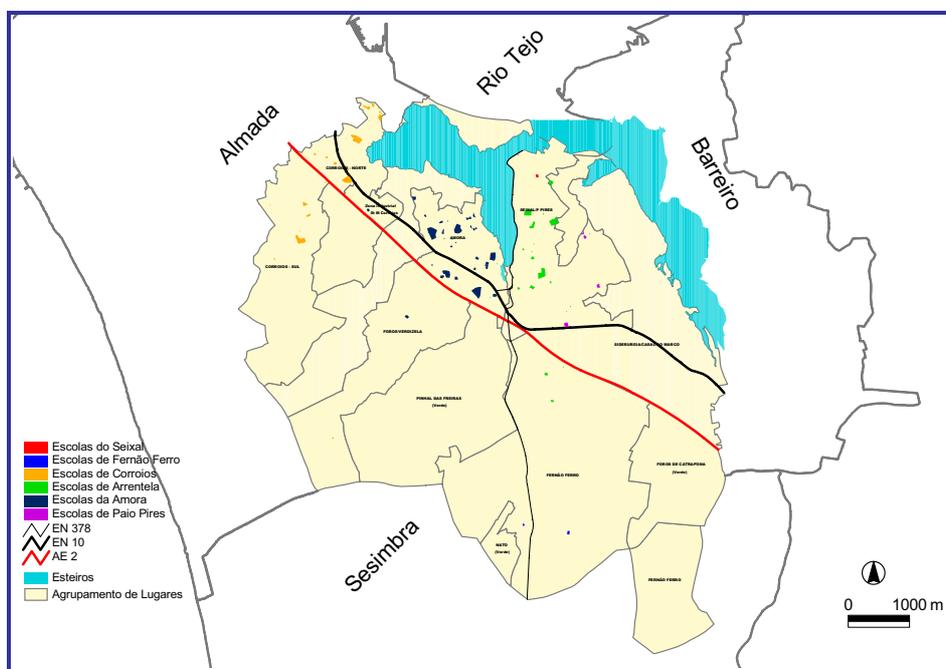
Anote-se também, e ainda para o ano lectivo 1991/92, que a maior parte das escolas funcionava forçosamente em regime duplo, isto porque a capacidade de salas era inferior ao número de alunos, segundo o valor normativo aconselhado de 24 alunos/turma, facto que levava alguns alunos a frequentar o horário nocturno. Segundo a carta escolar, a taxa de ocupação (população escolar /nº alunos/sala ou turma) é nos casos do ensino do 3º ciclo e do secundário de 300%, facto que ilustra bem a carência verificada no sector. Acresce-se a estes problemas, o desequilíbrio espacial da distribuição dos vários estabelecimentos de ensino, sendo que aqueles dirigidos à população mais jovem (ensino pré-escolar e do 1º ciclo), constituem uma maior preocupação pela menor independência de mobilidade dos intervenientes.

Não obstante, e para além das melhorias que testemunham o esforço desencadeado pelo município, com a tentativa de providenciar à sua população escolar mais e melhores condições de ensino oficial, também é possível registar igual tentativa na distribuição territorial destes estabelecimentos (Figura 12), para o ano lectivo 2000/01, na procura de diminuir o encargo familiar, sobretudo das famílias mais despojadas de recursos, fazendo-lhes chegar mais próximo do seu local de residência uma oferta escolar. Se tal situação consistia já um problema acautelado em 1991 – “A rede de jardins-de-infância cobre todas as freguesias excepto a do Seixal. No entanto e porque são na quase totalidade particulares localizam-se (...) nas principais áreas urbanas – Corroios, Amora, Arrentela, Torre da Marinha. Esta situação provoca um acentuado desequilíbrio entre as duas áreas do Concelho divididas pela auto-estrada: a área Norte,

mais populosa e por isso mais bem equipada; a área Sul, mais dispersa, com reduzido número de estabelecimentos sujeitos a uma grande área de drenagem para garantir o acesso das crianças à Educação Pré-Escolar, exige às famílias um elevado esforço financeiro.” – ela não sofreu ainda, após uma década, a rectificação devida, e o equilíbrio procura/oferta desejado, por forma a equilibrar a rede escolar e a procura, pelo zonamento territorial.

Na realidade, no que respeita à distribuição territorial destes estabelecimentos pelo concelho podemos afirmar, que à imagem do que se verifica com todos os outros equipamentos colectivos, existe um desequilíbrio Norte/Sul. Primeiro, entre a parte Norte do concelho, ou melhor a parte a norte da auto-estrada e da Estrada Nacional, e a parte a sul destas; segundo, são as freguesias da Amora e de Corroios, que concentram mais de 50% dos estabelecimentos de ensino (Figura 12).

FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR FREGUESIA



Fonte: Dados do SIG do Seixal

Efectivamente, o Seixal é um concelho muito jovem, com cerca de 58% da população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos (INE, Censos 2001), isto é em idade fértil e que verificou um crescimento do número de famílias de 42,8% no período inter censitário 1991 – 2001. Se a estes dados estatísticos juntarmos um quadro legal (Proposta de alteração da lei de bases da educação do XV Governo) que propõe a expansão do ensino obrigatório de 9 para 12 anos de escolaridade, e ainda o facto de cerca de 10% da população (INE, Censos 2001) não ter nenhum nível de ensino, então percebe-se claramente a importância, necessidade e urgência de uma política estratégica gestora destes equipamentos.

Ainda como nota de destaque para o esforço desenvolvido nesta última década pelo concelho do Seixal atente-se ao valor do índice de educação⁵ a cifrar-se, para o ano de 1999, em 0,977 e projectando o concelho para o topo da tabela. Daqui se interpretar que se ganhou no apelo à população jovem para a escola, importando agora providenciar as condições educacionais necessárias para garantir iguais destaques nas taxas de sucesso escolar.

5.2.2 Ensino Básico

5.2.2.1 Tipologias e Grupos Etários

Contempla a educação no pré-escolar (Jardins de Infância – JI), para crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade; o 1º ciclo do ensino básico (EB1), para crianças dos 6 aos 9 anos de idades; e os 2º 3º ciclos (EB2,3), para a faixas etárias dos 10 aos 14 anos. Para estes níveis de ensino foram constituídas várias modalidades de regime, e.g. escola básica do 1º ciclo e jardim-de-infância (EB1,JI), para as crianças com idades entre os 3 e os 9 anos; escola básica integrada (EBI), para a faixa etária dos 6 aos 14 anos e a escola básica integrada com jardim-de-infância (EB1/JI), para crianças dos 3 aos 14 anos. No conjunto, a rede escolar do ensino básico destina-se a uma população de idades compreendidas entre os 3 e os 14 anos de idade.

5.2.2.2 Ensino Pré-escolar

Segundo a Lei Quadro da Educação Pré-escolar, Lei 5/97 de 10/02/97 que consagra o ordenamento jurídico desta rede de ensino, “A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica sendo complementar da acção educativa das famílias”. Tal princípio espelha bem a importância deste nível de ensino na formação e educação da sociedade, sendo da responsabilidade do Estado um planeamento estratégico assente na criação de uma rede pública de educação pré-escolar e, ou, o apoio à sociedade civil na criação de estabelecimentos de educação pré-escolar, assim como o apoio especial às zonas mais desfavorecidas.

Confrontando o intervalo de uma década entre o ano lectivo de 1991/92 e 2000/2001, verificamos a passagem dos 96% estabelecimentos de ensino particulares, neste nível educacional, para 77%; tal situação reivindica a tomada rápida de duas medidas:

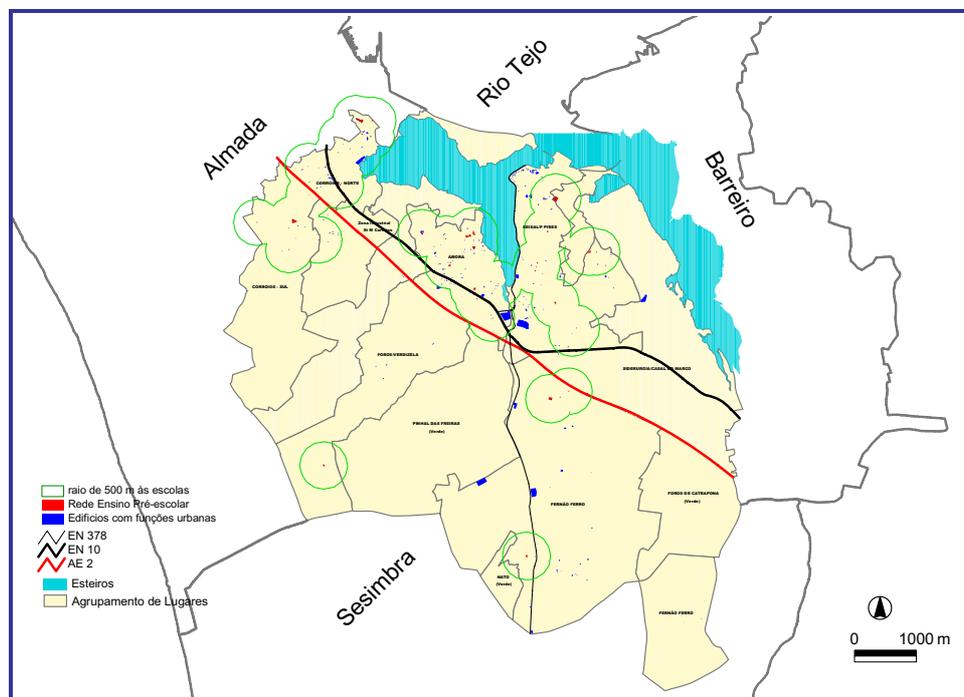
1) aumentar a rede pública, com particular atenção às zonas desfavorecidas quer em equipamentos desta ordem, quer do ponto de vista social e económico;

⁵ IEDU (Índice de Educação), 1999 – Este índice é baseado na taxa de escolaridade da população com 15 e mais anos de idade em ambos os sexos. Ministério da Educação; <http://min-edu.pt> (consultada até 18 de Julho de 2003).

2) definir, aplicar e fiscalizar normas organizacionais, pedagógicas e técnicas para um bom funcionamento e adequação dos estabelecimentos às necessidades da população, assim como atentar ao equilíbrio da rede urbana.

No que respeita à espacialização deste equipamento no Concelho constata-se que dos 84 estabelecimentos de ensino reconhecidos, quer públicos, quer particulares, têm distribuição territorial irregular e desequilibrada. Em concreto, verifica-se uma maior concentração nas freguesias de Amora e Corroios, sobretudo a norte da auto-estrada, e uma diminuta existência nas freguesias de Fernão Ferro e na parte a sul da auto-estrada, nas freguesias de Amora e Corroios. Não obstante, tal facto está em respeito às Normas de Programação de Equipamentos Colectivos, da DGOTDU, onde se aconselha a que a localização dos JI junto dos núcleos urbanos, e com maior proximidade, a outros equipamentos de apoio e serviços vários. Efectivamente, e conforme se pode observar pela Figura 13, num raio de 500 metros a partir dos JI estão acessíveis vários equipamentos de desporto, jardins, cultura, e serviços camarários, assim como restauração e bancos. Todavia, e conforme a análise da mesma figura, pode observar-se que os estabelecimentos de ensino na freguesia de Fernão Ferro e Corroios estão ermos e carenciados de outros equipamentos de apoio e de serviços vários, muito para lá dos 500m de raio aceitáveis.

FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR



Fonte: SIG Seixal

5.2.2.3 1º Ciclo do Ensino Básico

Os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo, também designados por EB 1, contemplam os primeiros quatro anos obrigatórios de escolaridade das crianças com idades compreendidas entre os 6 e 9 anos. Segundo dados da carta escolar e do Ministério da Educação (30 de Setembro de 2002) o número de alunos neste nível de ensino tem vindo a diminuir progressivamente desde o ano lectivo de 1989/90, com um total de 7 630 alunos inscritos para os actuais 5 190 alunos matriculados. Como justificativo não será estranha a quebra verificada nas taxas de natalidade e de fecundidade, nos primeiros anos da década de 90, assim como outras conjunturas de natureza social e económica. Todavia espera-se que tal contingente populacional venha estabilizar conforme a taxa de natalidade e o elevado contingente de população jovem no concelho. Não obstante, os valores verificados de 1998 a 2003 deixam antever uma inversão da situação e, por conseguinte, um aumento da população escolar neste nível de ensino.

A rede escolar do EB1 comporta 284 salas de aulas e 469 professores para os 5 190 alunos matriculados, o que confere uma taxa média de ocupação de 73%, se considerarmos um máximo de alunos suportável, segundo as Normas da DGOTDU (25 alunos/turma), de 7100. Ainda no que respeita à taxa de ocupação, e analisando individualmente cada um dos estabelecimentos à luz das citadas Normas verificamos alguns casos anómalos e a precisar de serem revistos, e.g. aqueles cujos número de alunos é já superior ao máximo de população a escolarizar (300 alunos = 12 turmas), ou que se aproxima perigosamente:

EB1 de Corroios nº2, com 398 alunos

EB1/JI Casal do Marco, com 233+69 alunos

EB1 Fogueteiro nº3 e nº4, com 324 e 322 alunos respectivamente

EB1 Arrentela nº2, com 286 alunos

EB1 Torre da Marinha nº2, com 253 alunos

EB1 Miratejo nº1, com 250 alunos

EB1 Fernão Ferro nº2, com 267 alunos

EB1Seixal nº2, com 271 alunos

Outra situação a merecer destaque, mas pela inversa (nº de alunos inferior ao considerado valor mínimo de população a escolarizar, 80 alunos = 4 turmas), cabe às escolas:

EB1 Vale Milhaços nº1, com 41 alunos

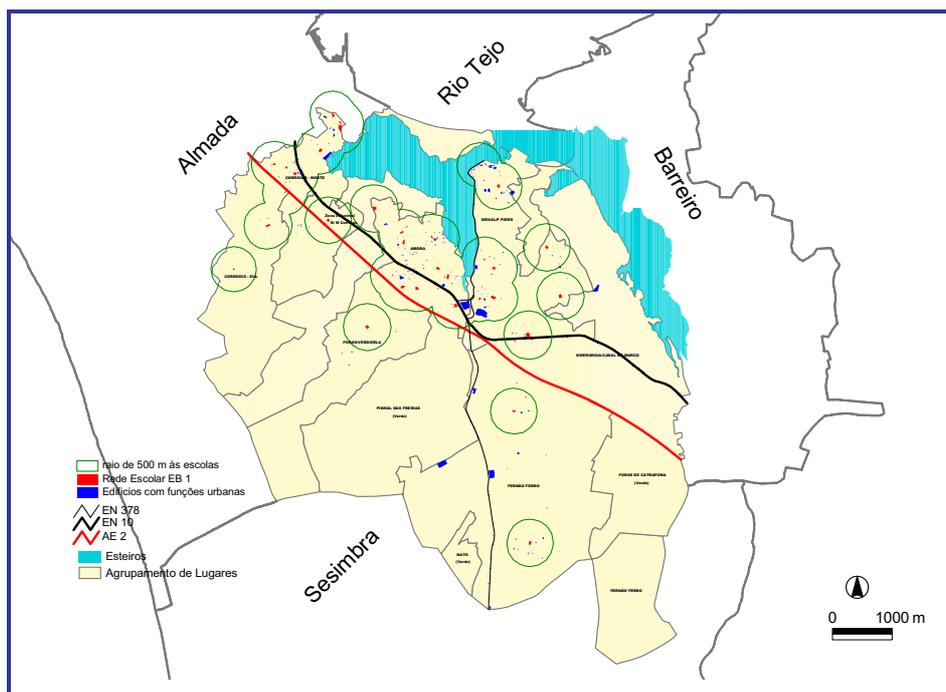
EB1 Seixal nº1, com 40 alunos

Não obstante este enfoque, deve registar-se também a nota de que algumas destas escolas operam nas áreas de menor contingente populacional e também mais desfavorecidas, pelo que o estabelecimento de

ensino funciona como um elemento dinamizador e de ancoragem que importa rever em agrupamentos de escolas provavelmente, mas não erradicar pelos efeitos desencorajadores da já fraca dinâmica social e económica dessas áreas, conforme está previsto à luz da proposta de alteração da Lei de Bases da Educação. Isto no caso das escolas sitas nas freguesias de Fernão Ferro, Miratejo (cuja proximidade com Almada conduz a efeitos de perda de atracção), e da Amora e Corroios, na sua parte a sul da auto-estrada. Já no caso das escolas sitas em lugares mais dinâmicos social e economicamente, a situação passa pelo agrupamento e melhoramento de condições de funcionamento.

Quanto à distribuição espacial destas escolas pode-se afirmar sem erro, que se encontram irregularmente distribuídas pelas 6 freguesias concelhias (Figura 14). Uma maior proliferação de estabelecimentos na parte a norte da auto-estrada, nos concelhos da Amora, Arrentela e Corroios, que no seu conjunto concentram 80% da oferta num contínuo urbano de sensivelmente 6,5km ao longo da parte norte da auto-estrada.

FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO



Fonte: SIG Seixal

Ainda uma nota para questões de segurança (proximidade a locais de marginalidade e permanência de droga), estado de conservação das escolas e ambiente (cheiros e barulho) que devem ser considerados e revistos num plano de melhoria da rede de ensino básico do 1º ciclo.

5.2.2.4 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

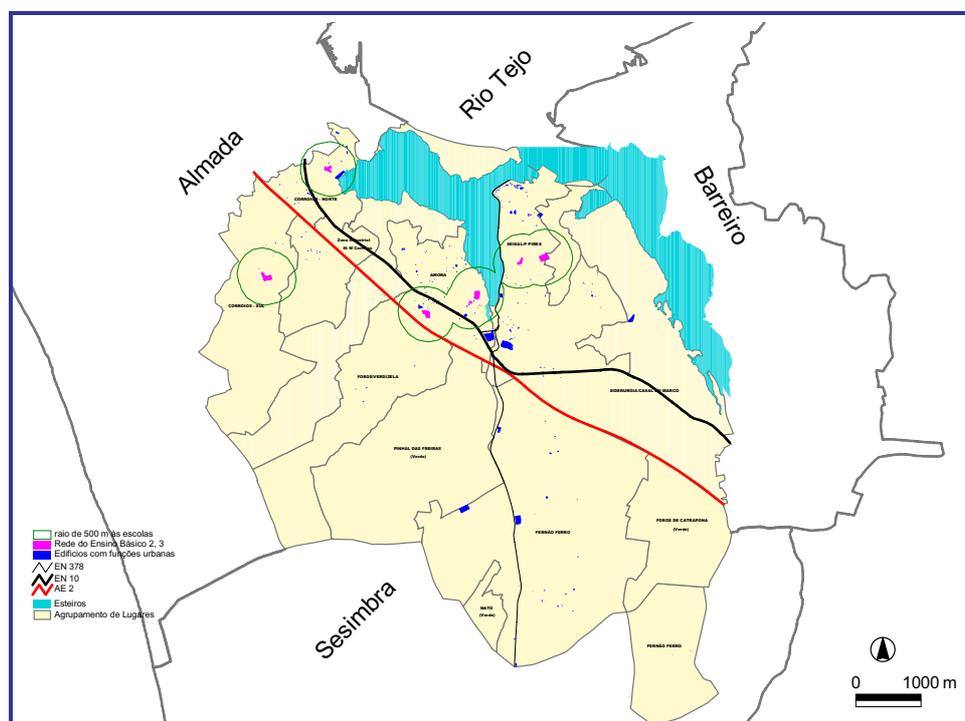
Estes ciclos abrangem crianças dos 10 aos 14 anos de idade, correspondendo o 9º ano de escolaridade ao termo actual da escolaridade obrigatória. O 2º ciclo contempla o 5º e 6º ano de escolaridade enquanto o 3º ciclo corresponde ao 7º, 8º e 9º anos de escolaridade. Os equipamentos destes níveis de ensino são de carácter superior ao do 1º ciclo, pelo que as Normas da DGOTDU são já diferentes no que respeita à população base e população a escolarizar, assim como aos critérios de programação e dimensionamento.

O concelho do Seixal tem a distribuição desta rede de ensino por 3 das suas 6 freguesias: 3 escolas na freguesia da Amora (EB2,3 Paulo da Gama, EB2,3 Cruz de Pau e a EB2,3 Pedro Eanes Lobato); 3 escolas na freguesia da Arrentela (EB2 Nun'Álvares, EB2,3 Pinhal de Frades e EB2,3 Dr. António Augusto Louro) e 2 escolas na freguesia de Corroios (EB2,3 Vale de Milhaços e EB2,3 de Corroios). Mais uma vez se verifica uma maior concentração a norte da auto-estrada que, neste caso e devido aos avultados custos de construção e funcionamento destes equipamentos e a uma maior idade dos alunos, torna mais difícil a sua localização em zonas isoladas e de reduzida população.

Todavia, e segundo as Normas referentes à população base e população a escolarizar, pode-se afirmar que à excepção da EB2 Nun'Álvares com 406 alunos, todas as outras escolas têm uma sobrelotação de alunos, já que o máximo recomendável é de 600 alunos. No entanto, se for considerado apenas o máximo aceitável (750 alunos ou 25 turmas), então também a EB2,3 de Corroios estaria dentro dos limites máximos, visto ter 678 alunos. Para esta situação de risco, a que acrescem problemas de conservação dos edifícios, e de segurança impõe-se a aplicação do DL nº 115/98 de 4 de Maio, que aprova o regime de Autonomia e Gestão dos estabelecimentos de educação do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e consagra formalmente o agrupamento de escolas, por forma a assegurar situações de qualidade no ensino, superar situações de isolamento e prevenção da exclusão social, entre outros. Todavia, é de alertar para o facto do eventual perigo de juntar em convívio crianças com idades tão diferentes. A arquitectura das escolas deve ponderar e monitorizar em permanência esta situação, assim como o providenciar apoio psicológico.

Conforme se pode observar pela Figura 15, entre a freguesia da Arrentela e da Amora forma-se, pela determinação das faixas marginais de 500 metros em torno da escola, um contínuo geográfico que assegura os acessos a outros equipamentos de apoio e à integração na rede urbana, assim como potencia situações de agrupamentos, reforçando percursos escolares integrados.

FIGURA 15 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO DO 2º E DO 3º CICLO

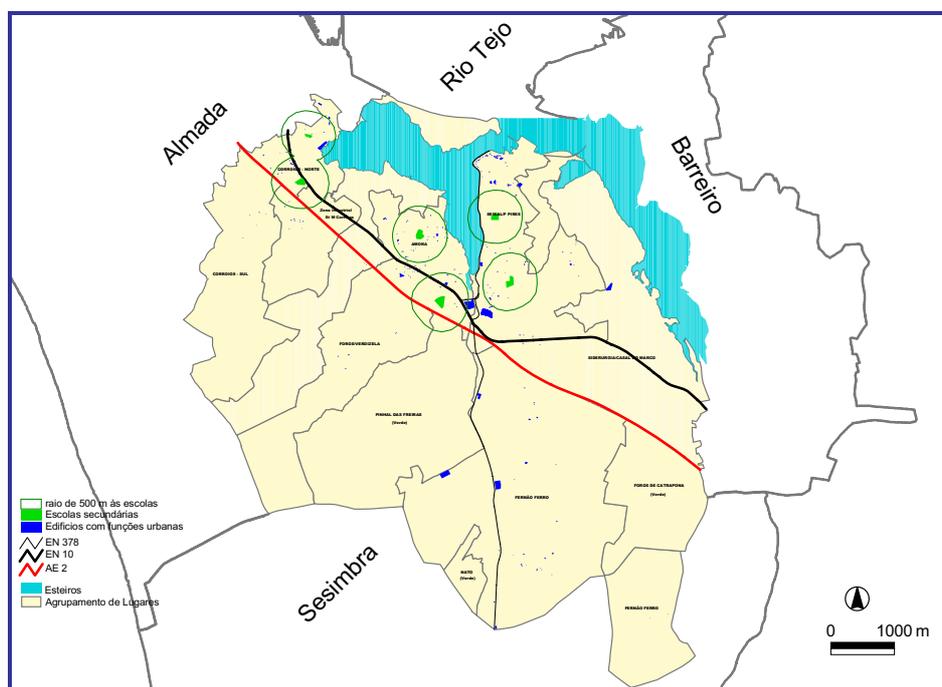


Fonte: SIG Seixal

5.2.3 Ensino Secundário

Considera a população a escolarizar com idades entre os 15 e os 17 anos pelo que se trata de equipamentos já de nível intermunicipal ou mesmo regional, devendo a diversidade de cursos ser ponderada com os interesses do município e da região e articulada com o planeamento da rede de estabelecimentos. São 6 os estabelecimentos de ensino secundário no Seixal, distribuídos equitativamente pelas freguesias (Figura 16) de Corroios, Amora e Arrentela. Segundo a carta escolar, no ano lectivo de 1991/92 frequentavam este nível de ensino 4 674 alunos, tendo-se para o ano de 2002/03 registado as matrículas de 3 226 alunos em regime diurno e mais 1 309 em regime nocturno, o que perfaz um total de 4 535 alunos, havendo portanto uma perda de 139 alunos neste último decénio.

FIGURA 16 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO



Fonte: SIG Seixal

A tal facto não será indiferente a capacidade atractiva, até pelo aumento do leque de escolha de cursos, do concelho de Almada, nomeadamente no que respeita às escolas da freguesia de Corroios, que também se encontram menos distantes da população aí residente. No que respeita à taxa de ocupação, apenas a escola secundário Manuel Cargaleiro apresenta elevados índices, com 92%, mas ainda assim abaixo dos máximos considerados nas Normas da DGOTDU.

Importa ainda referir o problema do quantitativo populacional em idade escolar que não acaba o ensino secundário, ou seja o insucesso escolar (n° indivíduos em idade escolar que não completou este nível de ensino/ n° de indivíduos em idade escolar para este nível de ensino*100), neste nível de ensino. Segundo o INE (Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001), 16 990 indivíduos residentes em idade de frequentar o ensino secundário, completaram este nível de ensino; 14 064 não tinham completado (25,5%) e 7 219 ainda o frequentava. Sendo o ensino secundário o término de uma adolescência e a preparação para a idade adulta, e por conseguinte para a vida activa, estes valores merecem preocupação e especial atenção no planeamento desta rede de equipamentos.

5.2.4 Outros Equipamentos de Ensino

Apenas de salientar o já assumido e garantido estabelecimento de um equipamento de ensino superior no concelho, mais especificamente da Universidade Aberta, em regime de ensino não presencial, nas antigas instalações da Fábrica Mundet.

Ainda facto de relevância ao nível da formação profissional, a existência de uma Escola Profissional, um Centro de Formação Profissional e de uma Escola de 2ª Oportunidade, todas oficiais e demonstrativas de uma aposta, por parte da Câmara, na qualificação e formação dos seus recursos humanos.

Neste domínio da formação, e para apontar no sentido das estratégias defendidas pelos Governos ⁶XIV e XV, assim como pela EU⁷, a formação contínua e a aposta no ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação são vectores do desenvolvimento, tendo à cabeça a aposta na democracia do conhecimento, do combate à exclusão, da cidadania, da inovação e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

5.3 Equipamentos de Saúde

De acordo com a Constituição da República Portuguesa – Lei Constitucional nº 1/92 de 25 de Novembro – a protecção à saúde é um direito de todos os cidadãos e da comunidade e deve ser assegurado pelo Serviço Nacional de Saúde.

No concelho do Seixal a prestação de cuidados de saúde é assegurada por 3 centros de saúde, 8 extensões dos respectivos centros de saúde e 21 farmácias (entretanto, mais 5 farmácias foram aprovadas). Distribuídos por 3 freguesias (Corroios, Amora, e Seixal), os centros de saúde e respectivas extensões tem como função prestar cuidados de prevenção primários, como seja a promoção e educação para a saúde. No entanto "Alguns centros de saúde podem ainda incluir *unidades de diagnóstico e tratamento*, e excepcionalmente, unidades de internamento e de urgência."⁸

No que respeita aos centros de saúde e respectivas extensões, para servir um contingente populacional de 150 271 residentes, estes equipamentos têm-se manifestado insuficientes, quer pela falta de recursos humanos (médicos e enfermeiros) face ao número de pacientes, quer pela saturação dos três Hospitais

⁶ Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e Portugal na Sociedade de Informação, 2001, Lisboa.

⁷ Livro Verde sobre a Informação Pública na Sociedade de Informação. COM, 1998, CE, Bruxelas.

⁸ DGOTDU, 2002 – Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos. Coleção Informação. Ed. Revista e Actualizada. Lisboa

mais próximos: o Hospital Garcia de Orta, de Almada, o Hospital São Bernardo, de Setúbal e o Hospital Distrital Nossa Senhora do Rosário, do Barreiro. Conforme se pode verificar pelo quadro de caracterização destes equipamentos (Quadro 59) existe um desajuste entre a oferta e a procura, facto que leva à necessidade premente de adequação e reposição de um equilíbrio para um sector tão fundamental como a saúde pública.

O dinamismo demográfico (crescimento da população residente de 33 359 hab. entre censos, 58% da população com idade compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade), a inserção na região mais desenvolvida do País (AML), e a saída anunciada para o ano de 2005 do Objectivo 1 dos Fundos Comunitários, fazem com que este tipo de equipamentos de suprimentos de necessidades básicas sejam prioritariamente planeados e ajustados à procura, por forma a erradicar carências e a proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações.

Nesta medida é anseio dos munícipes do Seixal e da própria Autarquia, a construção e instalação de um hospital distrital para servir a população do concelho, carenciada de serviços de saúde básicos e alguns diferenciados, que não são garantidos pelos centros de saúde, e dificilmente pelos hospitais de Almada e Setúbal já sobrecarregados. Em alternativa, e ainda no sentido de solucionar este problema, é premente a construção de mais um Centro de Saúde. É de salientar que para além da população do concelho do Seixal, também seriam servidas as populações de Almada e Sesimbra, que vissem dificuldades de atendimento nos outros Hospitais para determinados tipos de cuidados.

QUADRO 59 – CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES DO CONCELHO DO SEIXAL EM 2003

Extensões de Saúde	Nº de Médicos	População inscrita	Rácio 1500hab/médico	Médicos em falta
Seixal	17	28 699	19	2
Torre da Marinha	5	10 991	7	2
Fernão Ferro	6	10 526	7	1
Pinhal de Frades	2	4 305	3	1
Amora	20	28 906	19	-
Largo da Rosinha	2	21 955	15	12
Corroios	17	11 628	8	2
Total	69	117 010	78	20

Fonte: Gabinetes de Estatística dos Centros de Saúde

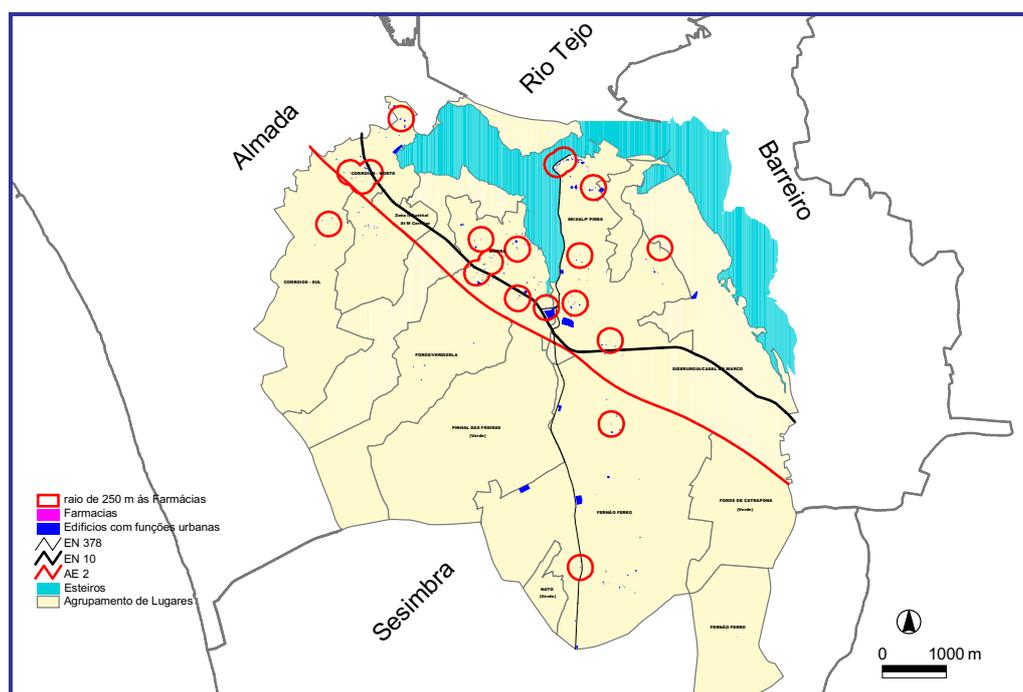
Relativamente às farmácias existentes no concelho do Seixal importa anotar dois aspectos:

- distribuição territorial irregular pelo concelho e uma maior concentração na parte norte da auto-estrada, com destaque para as freguesias da Amora, da Arrentela e de Corroios, com 15 das 21 farmácias existentes, e escassa presença destas na parte sul da auto-estrada;
- Constatação da irregularidade na localização destes equipamentos segundo a Portaria 936-A/99, de 22/10/99, no que se refere à instalação de novas farmácias, nomeadamente no que respeita à condição assim definida: “*não se encontrar instalada nenhuma farmácia na área delimitada por uma*”

circunferência de 250m de raio e cujo centro seja o local de instalação de nova farmácia, não podendo haver sobreposição de áreas.”

Conforme Figura 17, facilmente podemos constatar que tal condição não está cumprida, muito embora tal se deva à construção destas farmácias ser anterior à Portaria entretanto criada. Não obstante, no futuro planeamento destes equipamentos, tal condicionamento deve ser considerado e devidamente articulado com as necessidades manifestadas pela população.

FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS FARMÁCIAS



Fonte: SIG Seixal

Destaque ainda para a recente aprovação de mais cinco novas farmácias, estando quatro das quais com localização já definida, mas ainda em número insuficiente segundo dados apontados pelo Gabinete de Saúde da Câmara do Seixal, cujos estudos efectuados apontam para 10 farmácias em falta: 3 na freguesia da Amora; 1 na freguesia da Arrentela; 4 na freguesia de Corroios; 1 na freguesia de Fernão Ferro e também de Paio Pires.

5.4 Equipamentos Culturais

A cultura, assim como as áreas do desporto, têm tido um papel relevante no dinamismo intraconcelhio, mas também regional, e mesmo nacional. No caso específico da Cultura, o município do Seixal tem uma vasta oferta de actividades e de iniciativas que se repartem num espectro que vai desde as associações e colectividades, algumas delas centenárias, até aos eventos de carácter internacional, como sejam a

Medalha Contemporânea e o Seixal Jazz - Festival Internacional de Jazz, passando ainda por movimentos artísticos, e performativos esporádicos e em acordo com os anseios e gostos da população, como o Seixal *Graffiti*, o Drive-in Arte e os Festivais de Teatro.

Também para além destas iniciativas mais dirigidas ao público alvo, existem outras iniciativas de banda mais larga e por conseguinte na esteira do que se designa por festas populares, a iniciarem em Junho com as Festas de S. Pedro, na freguesia do Seixal, e a terminarem em finais de Agosto, com as festas de Corroios, passando no entretanto por todas as outras freguesias do Concelho, em romarias de artesanato, música, gastronomia e animação de rua. No âmbito geral é verdadeiro afirmar que os municípios do Seixal dispõem de uma oferta cultural: diversificada (por actividades e público alvo), descentralizada, integrada (iniciativas conjuntas câmara, instituições particulares, escolas e municípios), e educacionais. Não obstante, tal estado não significa que medidas para o desenvolvimento não devam ser tomadas e planeadas. No âmbito do PDM em revisão, algumas orientações podem ser focadas com base numa análise situacional e futura, assente nas expectativas e no cruzamento com informação de outros sectores.

Para suporte desta tão variada actividade cultural, a Câmara agrupa os equipamentos disponíveis em três categorias (Quadro 60):

- Espectáculos – integra o Auditório Municipal (equipamento supraconcelhio); e o Cinema S. Vicente (caracterizado pela diversidade de actividades que alberga);
- Artes Plásticas (categoria onde se perspectiva a criação de um Centro Internacional de Medalha Contemporânea) – inclui várias galerias e espaços de exposição que têm suportado e promovido e ajudado a divulgar os artistas locais, associações artísticas e educar para a arte também inclui a arte pública, com considerável desempenho em elementos escultóricos distribuídos pelo concelho;
- Juventude – domínio específico criado para fomentar a educação e a formação paralela ao ensino oficial obrigatório, com predomínio nas áreas das Tecnologias de Informação. Praticadas nas Oficinas de Juventude, situadas na Amora e no Miratejo, desde a sua abertura em 1997, as oficinas já acolheram mais de 100 mil utilizadores.

QUADRO 60 – IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM 2003

Equipamento – Designação	Quantidade	Localização
Biblioteca Municipal	1 (2 extensões)	Seixal, Amora e Corroios
Ecomuseu ⁹ do Seixal	1 (5 núcleos e 2 extensões)	Arrentela (sede e núcleo), Seixal (2 núcleos), Corroios (2 núcleos e 2 extensões)
Colectividades de Cultura e Recreio	47	
Grupos de Música Popular e Coral	9	
Grupos de Teatro	6	
Cinemas	2	Amora (300 lugares), Corroios (138 lugares)
Auditórios	6	Cinema S.Vicente (A. Paio Pires) – 420 lug Soc. Oper. Amorense (Amora) – 209 lug Pav. Mun. Alto do Moinho (Corroios) – 94 lug Soc. Fil. Dem. Timbre Seixalense (Seixal) – 164 lug Fórum Cultural do Seixal (Seixal) – 345 lug Centro Form. de Professores (Cruz de Pau) – 300 lug
Oficinas da Juventude	2	Amora, Miratejo
Galerias de exposições	14	
Rádios Locais	2	Rádio Baía, Rádio Seixal FM
Jornais Locais e Regionais	4	Tribuna do Povo, Outra Banda, Repórter do Seixal, Seixal – Boletim Municipal

Fonte: CMS – Seixal em Números

Como nota final fica a intenção, pertinente e que deve ser fundamentada no quadro do desenvolvimento económico, da estrutura da rede urbana e ambiente, para a localização de uma Pousada de Juventude no Concelho. Ainda a salientar o ainda em fase de discussão, projecto Seixal Digital, no âmbito do Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI), que poderá constituir um claro marco no processo já iniciado, com a disponibilização de informação geográfica na página de Internet da Câmara, de democratizar a informação e desburocratizar os serviços públicos. É uma porta aberta para o acesso à informação não só do concelho mas também da Península de Setúbal, sendo também um sinal inequívoco de vontade de acompanhar a “modernidade”.

5.5 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Problemas sociais como desemprego, exclusão social, sem abrigo, pobreza, violência, toxicodependência, alcoolismo, deficiência, etc. são da competência das pessoas cujos serviços e préstimos ressalvam destes equipamentos. Escusado será portanto sequer mencionar o carácter da sua importância numa estratégia de desenvolvimento, estreitando desigualdades, facilitando o acesso a bens e serviços a populações mais desfavorecidas e espraiando a qualidade de vida por todos. Todavia uma análise deve ser feita, e um estudo minucioso, o qual deve ser projecto de uma Carta de Equipamentos Sociais, a levar a cabo.

⁹ Apesar de ser da responsabilidade da Divisão de Património Histórico e Cultural desempenha e acolhe diversas iniciativas culturais e de educação/formação

O exercício da Acção Social é da responsabilidade do Estado, tendo as Autarquias, até por estarem mais próximas da população e de quem realmente precisa, um papel de relevo. Não obstante, parcerias e cooperação com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, tais como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) podem e devem ser levadas em consideração, como o têm sido, com resultados relevantes, ao nível das Creches e dos Jardins-de-Infância.

No concelho do Seixal, é no Gabinete de Acção Social (GAS) da Câmara Municipal que se programam os investimentos e despesas nestes equipamentos e se definem as estratégias e actividades a realizar, conforme as que decorrem do Plano de Actividades.

Numa análise mais pormenorizada deste tipo de equipamentos devemos definir 4 domínios de acção social cruciais:

1. Equipamentos de Apoio à Infância¹⁰ – segundo o gabinete de acção social “*conceder prioridade à infância e à adolescência*”, é um dos objectivos para os próximos 4 anos. Neste domínio, para além do equipamento existente, a Câmara prospectiva a abertura, por necessidades assinaladas através das listas de espera, de mais instalações e ou de expansão e alargamento das já existentes, através dos Apoios Comunitários do PIDDAC e do FEDER creches. Este aspecto é particularmente importante já que são maioritariamente entidades privadas que prestam este serviço, o que dadas as condições sociais e económicas de um largo espectro da população seixalense torna impossível este nível de ensino para muitas crianças.

Dos 84 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 65 são privados; e o mesmo se passa com os ATLS, que dos 30 existentes, apenas 12 são públicos. Por conseguinte, esta é uma situação desfavorável que precisa de ser corrigida com prioridade em resposta aos anseios e necessidades da população. Os projectos aprovados, em aprovação e concluídos recentemente, ao abrigo das diversas formas de candidatura de apoio, deixam antever essa preocupação e resolução, a saber:

- CPBES Fernão Ferro (candidatura em curso),
- CPBES Arrentela (cedência de terrenos para nova construção),
- CAPA (cedência de terreno para construção de raiz),
- CASM (cedência de terreno para alargamento),
- Cooperativa “Pelo Sonho é que Vamos” (cedência de terreno para construção de raiz e valências de JI, Creche).

2. Equipamentos de Apoio a Idosos – Neste domínio consideram-se as Associações de Reformados e as Associações Unitárias espalhadas pelo concelhos, e que prestam os serviços de centros de convívio,

¹⁰ para mais e mais detalhada informação ver Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos, 2002.

centro de dia, e de apoio domiciliário a alguns dos reformados inscritos (Quadro 61). Contam-se ainda os projectos desenvolvidos pelo GAS da CMS, definidos no Plano Anual de Idosos.

QUADRO 61 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE APOIO A IDOSOS EM 2003

	Apoio domiciliário (nº idosos)	Lar	Centro de Dia (nº de idosos)	Centro de convívio (nº de idosos)	Total de Idosos abrangidos
Assoc. Unitária de Reformados da Torre da Marinha	x	x	x	60	60
Assc. Reformados do Seixal	80	x	75	60	215
Assc. Unitária de Reformados de Amora	15	x	51	x	66
Assc. Reformados de Amora (Arifa)	72	70	60	51	253
Assc. Unitária Reformados de Arrentela	42	x	40	x	82
Assc. Unitária Reformados de Corroios	50	x	50	x	200
Assc. Unitária Reformados de Fernão Ferro	15	x	80	x	95
Assc. Unitária Reformados de Fogueteiro	15	x	30	x	45
Assc. Unitária Reformados de Miratejo	40	x	70	x	110
Assc. Unitária Reformados de Paio Pires	64	x	60	x	124
Assc. Unitária Reformados de Pinhal de Frades	32	x	50	x	82

Fonte: GAS, CMS

No Plano de Actividades 2002/03 do GAS da CM do Seixal estão ainda orçamentados 239 654,18 €, para projectos de apoio e convívio como: Cuidados Continuados, Banco de Ajudas Técnicas, Grupo Intersectorial para a área dos Idosos, Ementas Saudáveis com Receitas Antigas, Dia Mundial do Idoso, Marchas Populares, Teatro (Des)Dramatizar, 4º Encontro Concelhio, Comemoração do Mês do Idoso, Festa de Natal do Idoso, Acção de Formação para Dirigentes Associativos, CIAPID – Centro de Informação Para Idosos Deficientes, Festival de Poetas Populares e Actividades Culturais e Recreativas, entre outros.

3. Equipamentos de Apoio a Deficientes e pessoas com cuidados especiais – para este domínio o GAS orçamentou 104 246, 70 €, para melhorar as condições de vida e suprir carências da população, cujas acções passam por: melhorar as acessibilidades e mobilidade dos deficientes através de remoção de barreiras arquitectónicas, criação de uma residência para deficientes profundos, sensibilização para os problemas deste contingente especial da população, colónia de férias e um plano de apoio às instituições de deficiência.

4. Outros Equipamentos de Acção Social – neste domínio o destaque vai para equipamentos de apoio à Toxicoddependência (problema com agravamento no concelho), equipamentos de Apoio a Mulheres

vítimas de violência, equipamentos para Apoio a mães adolescentes e equipamentos de Apoio à Reinserção Social.

No cômputo geral, considera-se imperioso dotar de mais recursos humanos o Gabinete de Acção Social, e proceder a um levantamento pormenorizado da situação (oferta e a procura, balanço da resposta e casos apresentados nos serviços) social do concelho, para melhor poder planear e definir uma estratégia de resposta e resolução dos problemas da sua população, em prol de uma melhoria generalizada da qualidade de vida.

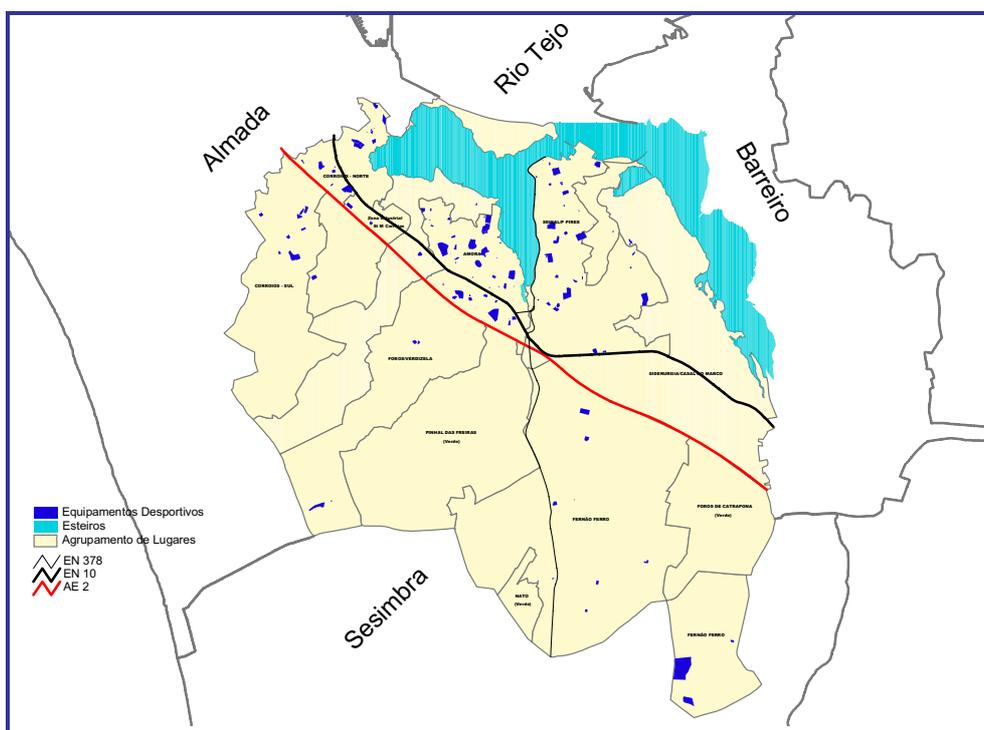
5.6 Equipamentos Desportivos

A oferta de equipamentos desportivos tem tido uma franca expansão, aliás à imagem de todo o País, por razões de ordem sociológica, mas também em consequência do esforço desencadeado pela Câmara Municipal do Seixal, que vem potenciando as oportunidades oferecidas pelos fundos comunitários. Por outro lado, a procura destes equipamentos tem vindo a aumentar por parte das populações que, ao verem reduzida a duração média do horário de trabalho, vêem no desporto uma forma de ocupar os seus tempos livres, cuidar da saúde, convívio e de entretenimento.

Pelo desempenho que inflige à saudável qualidade de vida das populações, sobretudo às que vivem em meios urbanos de elevada densidade, a política de organização territorial e a estratégia de desenvolvimento devem atentar ao problema da distribuição dos equipamentos desportivos, por forma a garantir igualdade de acessos e diversidade de práticas desportivas para todos os municípios. Racionalizar a política de equipamentos é uma obrigatoriedade da Câmara, onde questões como a localização, tipologia de equipamentos e adequação área útil e população alvo, deve ser considerado de forma rigorosa e em articulação com medidas e estratégias de outros sectores, como ambiente, cultura, educação e património.

Sendo a adequação e distribuição igualitária de equipamentos desportivos, uma preocupação e principais objectivos a alcançar pela Câmara pode começar-se esta análise exactamente pela constatação da Figura 18, com a representação espacial da rede de equipamentos desportivos pelo concelho do Seixal.

FIGURA 18 – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS



Fonte: SIG Seixal

Efectivamente podemos constatar uma irregular e heterogénea distribuição dos equipamentos desportivos existentes, pelo território concelhio. É nas freguesias da Amora e Corroios que se verifica a maior concentração, e sobretudo na parte a norte da auto-estrada onde se faz sentir também um maior contingente populacional, assim como outros equipamentos e serviços urbanos, tal como já havia sido constatado na análise distributiva da rede dos outros equipamentos. Esta situação, mais uma vez, conduz ao repensar da política de planeamento destes equipamentos de forma a assegurar igualdade de acessos, e uma melhoria da estruturação da rede urbana.

Ainda numa outra análise de carácter mais generalista, em consideração com a Norma dos 4 m² de área útil desportiva/hab., que corresponderia a uma realização total, verificou-se (segundo a Carta Desportiva, 2002) um valor de 1,37m² (Quadro 62), o que se traduz num deficit de 2,63m²/hab, ou seja 34%.

QUADRO 62 – ÁREA ÚTIL DOS RECINTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAIS POR FREGUESIA EM 2002

Freguesias	Área útil desportiva (m ²)
Aldeia Paio Pires	13 144,1
Amora	74 104,1
Arrentela	34 724,6
Corroios	43 521,6
Fernão Ferro	20 631,0
Seixal	19 615,8
Total	205 741,5

Fonte: Carta Desportiva da CMS – Divisão do PDM

Fazendo análise, mais pormenorizada, por tipologia dos 257 recintos desportivos identificados e por freguesia, de forma a melhor poder identificar carências e definir estratégias tome-se como referência o Quadro 63.

QUADRO 63 – RECINTOS DESPORTIVOS ARTIFICIAIS EXISTENTES POR TIPOLOGIA E FREGUESIA EM 2002

Freguesias	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Salas de Desporto	Espaços de Atletismo	Piscinas ¹
Aldeia de Paio Pires	1	3	10	1	0
Amora	3	25	45	21	4
Arrentela	1	15	20	7	2
Corroios	3	28	22	7	3
Fernão Ferro	1	12	11	1	3
Seixal	2	2	4	0	0
Total	11	85	112	37	12

¹ – Inclui todos os planos de água

Fonte: Carta Desportiva da CMS – Divisão do PDM

Da análise do Quadro 63 verifica-se que para além da irregular distribuição dos equipamentos pelo território concelhio, também existe um desequilíbrio nessa distribuição pelos diferentes tipos de recintos desportivos. Em destaque, as salas de desporto com forte presença no total de recintos (44%), e os Pequenos campos de jogos (33% do total). Também com destaque, os 21 espaços de atletismo existentes na freguesia da Amora, o que perfaz mais de metade do total destes espaços disponíveis no concelho.

Saliente-se ainda o facto da freguesia do Seixal ser a única a manifestar uma ausência simultânea quer de espaços de atletismo, quer de piscinas.

6. Património Cultural e Construído

6.1 Introdução

O património, seja qual for a sua vertente, assume-se como um elemento fundamental da identidade de um lugar, sendo a sua preservação e valorização uma componente essencial na estratégia de desenvolvimento urbano a definir para o concelho. Deverão ser identificadas as suas potencialidades e delineadas estratégias de actuação que encarem o património concelhio como um potencial pólo dinamizador, tentando sempre que possível conciliar a preservação com a utilização, conferindo uma maior flexibilidade na reconversão de usos.

O Seixal não possui *“uma diversidade ou quantidade de monumentos ou conjuntos monumentais espectacularmente reconhecidos pelo seu valor arquitectónico e artístico absoluto”*, não significando isto que o património existente possua uma menor importância, não devendo em circunstância alguma ser subestimado. Torna-se, por isso mesmo, fulcral a identificação e a preservação de todos os bens e testemunhos que constituem o património cultural local, onde se encontram importantes vestígios que documentam actividades económicas locais tradicionais, assumindo o património industrial um lugar de destaque.

O diagnóstico do património cultural e construído do Seixal tem sido realizado ao abrigo da Lei do Património em vigor - Lei 107/2001, de 8 de Setembro - que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. De acordo com o referido na alínea c) do Artigo 6º desta Lei *“a política do património cultural obedece aos princípios gerais de: (...) coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e de formação, de apoio à criação cultural e de turismo.”*. Os instrumentos de gestão territorial são, entre outros, instrumentos do regime de valorização dos bens culturais.

O trabalho de inventariação do património cultural e construído do concelho tem vindo a ser desenvolvido e actualizado pela DPHN/Ecomuseu Municipal, entidade municipal com competência nesta matéria, que elaborará posteriormente uma Carta do Património do Seixal, à luz da actual legislação e de recomendações do IPPAR.

6.2 Caracterização e Diagnóstico

6.2.1 Nota Prévia

Nesta fase, a caracterização da estrutura patrimonial do Seixal centrou-se, essencialmente, no levantamento dos imóveis inventariados pela DPHN/Ecomuseu Municipal, e na análise das suas características com vista a proceder ao diagnóstico prospetivo do “estado” do património cultural e construído existente no concelho. Para tal elaborou-se, para cada imóvel apresentado no Quadro 64, uma ficha de caracterização (Anexo 1), e uma planta de localização conjunta (Desenho II.06.01).

QUADRO 64 – IMÓVEIS E CONJUNTOS INVENTARIADOS

Classificação		Imóveis e Conjuntos
Imóveis e conjuntos classificados	Monumento Nacional	Olaria romana da Quinta do Rouxinol
	Imóveis de Interesse Público	Quinta da Trindade Igreja Paroquial de Nossa Sr. ^a da Consolação Moinhos de Maré
	Conjunto de Interesse Municipal	Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho
Imóveis e conjuntos em vias de classificação		Conjunto das instalações fabris da Sociedade Africana de Pólvora
Imóveis e conjuntos inventariados e considerados dignos de protecção enquanto imóveis de interesse concelhio		Instalações da Fábrica de Cortiça Mundet C. ^a Lda Capela da Quinta da Medideira Igreja Paroquial de Nossa Sr. ^a da Conceição Ermida de Santa Marta de Corroios Residência e Capela da Quinta da Princesa Palácio Cheiraventos e Capela Residência e Capela da Quinta da Fidalga Portinho da Raposa Lagar de Vinho da Quinta de Santa Teresinha Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense Coreto da Sociedade Musical 5 de Outubro Forno de Cal da Azinheira Estação da CP (Seixal)

Fonte: DPHN/Ecomuseu Municipal

Para além dos imóveis listados acima, a DPHN/Ecomuseu Municipal considera ainda para inventariação, pelo valor histórico e cultural que apresentam, outros imóveis, conjuntos e sítios subdivididos em: sítios com vestígios arqueológicos a estudar ou proteger; imóveis ou estruturas de interesse municipal; estruturas urbanas. Destaca-se de entre estes imóveis o Alto Forno da Siderurgia Nacional e respectivos equipamentos, exemplar único no país, e considerado pela CMS Imóvel de Interesse Municipal, tendo sido apresentada ao IPPAR em 2001 a sua proposta de classificação.

6.2.2 Estruturas Urbanas

De entre os imóveis referidos acima, salienta-se a importância das estruturas urbanas, que englobam os núcleos antigos do Seixal, da Arrentela, da Aldeia de Paio Pires e da Amora (de Cima e de Baixo), e *“que pela sua especificidade, história e características globais merecem protecção”*, e que, em sede de Revisão do PDM, deverão ser objecto de medidas e acções coordenadas de salvaguarda e valorização específicas, uma vez que tendem a ser sujeitos a uma forte pressão fundiária. Chama-se a atenção para o facto de nenhum destes Núcleos se encontrar classificado ou em vias de o ser.

Aquando da realização do anterior PDM foi elaborado o Regulamento de Protecção dos Núcleos Antigos do Concelho do Seixal, ao qual estão sujeitos os núcleos referidos, e que, a manter-se, deverá ser objecto de alguns ajustes, de acordo com aquela que será a estratégia municipal a definir para a preservação e salvaguarda patrimonial destes e/ou de outros espaços.

Cada um destes núcleos apresenta especificidades próprias, encontrando-se em cada um potencialidades e debilidades distintas. Na sua generalidade, para estes espaços deverá ser equacionada uma estratégia que permita o aproveitamento do seu potencial enquanto espaços de cultura e lazer, melhorando a sua articulação com os espaços vizinhos.

Apenas os núcleos do Seixal e da Aldeia de Paio Pires apresentam um estado de conservação que se pode considerar razoável, verificando-se no entanto a ocorrência de algumas alterações que tendem a descaracterizar o conjunto.

A valorização dos núcleos ribeirinhos (Seixal, Arrentela e Amora de Baixo) deverá ser equacionada como um todo e a par com a revitalização da Baía do Seixal, permitindo a formação de um conjunto contínuo.

6.2.3 Património Industrial

O património industrial tem vindo a assumir um protagonismo crescente no contexto nacional. No concelho do Seixal, como já foi referido, este património possui uma forte presença, representando mais do que o testemunho das actividades locais, assumindo-se frequentemente como um importante testemunho de técnicas e tecnologias de diferentes períodos históricos e realidades sociais diversas.

Os imóveis e conjuntos classificados, ou em vias de o serem, pelo IPPAR, são na sua maioria exemplares de uma tradição industrial que existe no concelho há já vários séculos; de entre estes destacam-se em seguida os de maior notoriedade.

Os dez Moinhos de Maré existentes actualmente no concelho encontram-se todos classificados como imóveis de interesse público, facto que não impede que se encontrem abandonados e sem qualquer tipo de uso e muitos deles em avançado estado de degradação, excepção feita ao Moinho de Corroios onde

se encontra o núcleo museológico do Ecomuseu Municipal único moinho em funcionamento acessível ao público em todo o Estuário do Tejo. Já o PDM de 1993 reconhecia o inquestionável valor destes imóveis: “funcionam como elemento de identificação do concelho; estão classificados; estão, na sua maioria, localizados numa área de interesse ecológico e ambiental”, contudo não foram adoptadas medidas que conduzissem à sua recuperação e protecção.

As Instalações da Fábrica da Sociedade Africana de Pólvora constituem o único imóvel concelhio que se encontra a aguardar classificação pelo IPPAR (o processo decorre desde 1999), e é actualmente uma das extensões do Ecomuseu Municipal. O conjunto tem a designação de circuito da pólvora negra e integra diversos edifícios e equipamentos característicos da indústria do séc. XIX.

A Fábrica de Cortiça Mundet C.^a Lda foi a maior fábrica de cortiça de todo o país, e contém um património industrial de enorme valor não só para o concelho mas também para o país. Integra um dos núcleos do Ecomuseu Municipal podendo no momento presente visitar-se apenas alguns dos edifícios.

Para além dos imóveis referidos existem outros exemplares de património industrial que não deverão ser descurados uma vez que todos apresentam fortes potencialidades para serem explorados do ponto de vista da sua vertente cultural, nomeadamente a Companhia de Lanifícios da Arrentela e os lagares que se encontram nalgumas das quintas existentes no concelho.

Uma última nota para referir que se encontram formalizadas junto do IPPAR as propostas de classificação das Instalações da Fábrica de Cortiça Mundet C.^a Lda (1999) e do Alto Forno da Siderurgia Nacional (2001) e respectivos equipamentos (inventariado como *Estrutura de interesse municipal*).

6.2.4 Património Religioso

O património religioso sempre assumiu um forte protagonismo em questões de preservação e salvaguarda, uma vez que sendo locais de culto foram sendo, ao longo dos tempos, aqueles de que a população mais usufruía.

O concelho do Seixal não possui uma forte presença de património religioso, encontrando-se relativamente poucos exemplares que exijam salvaguarda; no entanto, para estes deverão ser consideradas medidas de protecção. Destaca-se a Igreja Paroquial de Nossa Sr.^a da Consolação, construída no séc. XVIII, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1977.

6.2.5 Património Rural

Consideram-se património rural as quintas que se encontram disseminadas pelo concelho, integrando-se nestas os edifícios civis, as capelas, os jardins, e outras estruturas ligadas à actividade agrícola tradicional. Estas quintas, na generalidade propriedade privada, têm vindo a ser progressivamente abandonadas ou então alvo de processos de loteamento, subsistindo, na maioria dos casos, da estrutura original apenas a sua toponímia.

O facto das propriedades serem privadas constitui por vezes um forte entrave à reabilitação e protecção destes imóveis; no entanto não deverá deixar de se definir uma estratégia para estas estruturas, que permita a sua recuperação e reutilização como pólos de desenvolvimento cultural, de lazer e turismo, mesmo que para isso se tenha que recorrer a medidas cautelares de salvaguarda do conjunto ou apenas de parte dos imóveis.

Destacam-se de entre os inúmeros exemplares a Quinta da Trindade e a Quinta do Pinhalzinho.

A Quinta da Trindade, classificada como Imóvel de Interesse Público pelo IPPAR desde 1972, integra os antigos edifícios de habitação e as instalações rurais, estando aí localizado outro dos núcleos do Ecomuseu Municipal. O Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho encontra-se classificado como Conjunto de Interesse Municipal, revelando-se um importante testemunho da produção de azeite da margem sul do Tejo.

6.2.6 Património Arqueológico

No concelho do Seixal existem inúmeros sítios com vestígios arqueológicos, de diversas épocas e carácter (sepulturas, galerias de mineração, vestígios vidreiros, etc...), que deverão ser objecto de protecção, na medida em que aí se encontram vestígios fundamentais para a caracterização da ocupação e dos hábitos sociais da população do concelho.

De entre estes merece maior destaque a Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, onde se encontraram fornos de cerâmica romanos dos séc. II-V d.C., único Monumento Nacional do concelho, classificado como sítio arqueológico em 1992. Aqui situa-se outro Núcleo do Ecomuseu Municipal.

A Quinta de S. Pedro, em Corroios, alberga o Campo Arqueológico da Necrópole medieval-moderna (séc. XIII a séc. XVII) e integra uma extensão do Ecomuseu Municipal.

6.3 Nota Final

De acordo com o levantamento feito aos imóveis de maior relevância patrimonial é possível concluir que, na generalidade, as suas potencialidades se encontram sub-exploradas, encontrando-se frequentemente imóveis em insatisfatório estado de conservação, ocorrendo por vezes casos de ruína consumada ou eminente. É urgente por isso definir uma estratégia de salvaguarda e protecção deste património de forma a preservar estes espaços, promovendo a sua reabilitação e integração na vida urbana do concelho.

7. Ambiente e Estrutura Biofísica

7.1 Nota Prévia

As áreas urbanas existentes e os seus espaços de crescimento e desenvolvimento confrontam-se hoje com os desafios da qualidade e da sustentabilidade. Há o entendimento e a constatação generalizada de disfunções urbanísticas e ambientais que ocorrem nas aglomerações urbanas e nos seus espaços de transição, com especial incidência nas áreas metropolitanas e nas cidades em franco crescimento. Não é possível, nem socialmente aceitável, dissociar os problemas ambientais ou do foro ecológico, dos problemas urbanísticos e da localização das actividades económicas e dos estabelecimento humanos que estão na sua origem.

O concelho do Seixal reflecte de forma evidente, e em alguns casos de forma intensa, os fenómenos urbanos que decorrem das lógicas de crescimento das últimas décadas, evidenciando problemas com uma dimensão que ultrapassa a esfera e a capacidade do município. As características urbanísticas das suas diferentes áreas configuram a necessidade de opções diferenciadas ao nível do planeamento e da gestão urbanística.

Uma primeira preocupação decorre da necessidade de dotar as áreas mais densamente ocupadas com espaços públicos e equipamentos de que são carentes, pressupondo uma reavaliação especial das tipologias propostas para os espaços vazios (área não ocupadas ou não comprometidas). Estes espaços devem ser predominantemente destinados a espaços públicos e equipamentos.

As áreas ainda pouco ocupadas deverão ser objecto de planos ou acções urbanísticas que contemplem sempre a preocupação com o espaço público e o desafogo das novas operações urbanísticas.

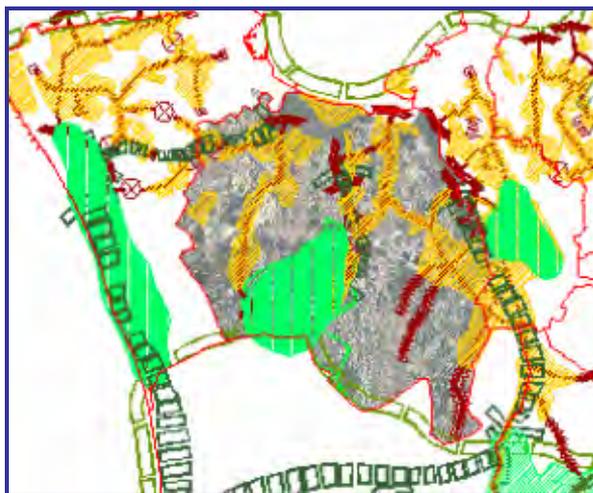
A dimensão dos espaços vazios, ainda disponíveis no território do concelho, permite antever uma gestão integrada do conjunto das áreas, no sentido de configurar, não só espaços qualificados nas novas áreas ocupadas, como resolver melhorar e qualificar as áreas urbanas existentes. Este objectivo estratégico implica, necessariamente, um conjunto de acções de requalificação urbanística com recurso a transferências de direitos, demolições e compensações urbanísticas (gestão).

Ao mesmo tempo reconhece-se também que existem espaços qualificados e com enorme valor concelhio, ou mesmo metropolitano, que importam potenciar e vitalizar. Este espaços incluem a Baía do Seixal, a Ponta dos Corvos e a margem do Tejo, para além de algumas áreas mais interiores localizadas no Pinhal das Freiras e que possuem interesse ambiental.

7.2 O Território Municipal e as Orientações do PROTAML

O PROTAML recomenda para este território, a nível da rede ecológica metropolitana e do modelo territorial, a concretização de um conjunto de acções e opções urbanísticas que concretizem os principais corredores ecológicos e as áreas vitais ou estruturantes para o ambiente e qualidade de vida urbana.

FIGURA 19 – EXTRACTO DA REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA DO PROT – AML



As linhas de água assumem a forma de valas e ribeiras, face às características geomorfológicas dos terrenos, e devem constituir elementos estruturantes da organização do território, aumentando a sua importância e a sua presença no território. Devem ser reforçadas as necessárias ligações ecológicas estruturantes entre a zona das Matas de Sesimbra, Arrábida e o Estuário do Tejo. Ao mesmo tempo estas estruturas hidrológicas podem, e devem, assumir funções estruturantes na ligação/separação das áreas verdes ou espaços de recreio e lazer não construídos, garantindo a permanência de circulação hídrica e atmosférica pelos pequenos e pouco acentuados vales.

O rio Coina e a vala da Princesa são os elementos fundamentais, ainda que se detectem algumas áreas já estranguladas e que devem ser libertadas. As áreas das matas e povoamentos florestais devem igualmente fazer parte da estrutura ecológica municipal em articulação com os restantes elementos fundamentais. O Pinhal das Freiras e a Quinta da Princesa são elementos a avaliar em detalhe e a estruturar nas novas funções urbanas a implantar. A Baía do Seixal e a margem do estuário constituem o elemento de fecho desta estrutura com valor essencial no município.

Um conjunto de espaços vazios de menores dimensões ocorre no território municipal, justificando uma avaliação caso a caso; das futuras funções urbanísticas, seja com predomínio de áreas destinadas a espaços verdes seja, como espaços destinados a equipamentos, ou à resolução de carências urbanas. Estes espaços podem igualmente funcionar como áreas de compensação para acções de gestão

urbanística em áreas consolidadas já existentes, com carências significativas em equipamentos, infra-estruturas, espaços verdes, espaços públicos ou mesmo em desafogo e conforto urbano.

Independentemente da capacidade e disponibilidade urbanística para a instalação de actividades económicas, habitação e serviços, estas áreas devem ser consideradas como áreas-chave no desenvolvimento do concelho e na articulação entre todas as parcelas do espaço concelhio.

7.3 Espaços/Territórios/Vazios

De acordo com as preocupações anteriormente expressas, foi identificado um conjunto de “espaços/territórios/vazios” que importa equacionar numa perspectiva de desenvolvimento integrado do concelho do Seixal (Desenho nº II.07.01). A sua delimitação é realizada de forma empírica através da observação da fotografia aérea e a sua homogeneidade é relativa, pelo que justificará uma avaliação posterior com os serviços municipais dos seus limites e da sua individualidade e importância concelhia. No Desenho nº II.07.01 apresenta-se uma esquematização das unidades identificadas e no Desenho nº II.07.02 as relações que deverão existir entre elas.

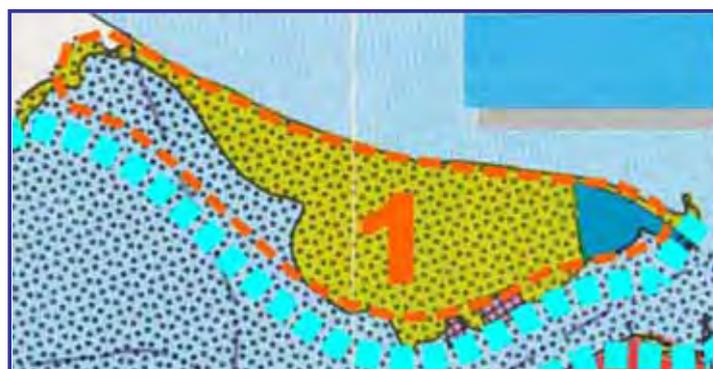
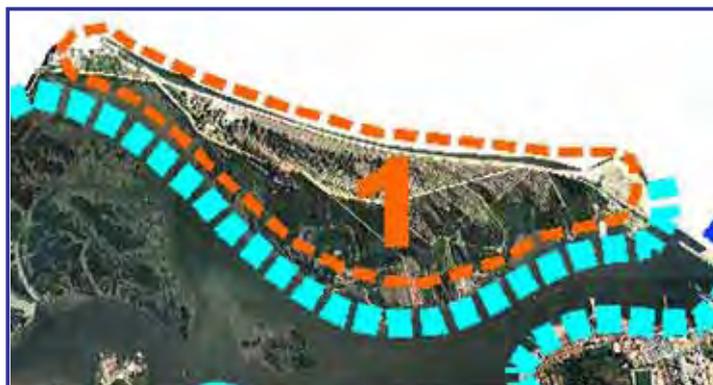
Estes territórios são listados e identificados de seguida, formulando-se algumas interrogações e questões sobre a sua configuração actual, a sua função no futuro e outras questões que a avaliação urbanística justificar. Para além de cada unidade, apresenta-se um extracto da planta do PDM de 1993 no sentido de avaliar as classes de espaço que estavam propostas naquele plano.

7.4 Principais Territórios

7.4.1 Ponta dos Corvos

A Ponta dos Corvos constitui um elemento de referência na baía e no concelho do Seixal. É um espaço com uso residual na fase actual e deverá ser destinado claramente a funções de recreio e lazer com equipamento que não ponha em causa a sua qualidade paisagística, ambiental e arquitectónica. A qualidade arquitectónica e paisagística de qualquer intervenção deverá ser garantida, e potenciada a sua função no apoio às actividades ligadas ao usufruto do rio e da superfície de água. A possibilidade de uma ponte pedonal poderá ser integrada num projecto global para o espaço que o coloque na esfera do espaço público.

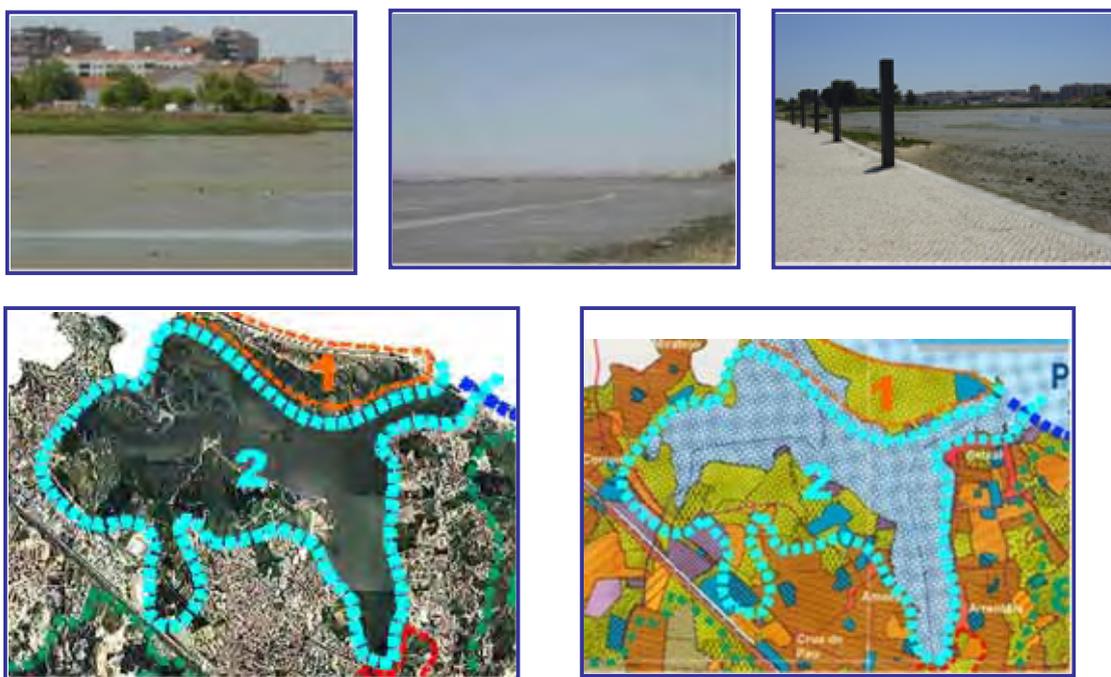
FIGURA 20 – UNIDADE TERRITORIAL 1



7.4.2 Baía do Seixal

É um espaço único no concelho do Seixal e na Área Metropolitana, possuindo elevada qualidade e potencialidades paisagísticas. Esta área, por estar sujeita às variações provocadas pelas marés, constitui um espaço em constante mutação, o que lhe confere uma qualidade única. A sua margem não é claramente definida o que revela uma sensibilidade especial nas intervenções propostas. Para além das funções ecológicas e hidrológicas que deverão ser mantidas e favorecidas – reduzindo ou eliminando eventuais focos de poluição – há que promover o remate das suas margens, não necessariamente rígidos e construídos, no sentido de lhe conferir estabilidade. De igual modo, deverá ser mantida a variedade da forma e tipologia da margem – urbana, passeio público, natural/sapal, área de recreio etc.

FIGURA 21 – UNIDADE TERRITORIAL 2

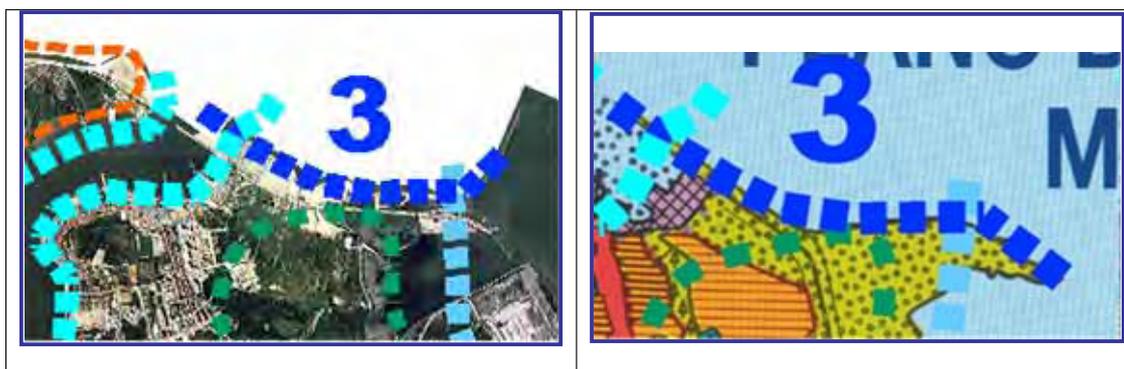


7.4.3 Margem do Tejo – Cais do Seixal

Esta área é ocupada, na sua maioria, pelo cais de passageiros do transporte fluvial e também pela área do Instituto Hidrográfico. Deverá ser considerada a possibilidade de criação de espaço público de recreio acessível à população.

A baía e a zona húmida, anexa ao Instituto Hidrográfico, deverá ser avaliada na reorganização desta área e como remate norte à área da Siderurgia Nacional.

FIGURA 22 – UNIDADE TERRITORIAL 3



7.4.4 Siderurgia – Paio Pires

Constituindo um território estratégico na AML e no concelho do Seixal qualquer solução, ou função, preconizada para esta área deverá resolver o passivo ambiental e recriar uma área com potencial urbano e qualidade paisagística e territorial. A articulação desta área com a envolvente das áreas 8,10 e 13 deve ser avaliada, assim como com o esteiro de Coina e a margem do Barreiro.

FIGURA 23 – UNIDADE TERRITORIAL 4



7.4.5 Pinhal das Freiras

Com cerca de 1100 hectares, o Pinhal das Freiras, representa uma unidade territorial com múltiplas potencialidades e constrangimentos. Podemos considerar que constitui uma área com elevado interesse urbanístico, ecológico e imobiliário, o que confere particular importância às decisões que forem tomadas sobre este espaço.

A sua localização entre AUGI confere-lhe ainda mais importância pela possibilidade que poderá ter na resolução de alguns dos problemas que recaem sobre essas áreas. Em qualquer dos casos, deverá ser objecto de um estudo cuidadoso (esquema director) que integre todas as questões relevantes internas e de relação com a envolvente, configurando uma solução global para o espaço disponível.

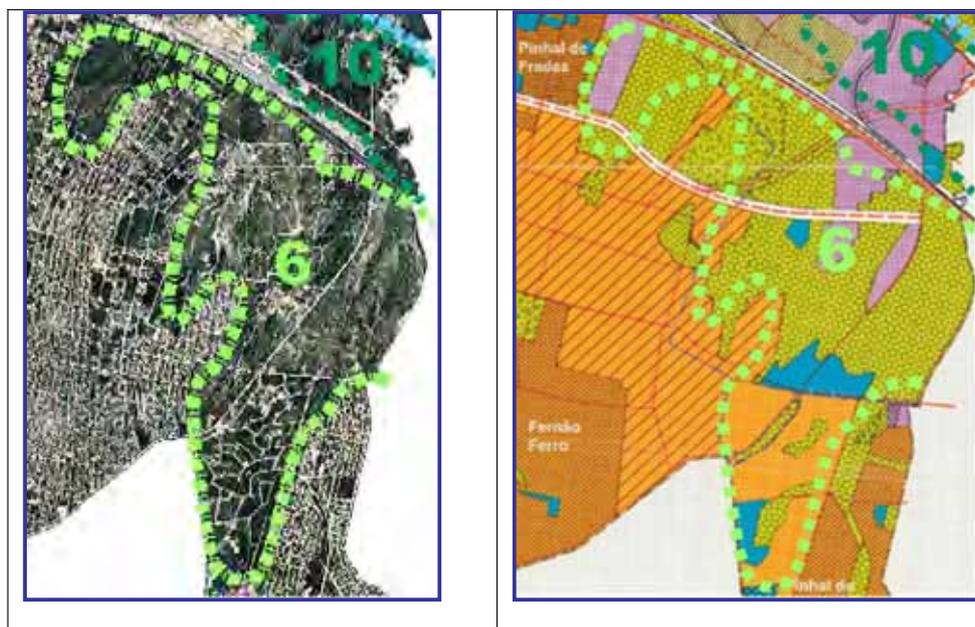
FIGURA 24 – UNIDADE TERRITORIAL 5



7.4.6 Pinhal do General

Esta área ocupada por pinhal de dimensões diversas constitui uma área significativa do concelho localizada entre AUGI e com fraccionamento internos evidentes da propriedade. Tal como a unidade anterior, deverá ser objecto de um estudo integrado com as áreas envolventes.

FIGURA 25 – UNIDADE TERRITORIAL 6



7.4.7 “Área Rural de Protecção”

Com cerca de 300 hectares, esta área também se encontra associada ao destino urbanístico das áreas a Sul do concelho, onde deverá ser integrada. O seu potencial para a extracção de inertes deve ser igualmente considerado pelos impactes positivos e negativos que essa decisão possa originar.

FIGURA 26 – UNIDADE TERRITORIAL 7

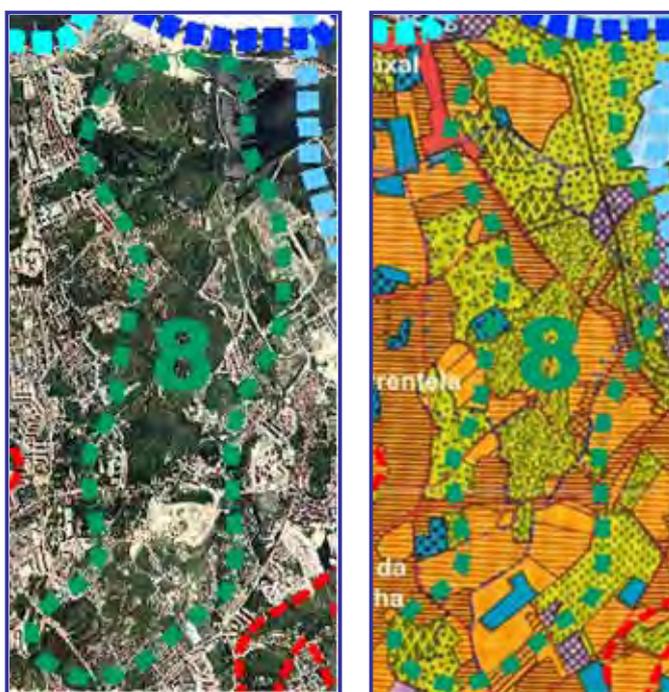


7.4.8 “Costas”

Localizada entre o núcleo tradicional do Seixal e a área da Siderurgia Nacional, esta faixa do território que designamos por “costas”, constitui um espaço desarticulado que importa estruturar e articular com as

soluções para a envolvente. Em qualquer dos casos parte significativa deste território deverá ser destinado a espaço público em articulação com as novas funções a instalar de acordo com um desenho para a totalidade da área.

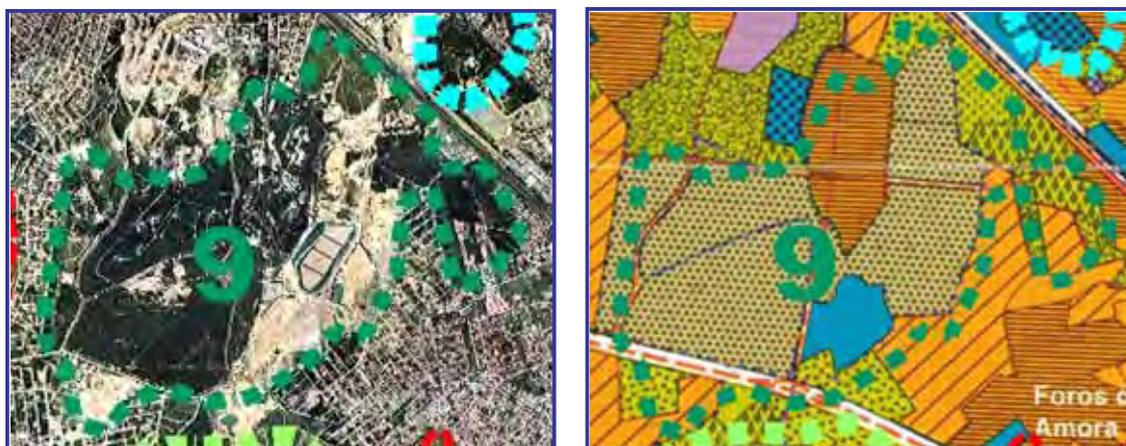
FIGURA 27 – UNIDADE TERRITORIAL 8



7.4.9 Areeiros e Saibreiras

A extracção de inertes assume relevância particular no concelho do Seixal pela importância económica da actividade e pelos problemas que a mesma causa do ponto vista urbanístico e ambiental. A importância destes espaços no controlo hidrológico do escoamento das águas deverá ser criteriosamente avaliada, assim como a relação com os níveis freáticos.

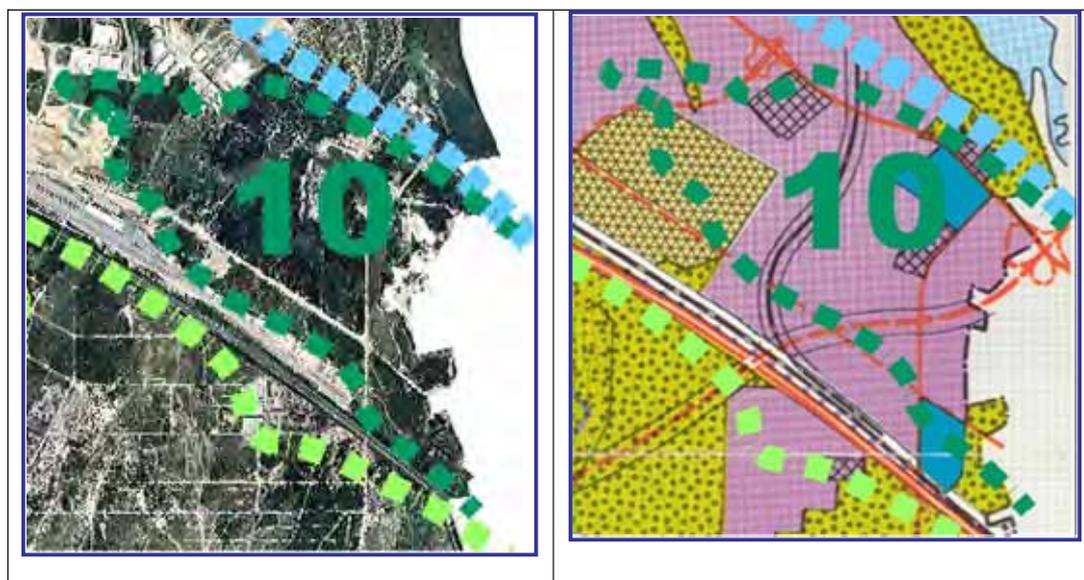
FIGURA 28 – UNIDADE TERRITORIAL 9



7.4.10 Zemoto

Esta área está bastante relacionada com a Siderurgia Nacional e com a área industrial actualmente existente. Possui disponibilidade para a expansão industrial que deverá ser articulada com as áreas envolventes.

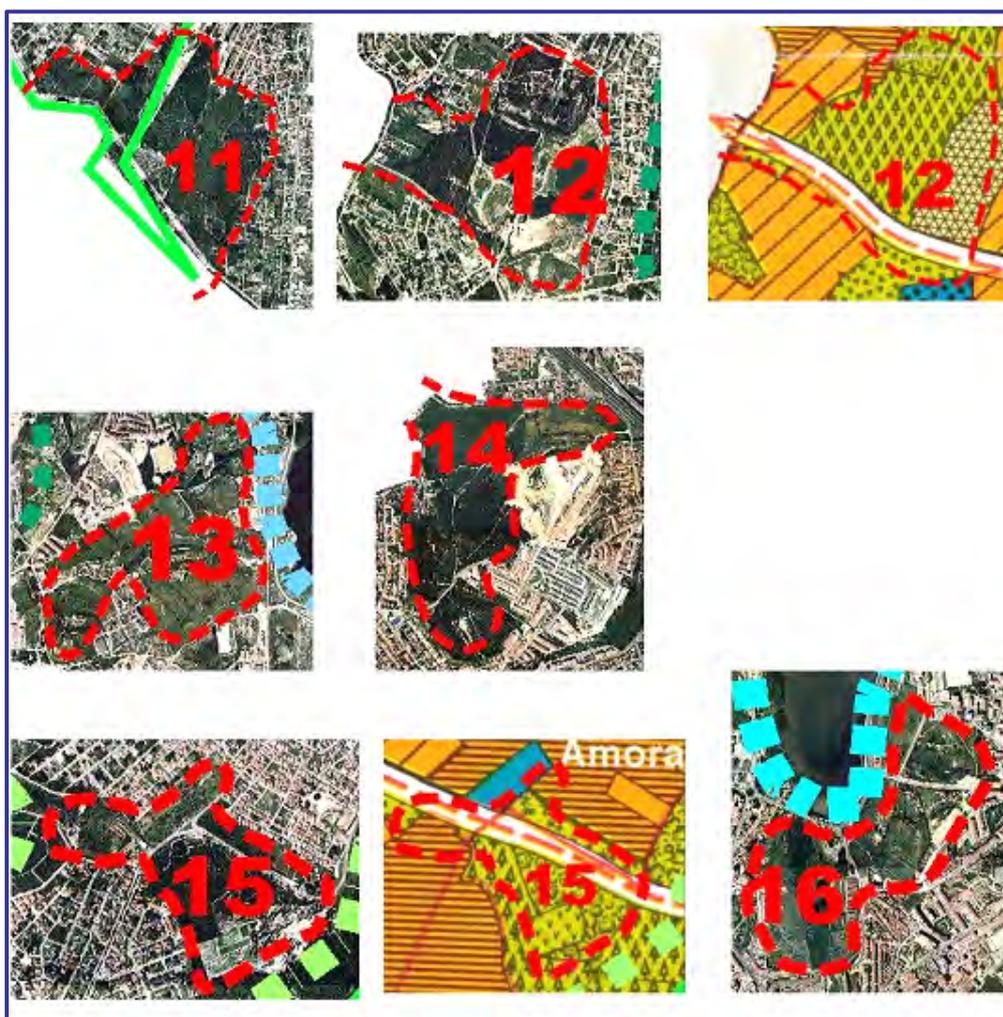
FIGURA 29 – UNIDADE TERRITORIAL 10



7.4.11 Pequenas Áreas

Foi identificado um conjunto de áreas livres de menores dimensões no sentido de avaliar a sua importância no modelo urbanístico a definir. A sua importância é variável e deverá ser avaliada em articulação com as áreas existentes e com os grandes espaços vazios a que normalmente estão associados, podendo representar espaços de ligação ou transição entre unidades funcionais. No Desenho nº II.07.03 estão representadas estas pequenas áreas assim como outras que, embora de menor escala, constituem elementos importantes para o equilíbrio biofísico e social deste território.

FIGURA 30 – UNIDADES TERRITORIAIS 11, 12, 13, 14, 15 E 16



8. Acessibilidades e Transportes

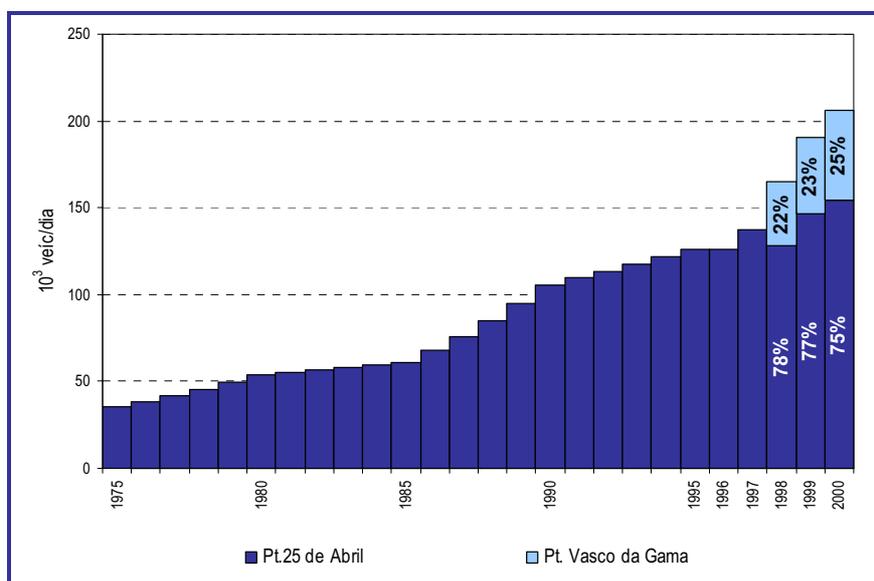
8.1 Enquadramento

A entrada em funcionamento da Ponte 25 de Abril em 1966 veio consolidar e acelerar de forma abrupta os processos de urbanização dos concelhos da Margem Sul do Tejo, face a uma oferta de emprego disponibilizado maioritariamente em Lisboa. À semelhança de outros concelhos da Margem Sul, é a partir deste período que o Seixal observa um crescimento significativo.

Em termos globais, a travessia do Tejo, no contexto das acessibilidades à margem sul, é o percurso que mais passageiros mobiliza. O número de veículos que atravessa o Tejo, por dia útil tem vindo a aumentar progressivamente, registando-se em 2000 uma média de cerca de 200 mil veículos diários, dos quais cerca de 150 mil na Ponte 25 de Abril.

Note-se que com a entrada em funcionamento da Ponte Vasco da Gama o número de veículos que utiliza a Ponte 25 de Abril para fazer a travessia do Tejo não sofreu uma redução, continuando a verificar-se pelo contrário o seu aumento progressivo (Gráfico 22).

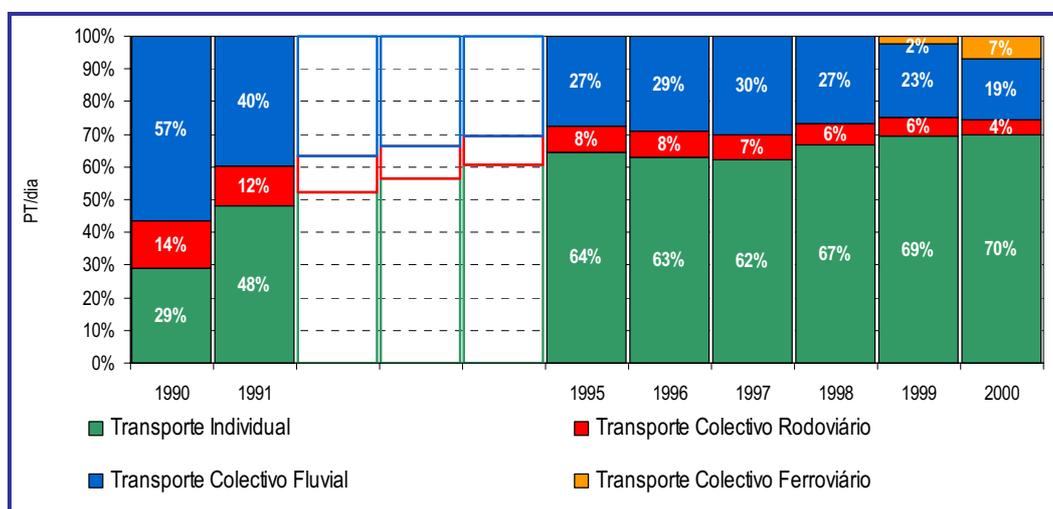
GRÁFICO 22 – EVOLUÇÃO DA TRAVESSIA DO TEJO (TMDA)



O Gráfico 23 apresenta a evolução da distribuição modal da travessia do Tejo que se tem vindo a observar ao longo dos anos. De maior relevância é o facto de a percentagem de viagens efectuadas em transporte individual (TI) ter vindo a aumentar, resultado da fraca atractividade que o transporte colectivo (TC) continua a ter, nomeadamente quando se compara o tempo total (incluindo transbordos) de deslocação e o custo que lhe está associado, com o valor das portagens e o tempo de deslocação em automóvel. Pode ainda observar-se que a desde que se iniciou a exploração da travessia ferroviária, o

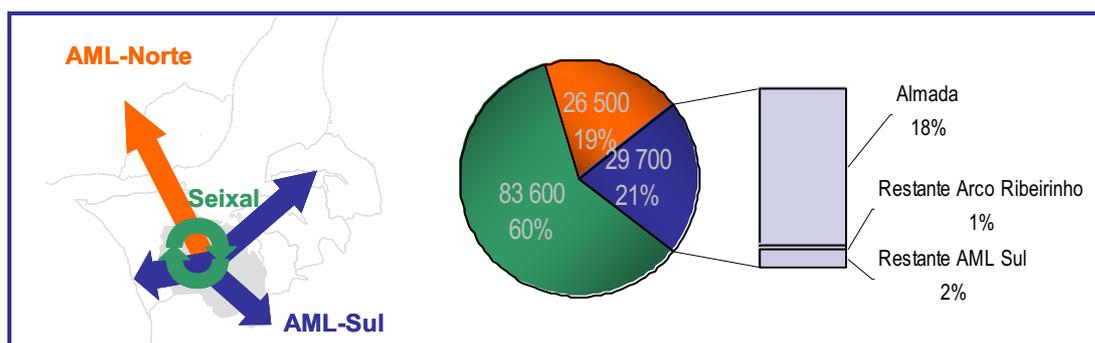
transporte fluvial e o transporte colectivo rodoviário têm vindo a perder importância. Contudo o transporte fluvial continua a ser o modo de TC com maior quota de mercado na Margem Sul do Tejo.

GRÁFICO 23 – EVOLUÇÃO DA TRAVESSIA DO TEJO – PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA E MODO DE TRANSPORTE



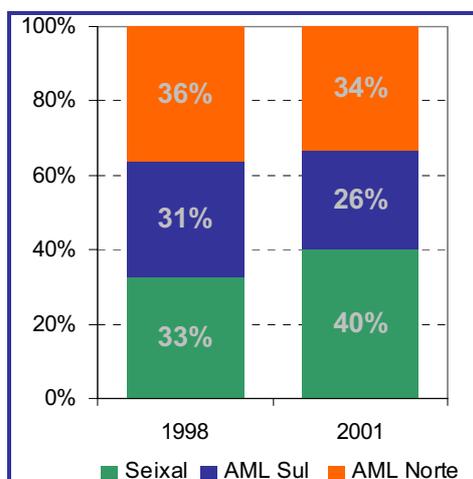
Em termos de geração de viagens, e de acordo com dados de 2000, o concelho do Seixal gera num dia útil cerca de 140 mil viagens motorizadas, a maioria das quais dizem respeito a deslocações no interior do próprio concelho, distribuindo-se as restantes entre a AML Norte e AML Sul de forma equilibrada. Destaca-se o facto de entre as viagens que têm como destino a AML Sul, cerca de 85% se dirigirem para o concelho de Almada. O gráfico apresentado em seguida ilustra esta distribuição geográfica das deslocações geradas pelo concelho do Seixal.

GRÁFICO 24 – VIAGENS GERADAS PELO CONCELHO DO SEIXAL, EM DIA ÚTIL (2000)



Analisando as relações de dependência das viagens geradas e atraídas pelo Seixal, no que se refere a deslocações por motivos de trabalho/escola, constata-se que o aumento de autonomia do concelho tem sido realizado fundamentalmente à custa dos restantes concelhos da AML Sul, mantendo-se relativamente constante, em termos percentuais, a dependência relativamente à AML Norte, nomeadamente a Lisboa.

GRÁFICO 25 – DEPENDÊNCIAS: VIAGENS TRABALHO/ESCOLA GERADAS E ATRAÍDAS



Relativamente à repartição modal, as deslocações motorizadas para o exterior do concelho repartem-se de forma equitativa entre TI e TC, ao passo que as deslocações internas se fazem sobretudo recorrendo a transporte individual. Em relação a estas últimas, é nas freguesias de Corroios e Amora que se observa um maior recurso ao TC, cerca de 35% das deslocações, facto facilmente explicável pela presença das estações ferroviárias e pela proximidade ao terminal fluvial de Cacilhas. O Quadro 65 sintetiza, em termos percentuais, a repartição modal das viagens geradas pelo concelho do Seixal de acordo com o seu destino. Note-se ainda o peso das deslocações em TC para o concelho de Almada, o que vem reforçar a importância do MST para as deslocações ao longo do eixo definido pela EN10.

QUADRO 65 – REPARTIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES

Tipo de deslocação	Destino	Transporte Individual	Transporte Colectivo
Externa	AML Norte	39%	61%
	Concelho de Almada	55%	45%
	Restantes Arco Ribeirinho	90%	10%
	Restante AML Sul	92%	8%
Interna	Concelho do Seixal	67%	33%

Uma vez identificada a situação que actualmente se observa no concelho em termos de procura de transporte, a caracterização do sistema de transportes e acessibilidades do Seixal desenvolver-se-á atendendo a quatro componentes determinantes: a forte relevância das deslocações internas; as relações com a envolvente; a utilização crescente do transporte individual; e a oferta de transporte colectivo, este último utilizado sobretudo nas deslocações pendulares entre o Seixal, Lisboa e Almada.

8.2 Acessibilidades e Rede Viária

8.2.1 Evolução

Com o intuito de proceder à caracterização e diagnóstico da rede viária do concelho do Seixal, e de quais as principais modificações que aí se têm vindo a operar, sintetizam-se em seguida os planos realizados à escala municipal que definiram orientações gerais no que respeita a acessibilidades e transportes.

8.2.1.1 Plano Director Municipal do Seixal (1993)

O PDM do Seixal desenvolveu a sua estratégia de actuação relativamente à rede viária concelhia com base num conjunto de condicionantes, criando as orientações necessárias para a posterior elaboração de um plano sectorial, o Plano de Circulação e Transportes.

Uma das principais conclusões do PDM refere-se à necessidade premente de hierarquização da rede viária, cujo desenvolvimento deverá ter presente, para além dos critérios de funcionalidade, também os de operacionalidade. Nos primeiros integram-se as ligações entre a cidade do Seixal e os aglomerados urbanos geradores de deslocações e as suas ligações ao exterior do concelho, em relação aos segundos, estes prendem-se sobretudo com as solicitações em termos de procura de tráfego a que as vias se encontram sujeitas.

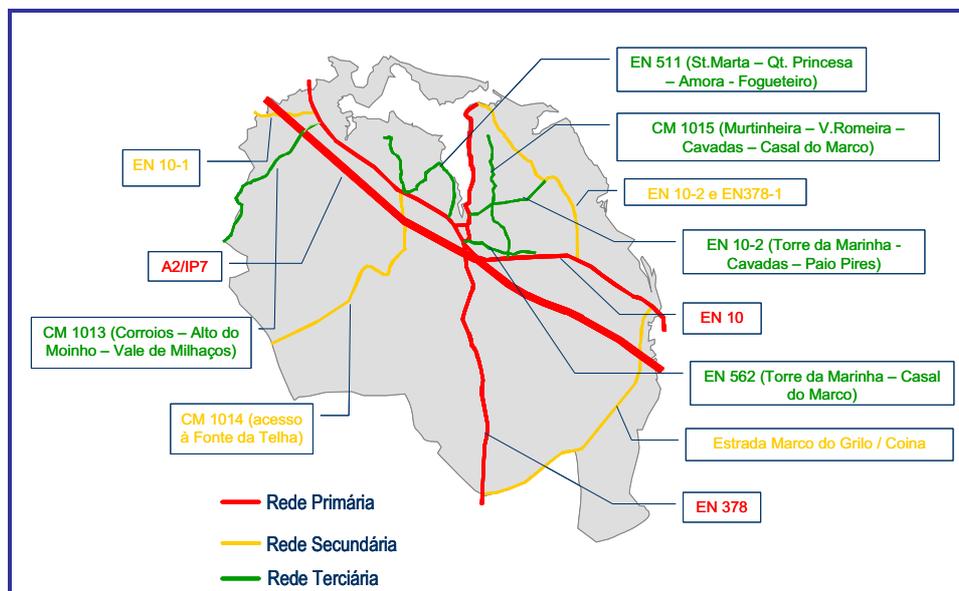
O PDM destaca ainda o papel estruturante que se perspectivava que a linha ferroviária viesse a ter, e o impacte que a localização das estações teria na dinâmica das deslocações e nos mecanismos de procura, uma vez que *“poderá vir a constituir um factor de distribuição modal de significativa importância, uma vez assegurados adequados critérios de concepção e gestão que tornem atractiva a sua utilização.”*

A classificação da rede viária existente no concelho em 1993 encontra-se representada na figura seguinte, de onde se destacam as seguintes componentes:

- A2, via estruturante que, no contexto nacional, assegura as ligações ao sul do país. No concelho desenvolve-se no sentido NO-SE e é responsável pelas ligações a Lisboa/Almada e aos restantes concelhos da Península de Setúbal. O único nó existente no interior do concelho é o Nó do Fogueteiro, um dos motores da expansão urbana que aí se tem vindo a observar;
- EN10, via que se desenvolve paralelamente à A2 e que no contexto do concelho assegura as ligações entre os aglomerados situados a Norte da A2, completando as ligações aos concelhos da Península de Setúbal, em particular a Almada;
- EN378, via transversal que assegura as ligações entre o norte e o sul do concelho, fazendo a ligação ao concelho de Sesimbra;

- CM1014– acesso à Fonte da Telha, via transversal com ligação à EN10 que permite a ligação, em particular, dos aglomerados do eixo Corroios-Amora ao sul do concelho de Almada, nomeadamente à zona costeira.

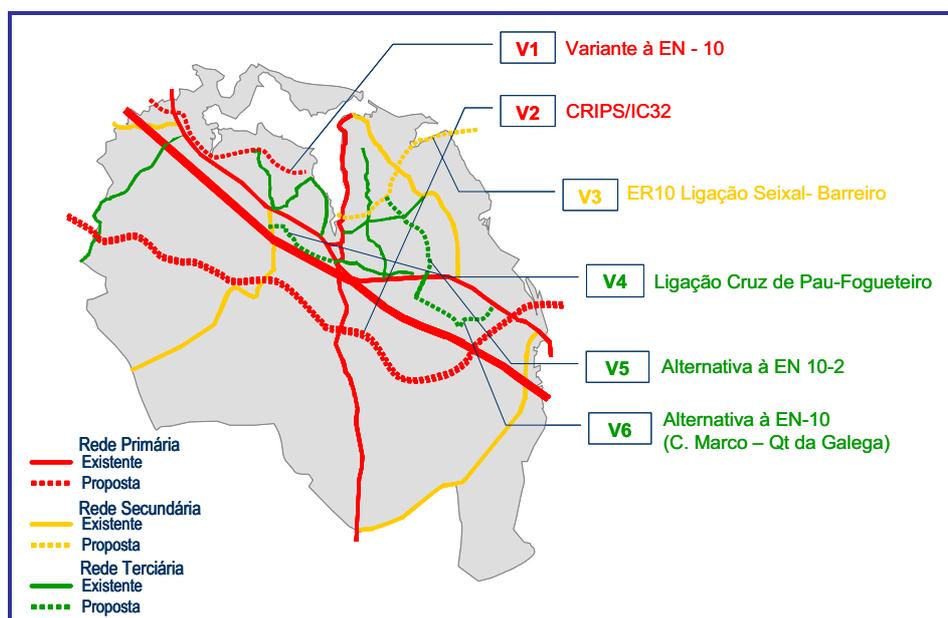
FIGURA 31 – ESQUEMA DA CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO DO SEIXAL EM 1993



O PDM apresenta para a rede viária um conjunto de propostas sintetizado na Figura 32, das quais se destacam as seguintes:

- Variante à EN10, proposta no sentido de solucionar os congestionamentos observados na actual EN10, em particular no atravessamento do corredor Corroios-Fogueteiro;
- IC32/CRIPS, via estruturante fundamental na ligação e articulação entre os diversos concelhos da Península de Setúbal;
- ER10, proposta com o objectivo de colmatar a inexistência de uma ligação rodoviária directa entre o Seixal e o Barreiro;

FIGURA 32 – ESQUEMA DA REDE VIÁRIA PROPOSTA NO PDM DE 1993 PARA O CONCELHO



8.2.1.2 Plano de Circulação e Transportes do Município do Seixal (1994)

O Plano de Circulação e Transportes, elaborado em 1994 e enquadrado pelo anterior PDM, pretendeu abordar “a problemática das infra-estruturas rodoviárias, dos transportes colectivos– constituídos pelo transporte fluvial, ferroviário e rodoviário-, e o estacionamento”. A caracterização apresentada em seguida centra-se na estrutura viária existente à data de elaboração do plano e proposta por este.

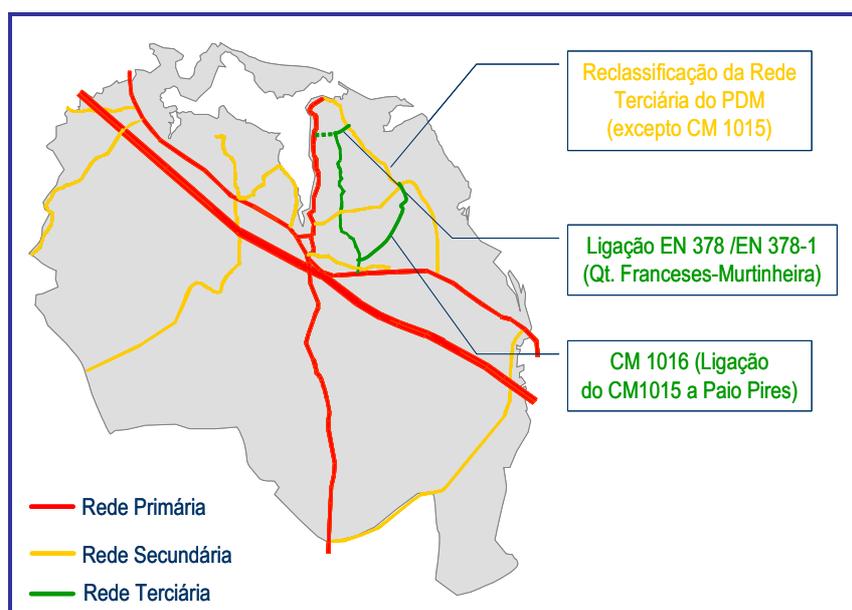
As principais conclusões que o Plano de Circulação apresentou e que foram a base para a posterior elaboração de propostas de intervenção, foram as seguintes:

- Forte dependência das viagens pendulares em relação a Lisboa;
- Ligação muito forte do transporte colectivo rodoviário a Cacilhas;
- Necessidade premente de articulação entre os vários modos de transporte, sobretudo depois da entrada em funcionamento da travessia ferroviária do Tejo;
- A acessibilidade às futuras estações ferroviárias deveria constituir uma prioridade, em especial o acesso às estações do Fogueteiro e Corroios, estando esta interligada com a criação de um nó na EN10 que permitisse estabelecer a ligação à Alternativa à EN10;
- Integração da CRIPS-IC32, na rede de estradas nacionais, passando a fazer parte integrante do IC13, formando o Anel de Coina, o qual passaria a ter o seu início na Via Rápida da Caparica;
- Necessidade de construir a variante à EN10;

- Construção de uma alternativa à EN 378, permitindo a articulação de um conjunto de núcleos habitacionais.

Na Figura 33 encontra-se representado um esquema da rede viária do concelho à data da elaboração do Plano de Circulação e Transportes. Destaca-se a reclassificação da rede terciária apresentada pelo PDM – desta apenas a CM1015 manteve a classificação, tendo as restantes passado a integrar a rede secundária – e a construção da CM1016, que veio melhorar as ligações a Paio Pires.

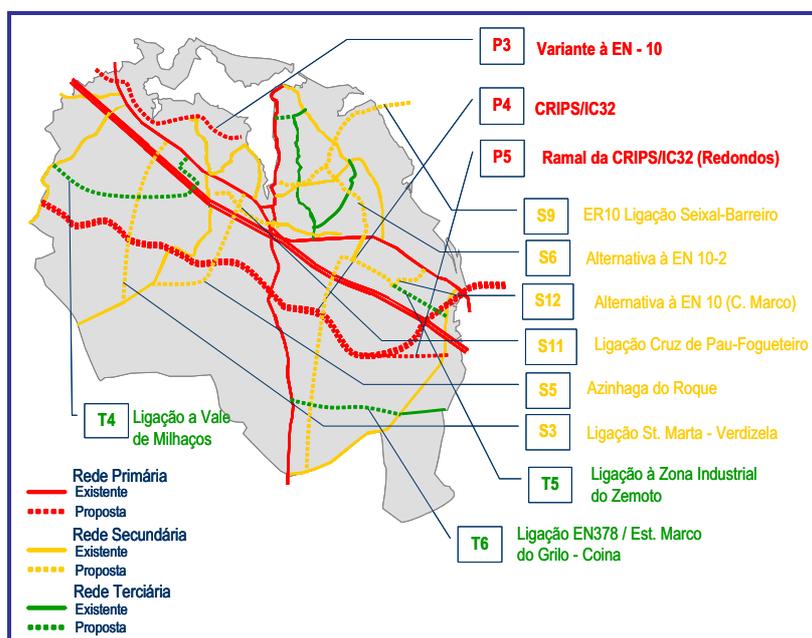
FIGURA 33 – ESQUEMA DA REDE VIÁRIA EXISTENTE NO CONCELHO DO SEIXAL EM 1994



As propostas delineadas pelo Plano reforçavam, na sua generalidade, a necessidade de construção de vias com o intuito de solucionar as dificuldades inerentes à falta de capacidade. O Plano propunha a construção de um total de 50,5 km de rede viária municipal sendo que, aproximadamente, 19 km pertenciam à rede primária e 20 km à rede secundária. A concretização destas propostas implicava o acréscimo em cerca de 80% na extensão da rede viária face à existente à data de elaboração do Plano e tinha como o horizonte de execução o do próprio PDM.

Na Figura 34 apresenta-se um esquema com a rede viária que se previa que existisse actualmente no Seixal caso fossem concretizadas todas as propostas do Plano de Circulação. Para além de reforçar a necessidade de execução das vias que já tinham sido propostas pelo PDM, o Plano propôs ainda a execução de diversas vias internas ao concelho, que visavam sobretudo a melhoria das ligações entre os núcleos urbanos e entre estes e as principais vias estruturantes.

FIGURA 34 – ESQUEMA DA REDE VIÁRIA PROPOSTA PELO PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES



Actualmente, dez anos volvidos sobre o anterior PDM, dos cerca de 80% de quilómetros de via foram apenas concretizados 23% da extensão de rede viária proposta pelo Plano. Este facto conduziu à manutenção de parte das debilidades e estrangulamentos então identificados, e que o presente PDM pretende abordar recorrendo a uma estratégia que articule e enquadre todas as componentes do sistema.

8.2.2 Rede Viária Concelhia

Uma das mais fortes debilidades no que respeita às acessibilidades concelhias é a falta de continuidade das vias no interior do concelho, factor que constitui um forte entrave à operacionalidade e eficácia das redes de TC, induzindo, ainda um maior recurso ao TI.

Encontram-se ainda graves problemas ao nível da inserção urbana de estradas nacionais e municipais, bem como de falta de capacidade, com especial incidência nos nós de acesso.

Não havendo uma hierarquia viária funcionalmente definida, observa-se frequentemente a passagem de um sistema primário para um sistema local, não existindo vias secundárias que permitam uma adequada e eficiente colecta e distribuição do tráfego rodoviário, traduzindo-se na ausência de orientação na circulação de veículos e em deficiências ao nível da cobertura e da ligação entre aglomerados principais e secundários. Este é um problema com que se deparam vários concelhos da Margem Sul do Tejo, tendo sido alvo de recomendações ao nível de planos de maior abrangência territorial, como é o caso do PEDEPES que se passa a citar, “Deverá ser assegurada uma transição lógica entre a rede arterial e

principal da Península de Setúbal, orientadas predominantemente para o serviço de atravessamento e de ligação entre os seus principais aglomerados, e a rede eminentemente urbana, de serviço mais local”.

No que respeita à hierarquia da rede viária, as vias distribuem-se, de acordo com a sua função, da seguinte forma:

- A Rede Primária do concelho é constituída pela EN10 (Fogueteiro-Alverca) e pela EN378 (Seixal-Sesimbra);
- A Rede Secundária integra a EN10-1, o CM1013 (Corroios-Charneca da Caparica), o CM1014 (Cruz de Pau-Fonte da Telha), a ER380 (ligação EN10 e EN378), a EN378-1 (Seixal-Paio Pires), a EN10-2 (ligação EN10 e EN378) e EM511 (Talaminho-Amora);
- A Rede Terciária é constituída por vias de acesso local de entre as quais se destacam a CM1015 (ligação Casal do Marco-Seixal) e a CM1016 (ligação Casal do Marco-Paio Pires).

8.2.3 Articulação com a Envolvente

As ligações rodoviárias aos concelhos limítrofes fazem-se através do IP7 (A2), da EN10, da EN378, da CM1013 e da CM1014 (Av. do Mar). Estas ligações são claramente insuficientes, observando-se na generalidade destas vias fortes estrangulamentos e frequentes congestionamentos. As propostas apresentadas para solucionar este problema quer pelo PDM em vigor, quer pelo Plano de Circulação mantêm, ao fim de dez anos, a sua actualidade, possuindo actualmente um carácter ainda mais urgente.

As conexões internas do Arco Ribeirinho são fracas, uma vez que sempre se privilegiaram as relações com Lisboa, afigurando-se premente a sua melhoria bem como a aposta na articulação do Arco Ribeirinho com Setúbal.

8.3 Transporte Colectivo

8.3.1 Transporte Rodoviário

A generalidade dos concelhos da margem sul do Tejo possui uma dependência considerável em relação a Lisboa. Apesar de se terem observado alguns esforços no sentido de criar novas centralidades a procura sobre Lisboa mantém-se, e o sistema de transportes colectivos não se tem revelado uma alternativa suficientemente atractiva ao transporte individual. O concelho do Seixal enquadra-se perfeitamente nesta realidade, sendo o TI o principal meio de transporte utilizado nas deslocações inter e intra-concelhias.

Este fraco poder atractivo do TC prende-se com diversos factores, nomeadamente com os frequentes congestionamentos observados na EN10, com um complicado e obsoleto sistema tarifário, com uma deficiente articulação funcional com a rede de TC em Lisboa e com a redução significativa da oferta fora dos períodos de ponta, em especial no período nocturno e ao fim-de-semana.

De acordo com o estudo de caracterização realizado em 2000 pelos TST para o concelho do Seixal, operam aqui diariamente 34 carreiras com cerca de 1675 circulações. O Quadro 66 – Carreiras e Circulações Realizadas pela Operadora TST num Dia Útil apresenta o número de carreiras e circulações efectuadas pelos TST num dia útil, de acordo com as origens e destinos. As ligações ao concelho de Almada são inequivocamente as ligações privilegiadas, uma vez que de entre as 19 carreiras que têm como terminus outros concelhos, 15 têm como destino Almada – entre estas 10 iniciam ou terminam o seu percurso no terminal fluvial de Cacilhas. A ligação ao Barreiro é assegurada por apenas uma carreira.

QUADRO 66 – CARREIRAS E CIRCULAÇÕES REALIZADAS PELA OPERADORA TST NUM DIA ÚTIL

Descrição	Número de carreiras	Número de Circulações
Carreiras internas ao concelho	6	250
Carreiras com origem no Seixal e terminus noutra concelho (que não Lisboa)	19	937
Carreiras com origem no Seixal e terminus em Lisboa	3	73
Carreiras que atravessam o Seixal, com origem e terminus noutros concelhos	6	63

Fonte: Estudo TST – Transportes Sul do Tejo no Seixal

Com a introdução do comboio surgiu a necessidade de estabelecer as ligações às Estações Ferroviárias. Estas ligações são garantidas por algumas carreiras dos TST, mas sobretudo pela SulFertagus, que integra 9 carreiras que servem de rebatimento às três estações ferroviárias do concelho, oferecendo cerca de 1 000 viagens num dia útil.

8.3.2 Transporte Ferroviário

8.3.2.1 Eixo Ferroviário Norte-Sul

A entrada em funcionamento da travessia ferroviária do Tejo em 1999 veio melhorar significativamente a acessibilidade à Margem Sul e a mobilidade nos movimentos pendulares que se efectuam diariamente para Lisboa, reforçando a oferta de transporte colectivo. Ficou assim concluída a 1ª fase do empreendimento do Eixo Ferroviário Norte-Sul da Região de Lisboa, que veio consolidar a ligação Norte-Sul que há muito se impunha, a nível regional vem contribuir para o desenvolvimento da Península de Setúbal, e a nível urbano e suburbano vem servir a procura pendular da população residente na margem Sul do Tejo que se desloca diariamente para Lisboa e entre os seus centros urbanos. No concelho existem três estações ferroviárias, Corroios, Foros de Amora e Fogueteiro.

A conclusão da ligação do Fogueteiro ao Pinhal Novo (espera-se que até ao final de 2003 entrem em funcionamento as estações de Coina e de Penalva), as obras em curso no troço entre o Pinhal Novo e Setúbal e a modernização que se perspectiva do troço Barreiro-Pinhal Novo, irão colocar os concelhos da margem Sul do Tejo num panorama de excepção no quadro da acessibilidade ferroviária, potenciando a criação de novas centralidades e o fortalecimento das relações entre os concelhos da Península de Setúbal que delas venham a usufruir.

FIGURA 35 – DIAGRAMA GERAL DO EIXO FERROVIÁRIO NORTE-SUL



Fonte: www.refer.pt

8.3.2.2 Metropolitano Sul do Tejo (MST)

A implantação de um metro ligeiro de superfície na Margem Sul do Tejo tem especial incidência em termos de acessibilidades e impactes nos padrões de mobilidade da população aí residente. Pretende-se que a rede do MST articule as diferentes áreas urbanas fortalecendo as ligações entre os concelhos do Arco Ribeirinho.

O projecto base do MST prevê a ligação entre a Cacilhas e o Barreiro, e contempla a construção de quatro linhas de acordo com o seguinte faseamento:

- 1ª Fase
 - Linha 1: troço Corroios-Cacilhas
 - Linha 2: Corroios-Pragal
 - Linha 3: Cacilhas-Pragal-Universidade
 - 1ª fase do Parque de Material e Oficinas (PMO)
- 2ª Fase
 - Linha 1: troço Corroios-Fogueteiro

2ª fase do Parque de Material e Oficinas (PMO)

- 3ª Fase
 - Linha 4: troço Fogueteiro-Seixal
 - Linha 4: troço Seixal-Barreiro/Lavradio

No momento presente encontra-se em curso a execução da 1ª Fase, prevendo-se a sua entrada ao serviço no final de 2005, não existindo previsão quanto à execução das fases subsequentes.

FIGURA 36 – REDE DO METROPOLITANO SUL DO TEJO



Este empreendimento afectará nesta 1ª fase apenas uma parte do concelho do Seixal. No entanto o município deverá intervir de forma activa na condução de todo o processo, definindo qual a estratégia a adoptar aquando da implementação das restantes fases do projecto e garantindo que são reservados os espaços canais necessários à implantação das infra-estruturas necessárias.

8.3.3 Transporte Fluvial

O transporte fluvial é, de entre os diversos modos de transporte colectivo utilizados na travessia do Tejo, o responsável pelo transporte de um maior número de passageiros por dia (Gráfico 23), sobretudo devido à rapidez de ligação a Lisboa que proporciona. Contudo, com a entrada em funcionamento da travessia ferroviária, a sua importância tem vindo a diminuir, observando-se quebras na ordem dos 10 000 passageiros diários. O concelho do Seixal não representa uma excepção a esta realidade.

No concelho, o transporte fluvial assegura a ligação Seixal-Terreiro do Paço (Lisboa), observando-se uma maior frequência de barcos durante o período entre as 7h e as 9h no sentido Seixal-Lisboa. No sentido Lisboa-Seixal, no período de ponta, a frequência é sempre menor do que em sentido contrário,

inclusivamente na hora de ponta da tarde. É durante a hora de ponta da manhã e no sentido Seixal-Lisboa que se observam maiores solicitações de procura.

O interface de Cacilhas, no concelho de Almada, possui também uma importância relevante no transporte para Lisboa de passageiros residentes no concelho do Seixal.

Os utentes do transporte fluvial recorrem, na sua generalidade, a outros modos de transporte nas suas deslocações pendulares, pelo que é fundamental a adequada articulação entre eles no interface fluvial, nomeadamente no que se refere à oferta de estacionamento e às ligações com o transporte rodoviário.

8.4 Perspectivas de Evolução

Como foi referido no Volume I – Enquadramento, foi elaborado, em 2002, um Plano para a Península de Setúbal, o PEDEPES, que prevê para o sector das acessibilidades e transportes a elaboração de um Programa de Acessibilidades e Transportes na Península de Setúbal, cuja implementação passará por:

- Elaboração de um plano geral de acessibilidades da Península, englobando os diferentes modos de transporte;
- Elaboração de planos de deslocações urbanas para os principais núcleos e aglomerados urbanos;
- Promoção da coordenação intermodal, ao nível funcional, de exploração e tarifário;
- Identificação das infra-estruturas de transporte a construir, melhorar e beneficiar;
- Negociação com as diversas entidades relativamente à reserva dos espaços canais necessários e à localização de nós;
- Acompanhamento da implementação e o lançamento dos estudos relativos à concretização de um sistema de transportes em sítio próprio que sirva o Arco Ribeirinho (MST);
- Desenvolvimento de um estudo, que equacione de forma integrada e intermodal, o problema das travessias do Tejo na região de Lisboa.

Neste âmbito o Plano apresenta um conjunto de medidas que, uma vez implementadas, permitirão a melhoria da acessibilidade e da mobilidade na Península de Setúbal e que no concelho do Seixal se traduzem por:

- Articulação da rede rodoviária internacional, nacional e regional através do prolongamento do IC20 e da construção do IC32;

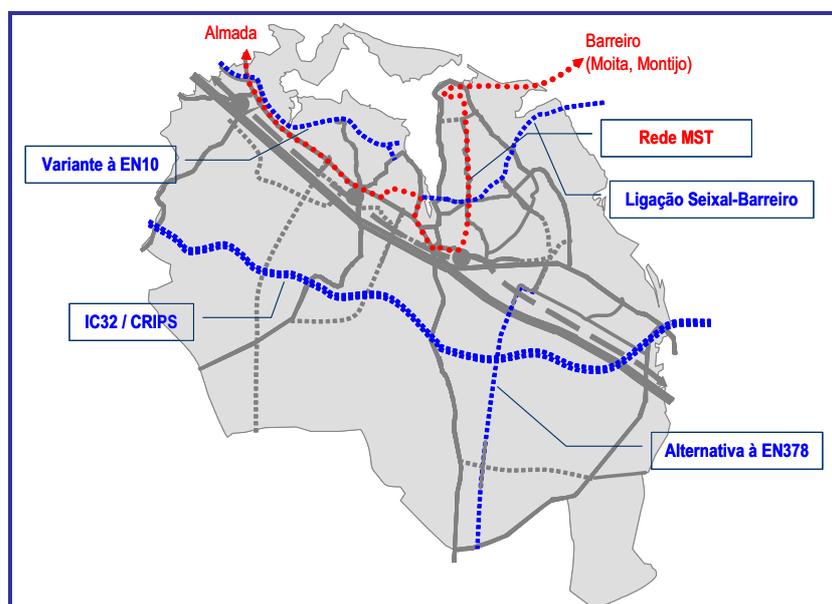
- Articulação das redes ferroviárias existentes e previstas visando a melhoria da acessibilidade ferroviária à Península de Setúbal e no seu interior;
- Promoção de melhoria das acessibilidades no Arco Ribeirinho, criando a ligação rodoviária entre o Seixal e o Barreiro;
- Melhoria da atractividade do sistema de TC nas travessias do Tejo, inclusive através da construção de um terminal fluvial em Miratejo;
- Desenvolvimento da rede do MST, concluindo as 2ª e 3ª fases da rede;
- Prioridade à circulação dos TC nas zonas congestionadas e no acesso aos principais nós rodoviários, criando corredores reservados para TC.

Confrontando o exposto acima com algumas das propostas apresentadas pelos Planos de 1993 e 1994, conclui-se que estas continuam a manter a sua actualidade, sendo prioritária e urgente a execução de algumas vias, uma vez que a crescente expansão urbana e o crescente aumento do recurso ao TI, associados à conseqüente pressão sobre a rede viária, criam constantes congestionamento e estrangulamentos em alguns troços e nós.

Destaca-se como prioritária a execução das seguintes vias, que se ilustram na figura seguinte:

- IC32/CRIPS – a sua construção criará um anel viário na Península de Setúbal, estabelecendo a ligação a norte ao IC20 (via rápida da Caparica) e a sul ao IC13 (junto de Coina), o que permitirá estabelecer a ligação à Ponte Vasco da Gama, e irá reforçar as ligações ao Arco Ribeirinho;
- Variante EN10 – que permitirá criar uma via alternativa a áreas consolidadas (eixo Corroios-Fogueteiro e área industrial de Stª Marta de Corroios), descongestionando a EN10;
- Ligação Seixal/Barreiro – via que virá colmatar a ausência de ligação rodoviária entre os dois concelhos vizinhos, reforçando as relações com o Barreiro e incrementando a coesão do Arco Ribeirinho;
- Alternativa à EN378 – via que permitirá descongestionar a actual EN378, reforçando a ligação a Sesimbra.

FIGURA 37 – SÍNTESE DAS PRIORIDADES AO NÍVEL DA REDE VIÁRIA



É igualmente fundamental resolver as ligações entre as principais vias estruturantes e os seus nós e a rede principal dos aglomerados urbanos, caso contrário uma parte significativa dos problemas de acessibilidades do concelho irão persistir.

No que respeita ao transporte colectivo o futuro terá de passar pela articulação inter-modal, aumentando a sua atractividade face ao transporte individual. Neste âmbito destaca-se a importância do projecto MST, quer como suporte às necessidades de deslocação interna à sua envolvente quer como serviço de rebatimento para modos mais pesados, nomeadamente o transporte ferroviário nas estações de Corroios e Fogueteiro e o terminal fluvial do Seixal.

9. Infra-estruturas Urbanas

Em termos de infra-estruturas, o Concelho do Seixal encontra-se ainda em fase de expansão - acompanhando o acentuado aumento demográfico que na década 1991-2001 ainda se continuou a verificar* - e, consolidação - em consequência do preenchimento dos espaços intersticiais das AUGI, consequência de um crescimento não ordenado.

Assim, no caso geral mas com maior destaque para as infra-estruturas de Saneamento Básico, verifica-se que:

- em termos físicos, importantes infra-estruturas foram construídas ou estão em fase de concepção e construção, e outras em fase de expansão e remodelação;
- em termos institucionais existe uma tendência para a integração dessas infra-estruturas em sistemas de gestão de âmbito supra-municipal (no caso dos Resíduos Sólidos *Amarsul*¹¹) e de âmbito intermunicipal em relação ao Abastecimento de Água.

Este comentário inicial justifica-se sobretudo pelo facto do presente sub-capítulo ter como primeiro objectivo caracterizar, de uma forma tão rigorosa quanto possível, a realidade actual do Concelho do Seixal. Há que ter em conta de que a caracterização que seguidamente se apresenta – necessariamente estática e, em alguns casos datada de há alguns anos atrás (visto não estarem ainda disponíveis dados mais actualizados) – está sujeita a uma rápida desactualização, especialmente se se considerar que a plena eficácia do PDM só será obtida com a sua ratificação, a ocorrer a um prazo mais dilatado.

Impõe-se portanto, neste domínio, uma permanente actualização da informação à medida que as políticas supra-municipais sejam definidas e implementadas. Em relatórios seguintes proceder-se-á, pois, a um esforço de actualização permanente desta.

É ainda de referir a inexistência de cadastro de extensas zonas das redes de distribuição de água e de águas residuais. Em relatórios futuros procurar-se-á colmatar esta lacuna, à medida que o sistema de cadastro das referidas redes for implementado.

* Na década 1991-2001 o Concelho do Seixal foi o que mais cresceu, em termos demográficos, na Península de Setúbal.

¹¹ AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Entidade inter-municipal constituída para assegurar a recepção, valorização e tratamento dos resíduos sólidos da margem sul do Tejo, integra neste momento as Câmaras Municipais do Seixal, Almada, Sesimbra, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Alcochete.

9.1 Rede Viária

A rede viária, sob o ponto de vista funcional, já foi abordada anteriormente neste Relatório, no Capítulo 8 Acessibilidades e Transportes. Neste sub-capítulo far-se-á uma análise desta rede do ponto de vista físico, com especial incidência no estado de conservação.

9.1.1 Estrutura

Em termos estruturais, há que referir que, apesar do território municipal apresentar uma orografia muito suave que pouco condiciona a implantação da rede viária no terreno, dois tipos de malha se podem distinguir nitidamente, tendo como eixo de separação a Auto Estrada do Sul – A2 (Desenho II.09.01.01):

- A Zona Norte: com uma estrutura viária imbricada e orgânica, reveladora de um tecido urbano complexo e variado, que possui referências em termos de paisagem urbana e uma identidade local;
- A Zona Sul: com uma malha simples, ortogonal, nítida e repetitiva, reveladora de um processo de crescimento urbano subordinado a uma lógica de “retalho”;

Não obstante esta diferença, em ambas as zonas não existe hierarquia nos níveis mais baixos da rede.

De facto, exceptuando a A2, a EN10, a EN378 e as vias marginais aos braços do Tejo, o resto da rede possui características pouco diferenciadas.

Esta situação já foi diagnosticada há muito, inclusive no PDM de 1993, mas a não concretização de eixos importantes programados, como a Ligação Seixal/Barreiro ou a CRIPS, mantêm esta situação, embora a construção destes eixos seja há muito reivindicada pela Câmara Municipal do Seixal.

9.1.2 Estado de Conservação

No Desenho nº II.09.01.02 apresenta-se o estado de conservação da rede viária segundo 4 categorias:

1. Vias em bom estado de conservação
2. Vias em estado de conservação razoável
3. Vias em mau estado de conservação
4. Estado de conservação não definido (terra batida).

Da simples leitura do Desenho referido pode concluir-se o seguinte:

- Exceptuando as AUGI, as freguesias com maiores problemas de conservação são a Amora, a Arrentela e Corroios;

- A zona de AUGI a Sul da A2 e a Sudeste do Concelho possui uma percentagem de vias em terra batida ainda próxima dos 50% .

Esta situação viária nas AUGI – para além dos problemas de bem-estar que acarreta, poeiras no Verão, lamas no Inverno, dificuldade de acesso aos veículos municipais de recolha de RSU, etc. – assume-se como de difícil resolução a curto prazo, já que os investimentos a realizar são vultuosos.

Além disso, a forma como foram instaladas outras infra-estruturas no terreno, de carácter mais urgente do que a pavimentação, como seja a rede eléctrica e de distribuição de água, causa agora problemas à pavimentação das ruas, sendo, por exemplo, frequente a rotura de condutas de água instaladas superficialmente, aquando da escavação para abertura da caixa de pavimento.

9.2 Abastecimento de Água

9.2.1 Origens e Qualidade da Água

O Concelho do Seixal possui uma grande riqueza hidrogeológica, com aquíferos profundos de grande produtividade ¹². O abastecimento de água ao concelho depende exclusivamente de furos de captação realizados nesse aquífero, que alimenta igualmente o Concelho de Almada.

Nestas circunstâncias os furos de captação existentes no Concelho do Seixal são de três tipos (Desenho II.09.02.01):

- Captações da Câmara Municipal do Seixal;
- Captações de média profundidade dos SMAS de Almada;
- Captações profundas dos SMAS de Almada.

A água captada possui de um modo geral boa qualidade, sendo caracterizada por:

- Teores baixos de nitratos e sulfatos, embora se registem em alguns casos concentrações de cloretos, entre 30 mg/l e 80 mg/l que já evidenciam alguma intrusão salina; os valores mais elevados

¹² O aquífero profundo (abaixo dos 200 m) da Península de Setúbal já foi considerado, (de acordo com estudos hidrogeológicos com carácter extensivo realizados no início da segunda metade do século XX) um dos maiores da Península Ibérica, sendo alimentado permanentemente pela enorme bacia hidrográfica do Tejo. Em termos globais a intensa extracção a que tem sido sujeito não parece ter afectado ainda, de modo significativo, esse enorme reservatório de água de excelente qualidade, continuando a maior parte do seu caudal a perder-se permanentemente para o oceano, por escoamento profundo. Em alguns furos junto ao litoral, porém, já se detecta intrusão salina.

de cloretos registam-se na água captada nos sistemas de Belverde, Santa Marta de Corroios e Rouxinol, evidenciando, portanto, sobre-extracção nessas zonas;

- O pH varia entre 7 e 8, sendo a água moderadamente macia ou ligeiramente dura (geralmente não excede 200 mg/l de CaCO₃);
- A contaminação microbiológica, antes do tratamento, está praticamente ausente.

Nestas condições, o único tratamento aplicado é a desinfecção de modo a garantir a qualidade microbiológica durante o armazenamento e o transporte da água.

Atendendo às características do aquífero profundo, semi-confinado, é previsível que, com uma política de extracção adequada e rigorosa, seja possível manter, a longo prazo, as características físico-químicas da água de abastecimento.

Todavia, os casos de sobre-extracção na zona de Belverde e Santa Marta que levaram ao rebaixamento do aquífero nos últimos anos ¹³ e o aparecimento de teores progressivamente mais elevado de cloretos, constituem sinais de alarme que apontam para a necessidade de revisão da política geral de captação de água dos concelhos de Almada e Seixal.

Um factor condicionante a considerar tanto no caso das captações já existentes como no caso das novas captações é o das restrições legais ao uso do solo ¹⁴, atendendo à elevada percentagem de solo edificado no Concelho.

Dispondo já de um número significativo de captações de água localizados no concelho do Seixal e continuando a registar dificuldades na captação para fazer face às exigências do consumo, os SMAS de Almada procederam recentemente à realização de captações mais profundas no aquífero cativo, a cerca de 400 m de profundidade (Desenho II.09.02.01).

Para além dos problemas de gestão do aquífero profundo acima referidos, verificam-se problemas, por sinal bem mais graves, no aquífero superficial em função de problemas ambientais localizados, nomeadamente provenientes de descargas de poluentes industriais no solo.

Os exemplos mais graves de contaminação do aquífero superficial estão bem identificados, localizando-se em Vale Milhaços (lagoa de hidrocarbonetos da Siderurgia Nacional e descargas da SPEL) e na Marisol (águas lixiviantes da antiga lixeira municipal).

¹³ Note-se que 93% do volume de água consumida no concelho de Almada é captado nesta zona.

¹⁴ O D.L. 382/99 define perímetros de protecção máxima, intermédia e alargada, em função das características hidrogeológicas do local e, para um sistema aquífero semi-confinado cujo suporte litológico é constituído por formações porosas, o perímetro da zona de protecção alargada é de 400m, estando interditas ETAR, cemitérios, postos de abastecimento e áreas de deposição de sucatas, entre outros.

9.2.2 Adução e Reserva

Ao longo da segunda metade do século XX tem-se verificado no concelho do Seixal um constante défice de torres de pressão. Historicamente, a rede foi crescendo em função das necessidades avançando-se numa primeira fase com captações e só mais tarde se construindo uma central elevatória com uma torre de pressão.

Assim, ainda hoje se mantêm alguns problemas de pressão no concelho, havendo zonas com uma pressão reduzida (zonas mais elevadas) e outras com pressão muito intensa.

Em termos de adução, o principal projecto municipal consiste na construção de um **grande eixo adutor Sul/Norte** (desde Casal do Sapo até Santa Marta de Corroios), alimentando todos os sistemas com excepção de Belverde. Para tal, deveria ser salvaguardado um espaço canal paralelo à rede viária fundamental (A2 / linha ferroviária) ver Desenho II-09-02-01.

Os principais objectivos a alcançar com este projecto serão:

- a criação de uma alternativa para a eventualidade de se ter de abandonar os furos de captação de água na zona de Santa Marta, por motivos de intrusão salina (dada a proximidade do rio),
- a possibilidade de fornecer água ao concelho de Almada e
- a resolução de problemas pontuais nos vários sistemas.

Complementarmente, a Câmara Municipal do Seixal pretende proceder à actualização do cadastro das redes em formato digital.

No que respeita ao combate às fugas de água, (diferença entre os volumes de água captados e os medidos) tem-se vindo progressivamente a:

- substituir sistematicamente as redes de água antigas;
- instalar contadores em todas as instalações municipais e nos sistemas de rega de espaços públicos;
- substituir contadores domésticos e industriais, que se encontrem sem debitar por via de encravamentos provocados por areias ou outros motivos.

Prevê-se iniciar, logo que possível:

- um processo de controle de fugas nas redes de distribuição e adução;
- a instalação de contadores electrónicos e contadores de bateria nos prédios.

Nas páginas seguintes apresenta-se uma caracterização, sob a forma de gráficos, do sistema de Abastecimento de Água do Concelho.

9.2.3 Indicadores Gerais

De acordo com os dados recolhidos junto dos serviços municipais responsáveis pela construção e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho do Seixal, o grau de cobertura do concelho por redes de distribuição aproxima-se dos 100%.

GRÁFICO 26 – GRAU DE COBERTURA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

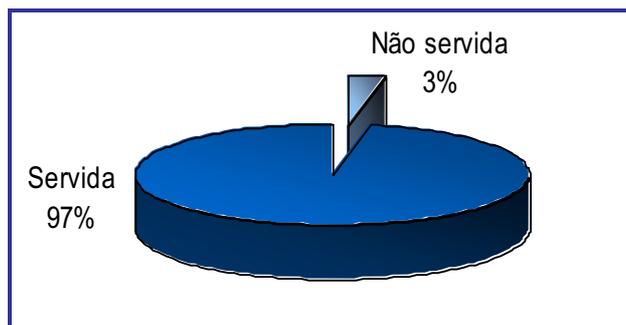


GRÁFICO 27 – ORIGEM DAS CAPTAÇÕES DE ÁGUA NO CONCELHO DO SEIXAL

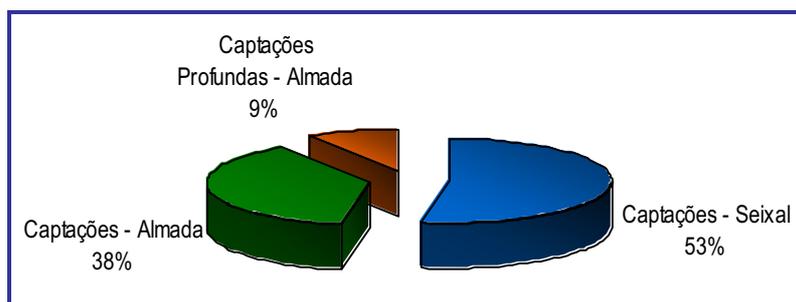
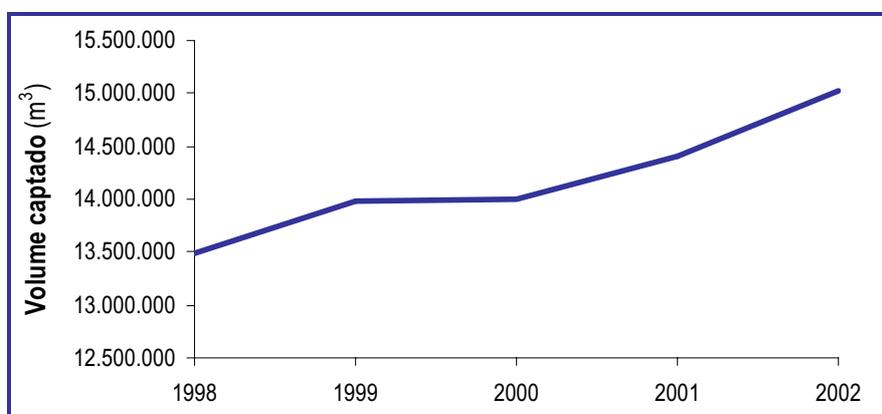


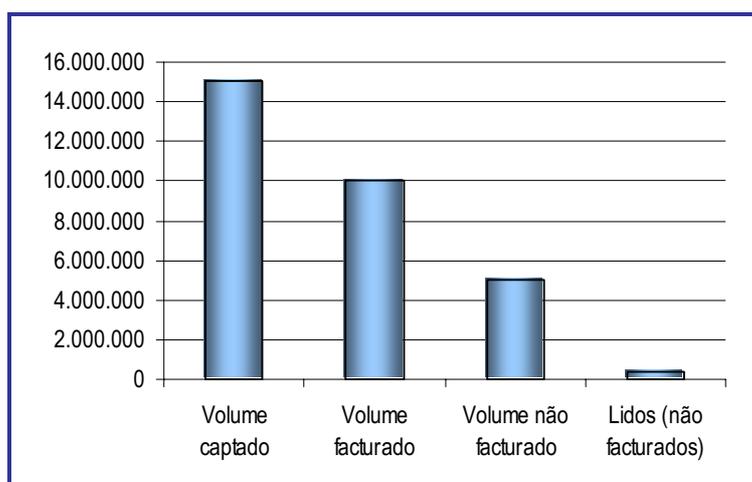
GRÁFICO 28 – VARIAÇÃO ANUAL DOS VOLUMES CAPTADOS (1998-2002)



Como se observa no Gráfico 27 cerca de metade das captações de água do Concelho estão a ser exploradas pelos SMAS de Almada, das quais 9% são muito profundas (na ordem dos 400 m).

O registo da variação anual dos volumes captados (Gráfico 28) demonstra que existe um aumento progressivo das solicitações de água – entre 1998 e 2002 registou-se um crescimento de cerca de 2.8% ao ano. O crescimento demográfico do concelho bem como a criação de determinado tipo de infra-estruturas, tais como jardins, piscinas, etc., aumentam as necessidades dos volumes captados.

GRÁFICO 29 – VOLUMES CAPTADOS FACTURADOS E NÃO FACTURADOS EM 2002



O Gráfico 29 revela uma percentagem elevada de perdas – na ordem de 1/3 do volume total captado.

Nos sub-capítulos seguintes caracteriza-se, com base em informações recolhidas junto dos serviços municipais competentes, cada um dos Sistemas de Abastecimento de Água ¹⁵ em que o concelho se divide, quer no que respeita às origens, quer no que se refere à adução e reserva (Desenho II.09.02.01).

9.2.4 Sistemas de Abastecimento de Água Concelhios

9.2.4.1 Sistema 1: Santa Marta de Corroios

Este sistema tem origem em captações de água localizadas na Zona de Santa Marta de Corroios. Estes furos de captação que alimentam este sistema, por se encontrarem muito próximos do rio, já revelam intrusão salina. A profundidade mínima dos furos neste sistema é de 126 m e a máxima de 142 m.

¹⁵ A nível interno o Município do Seixal designa os seus Sistemas de Distribuição pela sigla CDA – Centro de Distribuição de Água.

É de salientar que os SMAS de Almada pretendem executar um furo na zona do Rouxinol.

Este sistema possui duas torres de pressão, uma de 300 m³ situada em Marta do Pinhal e, outra, de 500m³ (em funcionamento desde 1975), localizada no subsistema do Rouxinol (o qual foi recentemente acoplado ao sistema de Santa Marta de Corroios).

No que respeita a reservatórios apoiados a capacidade total do sistema é de 12 000 m³.

Embora não existam problemas no funcionamento dos sistemas electromecânicos, é de salientar a relativa desactualização dos mesmos.

Os locais alimentados por este sistema são toda a freguesia de Corroios, onde se atingem pressões muito elevadas (da ordem dos 8 kg/cm²), e parte da freguesia da Amora. A urbanização de Marisol também já é abastecida por este sistema.

A água captada é de boa qualidade físico-química, embora se possam observar alterações pontuais causadas por problemas ambientais, nomeadamente pela sobre-extracção verificada em Santa Marta. É de salientar ainda a contaminação dos solos e do aquífero superficial causada pela SPEL, nas imediações de Vale de Milhaços.

Prevê-se que este sistema venha a abastecer a zona a norte do CM 1014, perto de Foros de Amora.

Está prevista a remodelação deste sistema em termos de aumento de reserva e renovação de órgãos electromecânicos.

9.2.4.2 Sistema 2: Belverde

Este sistema está interligado com o sub-sistema de Foros de Amora e tem origem em furos de captação municipais localizados nas imediações de Belverde e nas urbanizações de Verdizela, Belverde e Marisol, sendo esta última também abastecida pelo sistema de Santa Marta de Corroios.

As captações de água são feitas com uma profundidade mínima de 105.3 m e máxima de 139.5 m. A água apresenta uma boa qualidade, embora neste sistema também se verifique o problema de intrusão salina que se reflecte no valor elevado de concentrações de cloretos. É de salientar ainda a existência de uma lixeira na Marisol, que condiciona o uso do solo e da água.

Este sistema tem uma torre de pressão com 90 m³, e os reservatórios, existentes desde 1978, são enterrados e têm uma capacidade de 1600 m³ (duas cubas, uma de 600 e outra de 1000 m³), embora haja espaço para se poderem ampliar. Belverde já conta com um sistema de telegestão.

Por ser um local com muitas piscinas e com consumos elevados nos meses de Verão (variação sazonal de consumos muito elevada), torna-se necessário a longo prazo a ampliação e beneficiação deste sistema. A área que fica entre Marisol, Verdizela e Belverde vai ser também abastecida por este sistema, numa 3ª fase.

9.2.4.3 Sistema 3: Cruz de Pau

Este sistema tem origem em furos de captação municipais junto do centro urbano de Cruz de Pau e abastece toda a freguesia da Amora. A profundidade mínima a que as águas são captadas é de 138 m e a máxima de 182.5 m.

A torre de pressão deste sistema é de 300 m³ e os dois reservatórios, existentes desde 1984, têm uma capacidade de 4500 m³ cada. Prevê-se a sua ampliação para o dobro e a remodelação dos sistemas electromecânicos.

É ainda de salientar a existência do sub-sistema de Foros de Amora, o qual é abastecido por um hidropressor (existente há 12 anos), pois o reservatório elevado não tinha cota suficiente para abastecer esta zona de Foros de Amora. Na zona de Vale dos Gatos, são necessárias bombas de hidropressor, pois existem muitos problemas de falta de água.

9.2.4.4 Sistema 4: Torre da Marinha

Este sistema tem origem em furos de captação municipais nas imediações de Arrentela. A profundidade mínima das captações é de 109.5 m e a máxima de 230 m.

A torre de pressão deste sistema (500 m³) abastece parte da freguesia da Arrentela, sendo que a restante área desta freguesia e a freguesia do Seixal são abastecidas pela torre de pressão das Cavaquinhas (200m³) que recebe água por gravidade da Torre da Marinha. De salientar que a antiga torre de pressão do Seixal (2 x 600 m³) foi abandonada parcialmente e só está activa para rega do campo de futebol do Seixal. Os depósitos de Arrentela e Seixal foram desactivados.

Em 1978 entrou em funcionamento um reservatório enterrado de 2350 m³ constituído por 2 cubas iguais.

Na freguesia de Arrentela estão em curso obras de substituição de condutas adutoras na Av. Carlos Oliveira e Rua José Afonso e a beneficiação do depósito elevado do Sistema da Torre da Marinha, construção civil e tubagens.

Está prevista a médio prazo o reforço das capacidades de reserva, bem como a remodelação dos seus equipamentos electromecânicos.

As redes de Arrentela datam de 1950 e as do Bairro Novo do Seixal de 1960, pelo que é prioritário proceder à sua renovação.

9.2.4.5 Sistema 5: Casal do Marco

Este sistema tem origem em 3 captações de água municipais localizadas a uma profundidade de 222 metros, nas imediações do centro urbano de Casal do Marco e abastece toda a freguesia de Paio Pires.

Este sistema foi criado devido à desactivação do reservatório de Paio Pires. A torre de pressão é de 200 m³ e entrou ao serviço em 1999/2000.

Ainda não existe central elevatória nem reservatório, embora exista projecto, tendo este que ser remodelado.

A médio /longo prazo está prevista a construção da 2ª fase deste sistema, que inclui reservas de água e central elevatória.

9.2.4.6 Sistema 6: Casal do Sapo

Este sistema tem origem em furos de captação municipais localizados nas imediações do centro urbano de Redondos e é o sistema que abastece a maior área concelhia, incluindo toda a freguesia de Fernão Ferro e ainda as zonas industriais do P.I.S. É neste sistema que se observam as maiores profundidades de captação¹⁶: mínima de 228 m e máxima de 259 m.

A torre de pressão tem 700 m³, sendo a maior do concelho. Tendo em conta que esta torre de pressão era insuficiente, optou-se por bombas de velocidade variável que injectam directamente na rede, reguladas por pressostatos em função dos consumos detectados.

Todas as redes do Casal do Sapo são dos anos 80 e estão bem dimensionadas, embora existam terrenos elevados em Fernão Ferro que têm muito pouca pressão (0.5 kg/cm²). Por exemplo, no Pinhal dos Frades, o abastecimento de água serve até 2 pisos, embora estejam aprovados lotes com 3 e 4 pisos, o que origina problemas de falta de água. Verifica-se, portanto, a necessidade de providenciar maior pressão hidrostática; para tentar colmatar alguns problemas de pressão foi criado um hidropressor no Pinhal do General. Nesta zona prevê-se que se venha a atingir 7 kg / cm².

¹⁶ Exceptuando os furos dos SMAS de Almada com 400 m de profundidade.

Torna-se necessário salvaguardar futuras zonas de captações, uma no Pinhal do General e duas nos Redondos, pois a *população de saturação* de Casal do Sapo pode ascender a cerca de 100 mil habitantes.

Está em reformulação o projecto do sistema de Casal do Sapo, com ampliações de reserva previstas de 3 x 12 000 m³. Prevê-se que esteja concluído em 2006. Nesta altura todo o P.I.S. será abastecido por Casal do Sapo, bem como as zonas industriais previstas nas imediações do furo JK15 (Desenho II.09.02.01).

A urbanização da Finangest, em Fernão Ferro, será dotada de reservatórios elevados e constituir-se-á como área auto-suficiente, embora interligada com as redes das imediações.

9.3 Águas Residuais

Tal como foi acima referido, o município carece de grande parte do cadastro actualizado das redes de águas residuais domésticas e pluviais dos aglomerados.

As informações recolhidas junto dos serviços municipais competentes permitem, no entanto, apurar os dados que se apresentam nos Gráfico 30 a Gráfico 33.

GRÁFICO 30 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO SERVIDA POR REDES DE DRENAGEM

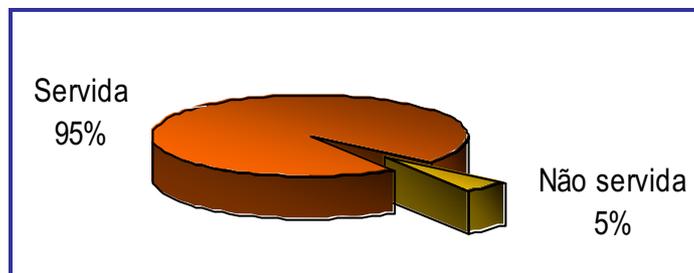


GRÁFICO 31 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

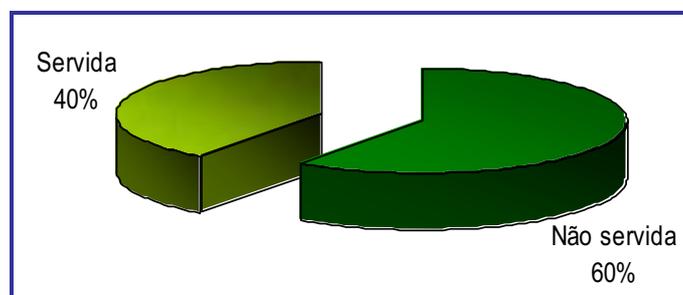


GRÁFICO 32 – POPULAÇÃO SERVIDA POR REDES DE ESGOTOS DOMÉSTICOS POR FREGUESIA

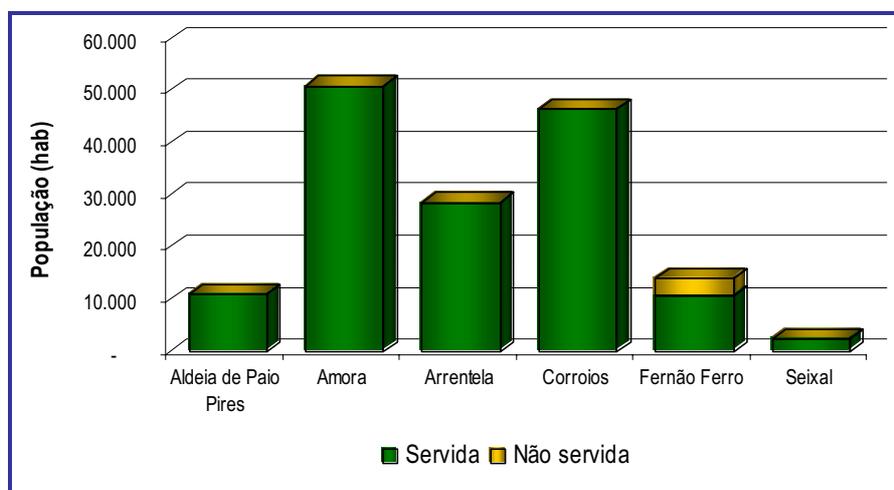
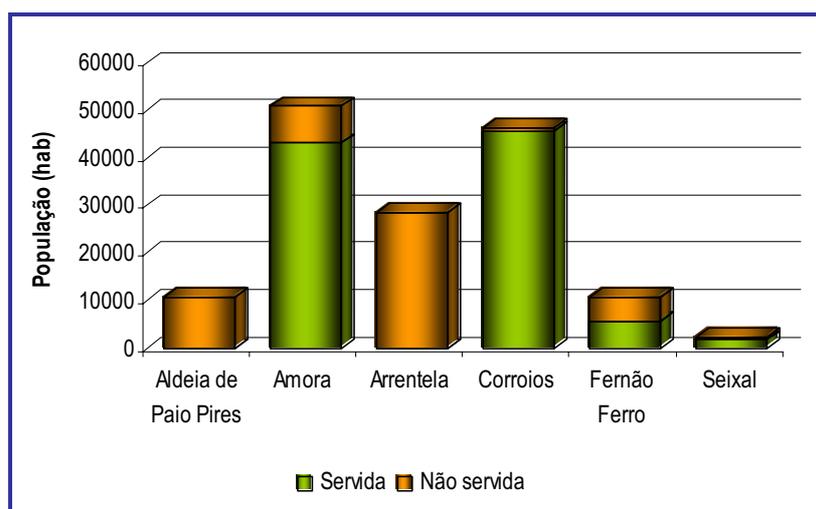


GRÁFICO 33 – POPULAÇÃO SERVIDA POR ETAR EM CADA FREGUESIA



Pela análise dos gráficos anteriores e com informações complementares, foi ainda possível apurar os seguintes dados:

- A maior parte do concelho encontra-se bem servido em termos de redes de água residuais, mas mal servido em termos de tratamento de águas residuais;
- Existem apenas 4 ETAR no concelho: Quinta da Bomba (Miratejo), Fernão Ferro, Cucena (Parque Industrial do Seixal) e Pinhal de Frades (Tanque Imhoff);
- A ETAR da Quinta da Bomba serve 216 mil habitantes (deverá servir numa segunda fase 277 750 habitantes);
- A ETAR de Fernão Ferro serve 16 mil habitantes (deverá servir o dobro numa segunda fase);

- A ETAR da Cucena serve 7500 habitantes e deverá servir aproximadamente o dobro numa 2ª fase;
- A ETAR de Pinhal dos Frades (Tanque Imhoff) serve 5000 habitantes;
- Estão previstas obras relativas à ETAR do Seixal;
- A ETAR prevista para Pinhal do General foi cancelada e passará a estar localizada na Quinta do Conde, em Sesimbra;
- Estão executadas diversas obras relativas a Interceptores, Conduitas Elevatórias e Estações Elevatórias no território concelhio, à excepção da área abrangida pelo Pinhal do General;
- Estão previstas as obras relativas à construção de Interceptores, Conduitas Elevatórias e Estações Elevatórias para o Pinhal do General.

No Quadro 67 resumem-se as características das ETAR do concelho.

QUADRO 67 – CARACTERÍSTICAS DAS ETAR

Localização	Tipo de Tratamento
Quinta da Bomba	Tratamento biológico por leitos percoladores de alta carga
Fernão Ferro	Tratamento biológico por leitos percoladores de alta carga
Pinhal de Frades	-
Cucena	Tratamento biológico por lamas activadas

Torna-se necessário, em termos de redes de esgotos, fazer a ligação ao Pinhal do General para que o concelho passe a ter uma cobertura próxima dos 100%. Em termos de tratamento é essencial um sistema de tratamento que sirva melhor a totalidade do concelho, principalmente no que diz respeito às freguesias de Paio Pires, Arrentela e Seixal.

Em termos de esgotos pluviais surge a necessidade de realizar um estudo integrado de hidrologia mas que integre também aspectos ambientais e urbanísticos, tendo como unidade de trabalho a bacia hidrográfica de cada uma das grandes ribeiras (Sobreda, Santa Marta, etc.), de forma a resolver os problemas de progressiva impermeabilização das áreas a montante e o progressivo encerramento de pedreiras e a consequente eliminação de sistemas de retenção de ondas de cheia.

9.4 Resíduos Sólidos Urbanos

9.4.1 Resíduos Sólidos Urbanos

O sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos do Concelho é gerido no âmbito da Amarsul. A taxa de cobertura do sistema de recolha de resíduos sólidos é praticamente de 100%. Nos quadros seguintes efectua-se a caracterização do sistema.

QUADRO 68 – PRODUÇÃO MENSAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM 2002

Mês	Toneladas
Janeiro	5 027. 73
Fevereiro	4 435. 61
Março	5 303. 84
Abril	5 092. 48
Maiο	4 939. 38
Junho	4 914. 89
Julho	5 905. 48
Agosto	5 328. 96
Setembro	5 096. 58
Outubro	5 124. 31
Novembro	5 194. 83
Dezembro	5 420. 73
TOTAL	61 784. 82
Contentores = 2834	
Capacidade = 800 e 1000 litros	

QUADRO 69 – COMPOSIÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS 2002

Toneladas	Papel	Vidro	Embalagens	Materiais Ferrosos	Entulhos	Monos Domésticos	Resíduos. Verdes Urbanos	Resíduos Hospitalares Perigosos	TOTAL
Janeiro	108.49	115.4	78.9	23.16	189.39	415.97	147.07	1139.5	2 217.88
Fevereiro	103.58	100.2	28.6	29.34	249.28	380.38	190.46	1051	2 132.84
Março	111.42	105.1	35.2	10.94	236.83	284.99	479.94	605.5	1 869.92
Abril	114.93	84.5	32.7	5.32	284.12	387.14	87.99	1077.5	2 074.2
Maiο	116.54	85.3	29.9	8.58	285.89	373.36	122.06	1370.0	2 391.63
Junho	119.10	86.3	28.2	5.34	320.09	355.92	93.27	1630.0	2 638.22
Julho	147.95	127.4	36.1	9.66	372.60	414.66	183.63	1023.3	2 315.3
Agosto	131.95	96.7	34.5	9.00	315.12	454.73	226.08	1460.3	2 728.38
Setembro	138.21	114.2	32.4	12.46	320.36	468.91	168.23	2030.6	3 285.37
Outubro	25.95	109.0	40.3	6.60	262.16	551.17	310.93	1144.3	2 450.41
Novembro	24.66	86.3	33.2	13.63	214.34	523.82	124.99	1502	2 522.94
Dezembro	21.90	100.6	40.6	10.00	139.34	432.30	150.88	1066	1 961.62
TOTAL	1 164.68	1211	450.6	144.03	3 189.52	5 043.35	2 285.53	15 100	28 588.71

9.4.2 Resíduos Sólidos Industriais

A nível de resíduos industriais (dados de 1998) o distrito de Setúbal é o segundo maior produtor a nível nacional com 3 810 871 toneladas/ano, logo a seguir ao distrito de Lisboa com 6 057 253 t/ano.

No que diz respeito aos resíduos perigosos, o distrito de Setúbal é o que apresenta maior produção, com cerca de 108000 t/ano, sendo que 50% deste montante é produzido no QUIMIPARQUE, 15% pelas

indústrias alimentares e de bebidas, 11% pelas indústrias metalúrgicas de base e 10% pela indústria da madeira e da cortiça ¹⁷.

Ao nível concelhio, o Barreiro, com uma produção de 53 464 ton de resíduos perigosos em 1998, é o principal produtor nacional, seguindo-se-lhe o concelho do Seixal, com 31 338 ton. (maioritariamente produzidas na indústria da madeira e da cortiça e na metalúrgica de base) ¹⁸.

O Ministério do Ambiente licenciou, em Junho de 2002, um aterro para resíduos industriais perigosos (RIP) no concelho, com uma capacidade de 330 000 toneladas, o qual deverá vir a receber os resíduos industriais deste concelho, nomeadamente parte dos da Siderurgia Nacional. Todavia, o processo encontra-se neste momento num impasse, pois a Câmara Municipal do Seixal pretende, antes de autorizar a realização da obra, esclarecer algumas dúvidas relativamente à proveniência dos resíduos e sua toxicidade.

9.5 Outras Redes

As restantes redes de infra-estruturas urbanas nomeadamente a Rede Eléctrica e de Telecomunicações e a Rede de Gás encontram-se espacializadas nos Desenhos II.09.05.01 e II.09.06.01 não sendo no entanto possível proceder a um estudo mais pormenorizado uma vez que ainda não foi recebida a informação solicitada sobre as mesmas.

¹⁷ DL 516/99 de 02-12, quadro X.6 e fig. 10.6

¹⁸ Idem, fig. 10.7

10. Anexos

Anexo 1 – Fichas de Caracterização do Património Cultural e Construído

Anexo 1 – Fichas de Caracterização do Património Cultural e Construído

Lisboa, 31 de Julho de 2003

O Chefe de Projecto

(Arq. António Cardoso)

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Fonte: <http://srvweb.cm-seixal.pt/>

Designação: Olaria Romana da Quinta do Rouxinol

Localização (Lugar/Freguesia): R. do Rouxinol – Corroios

Tipo de Classificação: Classificado pelo IPPAR como Monumento nacional (DL. nº 26-A/92)

Data de Classificação: Classificado em 01/06/1992

Período Construtivo: séc. II \ IV

Estado de Conservação: Recuperado

Tipo de Uso: Turístico e cultural (núcleo do Ecomuseu Municipal)

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial romana.

Observações:

Exemplo da ocupação romana da margem sul do Tejo e suas actividades.

Servia para produção de ânforas a utilizar nas actividades piscatórias

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Quinta da Trindade

Localização (Lugar/Freguesia): Av. MUD Juvenil – Seixal

Tipo de Classificação: Classificado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público (DL. nº 516/71)

Data de Classificação: Classificado a 22/11/1971

Período Construtivo: séc. XX

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Cultural e Museológico (núcleo do Ecomuseu Municipal- Laboratório de conservação e restauro das reservas)

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura civil

Observações:

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Moinho de Corroios



Moinho do Galvão



Moinho do Capitão



Moinho da Quinta da Palmeira



Moinho do Zemoto

Designação: Moinhos de Maré: Corroios (Corroios); Galvão (Amora); Capitão (Amora); Passagem (Amora); Torre (Amora); Novo dos Paulistas (Seixal); Velho dos Paulistas (Seixal); Breyner (Aldeia de Paio Pires); Quinta da Palmeira (Aldeia de Paio Pires); Zemoto (Aldeia de Paio Pires)

Localização (Lugar/Freguesia):

Tipo de Classificação: Classificados pelo IPPAR como Imóveis de Interesse Público (DL. nº 29/84)

Data de Classificação: Classificado em 25/06/1984

Período Construtivo: sécs. XIII, XV, XIX

Estado de Conservação: Moinho de Corroios está recuperado e os restantes estão em ruínas

Tipo de Uso: O Moinho de Corroios tem uso cultural e museológico (núcleo do Ecomuseu Municipal), os restantes encontram-se abandonados

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial

Observações:

Moinho de Corroios, datado do séc. XVIII, da autoria do Arq. Manuel Vicente Oliveira, é um dos únicos moinhos de maré a funcionar a nível mundial; os outros, de tanta qualidade arquitectónica como o primeiro, carecem urgentemente de intervenção.

Moinhos de Maré



da Torre



da Passagem



Novo dos Paulistas



Velho dos paulistas



do Breyner

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Consolação

Localização (Lugar/Freguesia): Calçada da Boa Hora - Arrentela

Tipo de Classificação: Classificado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 129/77)

Data de Classificação: Classificado em 29/09/1977

Período Construtivo: séc. XVIII

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Culto religioso

Características Gerais do Edifício/Conjunto: Arquitectura religiosa.

Observações:

Propriedade da Diocese de Setúbal

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Lagar de Azeite da Quinta do Pinhalzinho

Localização (Lugar/Freguesia): Paio Pires

Tipo de Classificação: Classificado por deliberação da Assembleia Municipal como Conjunto de Interesse Municipal (Edital nº 06/2001)

Data de Classificação: Classificado em 27/04/2001

Período Construtivo: séc. XIX - XX

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Habitacional (apenas em parte)

Características Gerais do Edifício/Conjunto: Arquitectura pré-industrial e rural.

Observações:

Memória da produção de azeite e vinho da margem sul do Tejo

Na sequência da consulta obrigatória, o IPPAR emitiu um parecer (21.01.2002) referindo que a importância do conjunto não justificava uma classificação superior (Imóvel de Interesse Público ou Monumento Nacional)

Propriedade privada; existe apenas ocupação de uma habitação encontrando-se os restantes espaços devolutos

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Fonte: www.cm-seixal.pt/ecomuseu

Designação: Fábrica de Pólvora da Sociedade Africana

Localização (Lugar/Freguesia): Vale de Milhaços - Corroios

Tipo de Classificação: Em vias de classificação pelo IPPAR

Data de Classificação: Maio de 2000

Período Construtivo: séc. XIX

Estado de Conservação: Recuperado

Tipo de Uso: Cultural (extensão do Ecomuseu Municipal)

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial – integra edifícios fabris e habitação operária, e um importante património de tecnologia industrial (máquina a vapor, caldeira e sistema de transmissão de energia)

Observações:

Lugar de excepção no campo do património industrial europeu.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

  	<p>Designação: Fábrica de Cortiça Mundet & C^a. Lda.</p>
	<p>Localização (Lugar/Freguesia): R. Cândido Reis – Seixal</p>
	<p>Tipo de Classificação: Proposta de classificação ao IPPAR como Imóvel de Interesse Concelhio</p>
	<p>Data de Classificação: Proposto em 1999</p>
	<p>Período Construtivo: séc. XX</p>
	<p>Estado de Conservação: Parcialmente recuperado / Razoável</p>
	<p>Tipo de Uso: Educativo (Escola de Segunda Oportunidade), Cultural e científico (núcleo do Ecomuseu Municipal)</p>
<p>Características Gerais do Edifício/Conjunto: Arquitectura industrial</p>	
<p>Observações:</p> <p>Projecto dos Arq. Luís de Almeida e Artur Silva.</p> <p>Apenas uma parte do conjunto fabril se encontra recuperada.</p> <p>Todo o conjunto é interessante do ponto de vista arquitectónico e potencia uma grande zona cultural que está por resolver.</p> <p>Encontra-se prevista a integração no espaço da Fábrica de um pólo da Universidade Aberta e da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça)</p>	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Alto Forno da Siderurgia Nacional

Localização (Lugar/Freguesia): Paio Pires

Tipo de Classificação: Proposta de classificação ao IPPAR como Imóvel de Interesse Municipal

Data de Classificação: Proposto em 2001

Período Construtivo: 1961

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Produção de gusa / fabrico de aço

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial.

Observações:

Marco da produção de aço por via integrada em Portugal. Único alto forno nacional.

Forte presença territorial.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Capela da Quinta da Medideira

Localização (Lugar/Freguesia): R. Prof. José Maria Vinagre - Amora

Tipo de Classificação: Monumento \ protecção em estudo

Data de Classificação: proposto 1995

Período Construtivo: séc. XVII

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Culto religioso; abandono

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura religiosa.

Observações:

Propriedade privada.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Localização (Lugar/Freguesia): Largo da Igreja – Seixal

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto em 1995

Período Construtivo: séc. XVIII

Estado de Conservação: Muito bom

Tipo de Uso: Culto religioso

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura civil religiosa.

Observações:

Recebeu obras de uma forma irregular e algumas ampliações (capelas funerárias)

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
	Designação: Ermida de Stª Marta de Corroios
	Localização (Lugar/Freguesia): Stª Marta de Corroios - Corroios
	Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio
	Data de Classificação: Proposto em 1995
	Período Construtivo: séc. XVI
	Estado de Conservação: Ruína
	Tipo de Uso: Abandono
	Características Gerais do Edifício/Conjunto: Arquitectura civil religiosa
Observações: Pertença da diocese de Setúbal. Reserva Agrícola Nacional	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

 	<p>Designação: Quinta da Princesa</p>
	<p>Localização (Lugar/Freguesia): Amora- EM 511 (Estrada do Talaminho)</p>
	<p>Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio</p>
	<p>Data de Classificação: Proposto em 1995</p>
	<p>Período Construtivo: Origens seiscentistas</p>
	<p>Estado de Conservação: Muito bom</p>
	<p>Tipo de Uso: em parte conserva o uso original (habitação e agricultura)</p>
	<p>Características Gerais do Edifício/Conjunto:</p> <p>Arquitectura civil, religiosa e rural.</p> <p>Em 1942 encontrava-se em completa ruína. Fizeram-se obras de reconstrução em inúmeros edifícios; a capela foi reconstruída quase do nada em 1945 recorrendo a projecto do Arq. Raul Lino; 90% do actual é posterior a 1940.</p>
<p>Observações:</p> <p>Propriedade da Sociedade Agrícola Quinta da Princesa desde 1942</p> <p>A nora e o tanque de rega são de enorme raridade.</p>	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Palácio Cheiraventos - Quinta do Paço

Localização (Lugar/Freguesia): Quinta do Paço - EN511- Amora (Estrada do Talaminho)

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto 1995

Período Construtivo: séc. XIX

Estado de Conservação: A necessitar de restauro

Tipo de Uso: Particular

Características Gerais do Edifício/Conjunto:

Quinta do séc. XV - integra edifícios de habitação e actividades agrícolas, uma capela e um lagar

Arquitectura civil

Observações:

Paço de enorme beleza com um franco potencial também pela envolvência.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Quinta da Fidalga

Localização (Lugar/Freguesia): Arrentela -EN 378

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto em 1995

Período Construtivo: séc. XVIII

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Habitação particular

Características Gerais do Edifício/Conjunto:

Arquitectura civil, religiosa e rural (documentada no séc. XVIII); integra residência, capela, jardim e lago de maré.

Remodelações na primeira metade do séc. XX de acordo com projecto do Arq. Raul Lino

Observações:

As construções encontram-se adulteradas face ao original.

A actual proprietária recusa a classificação invocando sentir-se incomodada pelas respectivas obras de recuperação.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	<p>Designação: Portinho da Raposa</p>
	<p>Localização (Lugar/Freguesia): Amora</p>
	<p>Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio</p>
	<p>Data de Classificação: Proposto em 1995</p>
	<p>Período Construtivo: Anterior ao séc. XVIII</p>
	<p>Estado de Conservação: Avançado estado de degradação</p>
	<p>Tipo de Uso: Abandonado</p>
	<p>Características Gerais do Edifício/Conjunto:</p> <p>Arquitectura civil.</p> <p>Testemunho de um importante tráfego fluvial documentado no séc. XVIII mas com origem anterior.</p>
<p>Observações:</p> <p>O porto poderia ser reabilitado de forma a ser utilizado para embarcações de recreio.</p>	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	<p>Designação: Lagar de Vinho da Quinta de Santa Teresinha</p>
	<p>Localização (Lugar/Freguesia): R. de St^a Teresinha - Seixal</p>
	<p>Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio</p>
	<p>Data de Classificação: Proposto em 1995</p>
	<p>Período Construtivo: cerca séc. XIX</p>
	<p>Estado de Conservação: Ruína</p>
	<p>Tipo de Uso: Abandono</p>
	<p>Características Gerais do Edifício/Conjunto: Arquitectura industrial</p>
<p>Observações:</p> <p>Propriedade privada em estado de total ruína eminente, sendo já muito difícil perceber que ali existiu um Lagar.</p> <p>É o único exemplar conhecido no concelho que possuía o engenho completo (vara e fuso).</p>	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

 	<p>Designação: Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense</p>
	<p>Localização (Lugar/Freguesia): Praça 5 de -Outubro - Amora</p>
	<p>Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio</p>
	<p>Data de Classificação: Proposto em 1995</p>
	<p>Período Construtivo: 1907</p>
	<p>Estado de Conservação: Razoável</p>
	<p>Tipo de Uso: Realização de eventos sócio-culturais</p>
	<p>Características Gerais do Edifício/Conjunto:</p>
<p>Observações:</p> <p>Carece de manutenção regular.</p>	

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Coreto da Sociedade Musical 5 de Outubro

Localização (Lugar/Freguesia): Paio Pires (núcleo urbano antigo)

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto em 1995

Período Construtivo: 1930

Estado de Conservação: Razoável

Tipo de Uso: Realização de eventos sócio-culturais

Características Gerais do Edifício/Conjunto:

Observações:

Carece de manutenção regular.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Forno de cal da Azinheira

Localização (Lugar/Freguesia): Quinta da Trindade - Seixal

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto em 1995

Período Construtivo: séc. XIX

Estado de Conservação: Bom

Tipo de Uso: Abandono

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial; integra poço, caldeira, corredor e abóbada.

Observações:

Em 1916 já se encontrava desactivado.

Projecto de loteamento aprovado que prevê integração do forno numa área verde integral.

Presentemente encontra-se anexo aos novos campos de treino do S.L.B..

Reserva Ecológica Nacional

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Estação da C.P.

Localização (Lugar/Freguesia): Av. 9 de Abril - Seixal

Tipo de Classificação: Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Concelhio

Data de Classificação: Proposto em 1995

Período Construtivo: séc. XX

Estado de Conservação: Recuperado

Tipo de Uso: Instalações da Cruz Vermelha Portuguesa

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura civil modernista.

Observações:

Património da C.P..

O uso actual desvirtua um pouco o edifício.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Companhia Lanifícios de Arrentela

Localização (Lugar/Freguesia): Torre da Marinha, Arrentela

Tipo de Classificação: Protecção Inexistente

Data de Classificação:

Período Construtivo: Séc XIX

Estado de Conservação: Mau

Tipo de Uso: Abandono

Características Gerais do Edifício/Conjunto:
Arquitectura industrial – integra edifícios fabris, armazéns, máquinas e habitação operária

Observações:

Propriedade privada.

Forte potencial cultural; parecem estar actualmente a decorrer algumas obras de recuperação.

Localizado em área de Reserva Ecológica Nacional.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO



Designação: Quinta da Bomba

Localização (Lugar/Freguesia): Corroios

Tipo de Classificação: Protecção Inexistente

Data de Classificação:

Período Construtivo: Anterior ao séc. XV

Estado de Conservação: Parcialmente recuperado

Tipo de Uso: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento

Características Gerais do Edifício/Conjunto:

Engenhoso sistema de aquedutos e tanques para abastecimento de água.

Observações:

Edifício residencial da quinta em ruína com painel azulejos do séc. XVIII em avançado estado de degradação.

Propriedade Câmara Municipal de Almada.